



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA– UNEB DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO– CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS MESTRADO PROFISSIONAL (MPEJA)**

JEANE NASCIMENTO SANTOS

**A REORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EJA EM TEOFILÂNDIA:
CONTRIBUIÇÕES DE UM PROCESSO FORMATIVO COM PROFESSORAS DOS
ANOS INICIAIS**

Salvador - BA

2023

JEANE NASCIMENTO SANTOS

**A REORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EJA EM TEOFILÂNDIA:
CONTRIBUIÇÕES DE UM PROCESSO FORMATIVO COM PROFESSORAS DOS
ANOS INICIAIS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Departamento de Educação - *Campus I*, da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, para obtenção de título de Mestre em Educação de Jovens e Adultos. Área de Concentração 2 – Formação de Professores e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edite Maria da Silva de Faria

Salvador - BA

2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Biblioteca Professor **Edivaldo Machado Boaventura - UNEB – Campus I**
Bibliotecária: Célia Maria da Costa – CRB5/918

S237r Santos, Jeane Nascimento

A reorganização do currículo da EJA em Teofilândia: contribuições de um processo formativo com professoras dos anos iniciais / Jeane Santos Nascimento .-Salvador, 2023.

116 f. : il.

Orientador: Edite Maria da Silva Farias.

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos - MPEJA, Campus I. 2023.

Contém referências, apêndices e anexos.

1. Educação de jovens e adultos – Teofilândia (BA). 2. Professores de Educação de jovens e adultos – Formação – Teofilândia (BA). 3. Base Nacional Comum Curricular. 4. Educação de Jovens e adultos – Inovações educacionais – Lauro de Freitas (BA). I. Farias, Edite Maria da Silva. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Campus I. III. Título.

CDD: 370.71

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Reconhecido Homologado pelo CNE (Portaria MEC nº 1009, DOU de 11/10/13, seção 1, pág. 13.)

**MESTRADO PROFISSIONAL
EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

DEDC - CAMPUS I
Departamento
de Educação



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

**“A REORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EJA EM TEOFILÂNDIA:
CONTRIBUIÇÕES DE UM PROCESSO FORMATIVO COM PROFESSORAS
DOS ANOS INICIAIS”**

JEANE NASCIMENTO SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, em 26 de julho de 2023, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:

Profa. Dra. EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA (UNEB)
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia

Profa. Dra. ERICA VALERIA ALVES FERREIRA (UNEB)
Doutorado em Educação
Universidade UNICAMP

Prof. Dr. BENEDITO GONÇALVES EUGÊNIO (UESB)
Doutorado em Educação
Universidade Estadual de Campinas

Aos sujeitos da EJA do meu município, envolvidos na pesquisa, ao Fórum de EJA do Território do Sisal. Às minhas filhas, gratidão, pela paciência, em suportar a minha ausência, mesmo estando lado a lado, nesse período de aprendizagem constante, na concretização deste sonho, que já não é fácil a entrada em um Programa dessa amplitude, mais difícil ainda é conseguir sair com a materialização de um produto final. Gratidão.

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de agradecer a DEUS por conseguir concluir a pesquisa de grande relevância não só para mim, mas para tantos outros sujeitos frutos da Educação de Jovens e Adultos, no município de Teofilândia –Ba. Tenho certeza que muitas vidas serão transformadas através da conclusão e resultados deste trabalho, pois sou egressa desta Modalidade, dos segmentos anos Iniciais e Finais da Educação Básica, e para fechar o ciclo tão importante na minha vida e na minha caminhada enquanto estudante, professora, militante, pesquisadora, é uma grande vitória, é motivo de agradecer.

Agradeço aos meus familiares, em especial à minha mãe Carmelita Maria, pela confiança e por acreditar em meu potencial, pelo apoio nas horas de gritar socorro.

Aos companheiros dos movimentos de luta em defesa da EJA, na Bahia, em especial ao Fórum de EJA do Território do Sisal, especialmente à coordenação colegiada, em nome da professora Elivânia, ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação, às companheiras Neyla Reis, Ivoneide Cardeal, Ivana Sena, Cristiane Assis, Rita Quintela, Rose Assis, Jones Paixão, pela paciência e sabedoria sempre. Cristiane Andrade. Agradeço ainda, ao Fórum EJA Bahia, professora Marlene Silva, Luciomar Machado, Ana Jovina, Isa Castro.

Aos colegas da turma MPEJA pelas partilhas dos saberes e fazeres ao longo do curso.

À minha orientadora, Dr^a Edite Maria, pelas orientações durante a construção dos saberes deste trabalho. À professora Dr^a. Érica Valéria, pela disponibilidade e comprometimento em ajudar a sanar as dúvidas, clareando o meu percurso durante a escrita, fortalecendo as minhas incertezas nos momentos necessários, sem você não sei se teria chegado até aqui.

Ao professor Dr. Benedito Eugênio, pela gentileza, sabedoria, empatia e profissionalismo no processo de colaboração para melhoria do trabalho na banca de qualificação. Gostaria de agradecer pelo redimensionamento, propondo melhorias na continuidade da escrita, para traçar novos caminhos ou até mesmo no refazer da caminhada deste trabalho.

Meu muito obrigada de coração. Agradeço ainda a coordenação da EJA do município de Teofilândia, na pessoa de Marilene Visitação, a companheira e amiga Rosana da Silva, aos professores da EJA dos anos Iniciais, aos estudantes, que sem a existência deles não teríamos coordenadores, professores da modalidade. Colocando, assim, à disposição a participarem desse processo de construção coletiva, dos momentos reflexivos e formativos de cunho científico, em consonância com a EJA do nosso município.

Agradeço a Deus, aos amigos que conquistei durante todo processo, a Ednalva Fiuza, Teresa Cristina, Ivana Sena, Ivã Carlos, Kátia Filardi, Jandira Peluza, Luciana e Irami, não posso deixar de agradecer de forma especial a um amigo irmão querido José Orestes Moura, que a UNEB colocou em meu caminho nos aproximando cada vez mais.

Meu muito obrigada!

“Se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender mais, e nunca ficaria satisfeito”
(Graciliano Ramos, 2013, p. 9).

SANTOS, Jeane Nascimento. **A reorganização do currículo da EJA em Teofilândia:** contribuições de um processo formativo com professoras dos anos iniciais, 2023. f. 116. Dissertação (Mestrado em Educação de Jovens e Adultos) - Universidade do Estado da Bahia – UNEB. 2023.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar os documentos curriculares no âmbito nacional, estadual e municipal, buscando identificar quais os impactos da ausência da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Currículo Nacional da Educação Básica, a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Para consolidar a proposta da pesquisa buscou-se identificar o porquê os impactos da ausência (ou o não lugar) da EJA na BNCC; investigar qual currículo da EJA se tem, antes da BNCC, na Proposta Curricular da EJA (PCEJA) em âmbito nacional e na Política de EJA em âmbito estadual, e qual o currículo de EJA se faz necessário após alinhamento dos currículos da EJA e a BNCC. O processo de investigação teve como pergunta: Quais documentos normativos os professores do município de Teofilândia utilizaram para reformulação do currículo da EJA no município? Essa problematização foi intensificada no período da pandemia e desenvolveu-se a partir da análise documental dos currículos vigentes no estado da Bahia e do Brasil, buscando contribuir com a formação continuada de professores, gestores, coordenadores da EJA para subsidiar na reformulação do currículo da EJA das escolas da rede municipal de ensino, com oferta da modalidade, em especial no município de Teofilândia-BA. Os caminhos metodológicos percorridos durante a pesquisa foram de natureza exploratória, a partir da abordagem qualitativa. Os teóricos que fundamentam a pesquisa e dialogam com as especificidades da EJA foram Paiva (2012), Freire (2014), Arroyo (2011), Faria (2009), Apple (1982), Silva, Alves e Rezi (2020). Sobre a BNCC, recorremos a autores como Sena (2020), Freitas (1995), Currículo de EJA teve como aporte teórico Arroyo (2011) e Apple (1982). Os seguintes documentos normativos serviram de fontes de análise e investigação na pesquisa: Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), Resolução CNE/CP Nº01/2021 (BRASIL, 2021), Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), Resolução CNE/CP Nº 01/2020 (BRASIL, 2020), Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE, 2018), Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2022), Conferência Estadual de Educação (COED, 2022). Os teóricos que consubstanciaram as técnicas metodológicas adotadas são: Lüdke e André (1986), Minayo (1994, 2001, 2002, 2008, 2012), Gil (1994, 2002, 2007, 2008, 2010) e Lakatos (2003). O produto final foi estruturado em encontros formativos e reflexivos com os professores da EJA do segmento anos iniciais do município de Teofilândia-BA, tomando como referência a legislação vigente da política da EJA sem desconsiderar os saberes, fazeres e os percursos formativos dos sujeitos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Base Nacional Comum Curricular. Formação de Professores.

SANTOS, JEANE NASCIMENTO. **THE ABSENCE OF YOUTH AND ADULT EDUCATION (EJA) IN THE National Common Curricular Base (BNCC): Who cares?** 2023. f. 116. Dissertation (Master in Youth and Adult Education) - State University of Bahia – UNEB. 2023.

ABSTRACT

The research aims to critically analyze the curriculum documents at the national, state and municipal levels, seeking to identify the impacts of the absence of Youth and Adult Education (EJA) in the National Curriculum of Basic Education, the BNCC (Base Nacional Comum Curricular). In order to consolidate the research proposal, we seek to identify why the impacts of the absence (or non-place) of EJA in the BNCC, investigate which EJA curriculum we have before the BNCC, in the EJA Curricular Proposal (PCEJA) at the national level and in the Education Policy. EJA at the state level, and which EJA curriculum is necessary after aligning the EJA and BNCC curricula. The research process has as its starting question: What normative documents did teachers in the municipality of Teofilândia use to reformulate the EJA curriculum in the municipality? This problematization was intensified during the pandemic period and was developed based on the documentary analysis of curricula in force in the state of Bahia and in Brazil, seeking to contribute to the continuing education of teachers, managers, EJA coordinators to support the reformulation of the EJA curriculum of schools in the municipal education network, offering this modality, especially in the municipality of Teofilândia-BA. The methodological paths covered during the research were of an exploratory nature, based on a qualitative approach. The theorists who base the research and dialogue with the specificities of EJA were Paiva (2012), Freire (2014), Arroyo (2011), Faria (2009), Apple (1982), Silva, Alves and Rezi (2020). About the BNCC, we turned to authors such as Sena (2020), Freitas (1995), Malanchen (2020). EJA curriculum had Arroyo (2011) and Apple (1982) as theoretical support. The following normative documents served as sources of analysis and investigation in the research: Law No. 9.394/96 (BRASIL, 1996), Resolution CNE/CP No. 01/2021 (BRASIL, 2021), Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), Resolution CNE /CP No. 01/2020 (BRASIL, 2020), National Popular Education Conference (CONAPE, 2018), National Education Conference (CONAE, 2022), State Education Conference (COED, 2022). The theorists who substantiated the methodological techniques adopted are: Lüdke and André (1986), Minayo (1994, 2001, 2002, 2008, 2012), Gil (1994, 2002, 2007, 2008, 2010) and Lakatos (2003). The final product is a proposal for continuing education for teachers and coordinators in the municipality of Teofilândia-BA, taking as a critical and reflective reference the current legislation of the EJA policy at municipal, state and national levels, without disregarding the knowledge, practices and the formative pathways of the subjects.

Keywords: Youth and Adult Education. Common National Curriculum Base. Teacher training.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização Geográfica do Território do Sisal.	32
Figura 2- Localização Geográfica do Município de Teofilândia- BA.....	51
Figura 3- Mosaico fotográfico	52
Figura 4- Regulamento de quantitativo de alunos em classe, portaria de matrícula. ...	64
Figura 5- Primeiro encontro reflexivo formativo com os sujeitos da pesquisa, 2022. .	70
Figura 6- Segundo encontro reflexivo formativo com os sujeitos participantes da pesquisa 2023.....	71
Figura 7- Terceiro encontro reflexivo formativo com os sujeitos participantes da pesquisa, 2023.....	73
Figura 8- Quarto encontro reflexivo formativo com os sujeitos da pesquisa, 2023.	74
Figura 9- Quinto encontro reflexivo formativo concepções e reflexões dos professores da EJA do município de Teofilândia-BA.	78

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Evolução de matrículas na EJA (2009-2020).....	53
Gráfico 2- Dados de matrículas dos alunos da EJA (ensino fundamental) no município.	56
Gráfico 3- Documentos citados pelos professores como já estudados	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Análise dos municípios do Território do Sisal que fazem parte do Fórum EJA SISAL	37
Tabela 2- Número de matrículas no município de Teofilândia-BA.	54
Tabela 3- Quantitativos de alunos e escolas com turmas ativas ano contínuo 2020/2021 na EJA no Segmento Anos Iniciais/Anos Finais	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Resultados da análise das Dissertações e Teses na categoria EJA desenvolvidas no Território do Sisal.	57
--	----

LISTA DE SIGLAS

AC-Atividade Complementar

APAEB-Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira

APLB-Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia

BNCC-Base Nacional Comum Curricular

CEE-Conselho Estadual de Educação

CMG-Comissão Municipal de Governança

CNE-Conselho Nacional de Educação

CNPQ-Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico

COEED-Conferência Estadual de Educação

CONAE-Conferência Nacional de Educação

CONAP-Conferência Nacional Popular de Educação

CONFINTEA-Conferência Internacional de Educação de Adultos

DCNEJA-Diretrizes Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos

DCRB-Documento Curricular Referencial da Bahia

DCRM-Programa de Re/elaboração dos Referenciais Curriculares nos Municípios Baianos

EJA-Educação de Jovens e Adultos

ENEJA-Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos

EREJA-Encontro Regional de Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEA'S-Aos grupos de Estudos e Aprendizagens

IFBA-Instituto Federal Baiano

MEC-Ministério da Educação

MPEJA-Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos

OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PCEJA-Proposta Curricular da Educação de Jovens e Adultos

PME-Plano Municipal de Educação

PNE-Plano Nacional de Educação

PPGEDUC-Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade **SEC**-Secretaria Estadual de Educação da Bahia

PPP-Projeto Político Pedagógico

SNE-Sistema Nacional de Educação

UNDIME-União dos Dirigentes Municipais de Educação

UNEB-Universidade do Estado da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
1.1. HISTÓRIA DE VIDA: DA ESCOLARIZAÇÃO DO CAMPO AOS SABERES ACADÊMICOS	19
1.2. A PESQUISA	22
1.3. COMO A PESQUISA ESTÁ ESTRUTURADA	26
2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	28
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	30
2.1.1. O Território do Sisal: Demarcando espaço de lutas no contexto da EJA	31
2.1.2. Ser sisaleiro: Herdeiros de um legado de privações e resistências	34
2.2. O CENÁRIO DA EJA COMO MODALIDADE EDUCATIVA NO TERRITÓRIO DO SISAL	35
2.2.1. Trajetória do fórum regional de EJA do Território do Sisal	38
2.2.2. EXPOEJA SISAL: Espaço de resistência e protagonismo de mulheres e homens sisaleiros.....	40
2.2.3. OBEJA: Espaço de contribuição científica no campo da EJA no território do sisal.....	42
2.3. PERFIL DOS SUJEITOS DA EJA DO TERRITÓRIO DO SISAL.....	43
3. UM RECORTE TEMPORAL DO CENÁRIO DA EJA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DO PERÍODO DE 2017 A 2021	45
3.1. CENÁRIO DA EJA NACIONAL	45
3.2. UM RECORTE TEMPORAL DE 2017 A 2022 DA EJA NA BAHIA	48
3.3. CENÁRIO ATUAL DA EJA NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA – BAHIA.....	50
3.3.1. As pesquisas sobre a EJA no território do sisal	56
4. O CURRÍCULO DA EJA ANTES E DEPOIS DA BNCC NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA – BA	60
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66

5.1. PERFIL DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA	66
5.2. COMO SE DEU A MATERIALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA PROPOSTA DA PESQUISA	69
5.3. ENCONTROS REFLEXIVOS FORMATIVOS COM OS PROFESSORES DA EJA DA REDE MUNICIPAL DE TEOFILÂNDIA –BA.....	77
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICES	88
ANEXOS.....	103

1. INTRODUÇÃO

1.1. HISTÓRIA DE VIDA: DA ESCOLARIZAÇÃO DO CAMPO AOS SABERES ACADÊMICOS

*Aqui vou começar a minha história contar
Com todo entusiasmo
Boas novas anunciar
Em meio ao apagão
Saio em busca da educação
Logo veio a transformação
Como forma de inspiração.*

(Jeane Nascimento, 2021)

Jeane Nascimento, mulher, filha de Carmelita Maria e Pedro Valério, mãe de duas filhas, Jayane Santos de Almeida e Isabella Santos de Almeida, nascida na Fazenda Pé de Serra, Zona Rural do Município de Teofilândia-BA. Minha mãe, professora “leiga” (como assim era chamada) porque exercia a docência sem a titulação de nível superior. Meu pai, trabalhador rural e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teofilândia-BA.

Ingressei na escola Osvaldo Cruz, escola do campo, aos 7 anos de idade, tendo como professora a minha mãe, iniciando a alfabetização chamada *A, B, C* até a 3ª série do Fundamental I. E foi a partir desses momentos que nascia o desejo de ser professora, por meio dos exemplos de minha mãe, sonho que partilhei para com a “professora” enquanto criança com alegria pelo olhar e com entusiasmo: eu tinha duas opções: parar de estudar ou migrar para cidade para dar continuidade aos estudos, já que naquela época não tinha transporte escolar, nem carros particulares diariamente para cidade. Enfim, eu pensava em ser diferente dos meus irmãos mais velhos, para ter uma profissão qualificada e não apenas operária, para servir às atividades manufatureiras para subsistência da família.

Aos 14 anos de idade, fui morar na Zona Urbana, na casa de uma mulher que tinha uma relação de amizade com meus pais, assim, matriculei-me na turma de aceleração da 4ª e 5ª série no turno matutino e continuei meu percurso de escolarização. No ano seguinte, ingressei no turno noturno na 6ª e 7ª série, chamado de fluxo, até concluir o Fundamental II. Durante esse período, também resolvi ingressar nos movimentos sociais; o primeiro foi o Movimento de Organização Comunitária (MOC), em Parceria com Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), como Agente de Família em dois povoados Ipueira e Maria Preta, nos quais trabalhava uma vez

ao mês de forma remunerada, aprendi bastante com as vivências, principalmente, no processo de formação política.

Ao ingressar no Ensino Médio, no Magistério, na Escola Estadual Plínio Carneiro da Silva, continuei meus estudos com entusiasmo. Em 2002-2003 fui estagiária na Escola Municipal Centro Educacional Rafael Lopes de Araújo (CERLA) no turno noturno, com jovens e adultos, sendo minha primeira experiência na docência.

No ano de 2004 ingressei na docência na rede municipal com um contrato para lecionar em uma escola da zona rural, voltando às minhas origens, em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), em um turno com 2ª e 3ª série de seriação, no turno seguinte com alfabetização ao 1º ano, também seriação. Rememorando esse período percebo que minha relação com a EJA é forte e o desejo e coragem de defendê-la é visceral.

Nas aulas eu usava argila para trabalhar atividades como coordenação motora e sementes para contar, contextualizando os números matemáticos, as atividades eram traçadas com régua, no carbono e rodar no mimeógrafo. Trabalhava leituras com o projeto *Bau de leitura*, através da coordenação do MOC. As memórias e as lembranças permanecem vivas em meu percurso, em especial da leitura do livro *O Menino e o Jegue*. Descobri que amava mesmo lecionar. Durante a semana, estava dando aula na zona rural e aos sábados ia a Feira de Santana para o curso do Programa de Professores Alfabetizadores (PROFA).

Logo em seguida, ingressei na Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), no curso de Licenciatura em Geografia, como era professora da rede, tive acesso a bolsa de incentivo à qualificação profissional.

Iniciando o ano letivo em 2005 fui transferida para a comunidade de Jurema, com duas turmas de 3ª e 4ª série com jovens e adultos, mas não era reconhecida e nem trabalhada como modalidade EJA. Ao chegar ao fim do ano letivo, fui reconhecida como “professora destaque” e, assim, recebi uma bela promoção para ensinar no segmento anos finais, na Escola Miguel Gomes, onde lecionei nos turnos matutino e vespertino.

No ano de 2006 implantou-se na mesma escola o Magistério nos turnos vespertino e noturno e fiz parte do quadro docente. Em 08 de agosto de 2008, chegou o dia da formatura, eu seria a primeira da sua família a ter Nível Superior.

Eu não parei meus estudos, tinha muitos sonhos para concretizar. No ano de 2009, continuei o processo formativo, ingressei no curso de Pós-graduação em Geografia e Meio Ambiente pelo Instituto Pró Saber, em Serrinha-BA. Continuei lecionando nos anos finais com turmas de EJA com a disciplina/componente curricular Geografia. Em 2016 fui encaminhada

para turma de EJA do segmento anos iniciais com 2º/ 3º e 4º e 5º ano/ série na escola Antônio Pimentel.

No período de 2017, com a mudança de gestão da rede municipal, fui convidada a assumir a coordenação geral da EJA na rede pela experiência adquirida ao longo do meu percurso profissional, no mesmo ano ingressei no curso de Pós-Graduação, no Instituto Federal Baiano Campus Serrinha –BA (IFBAIANO).

Superei as minhas limitações. Venci. Fui convidada a participar de um encontro do para ingressar de forma ativa na militância pela EJA. Hoje faço parte da coordenação colegiada.

Venho representando ativamente o coletivo em atividades e encontros relevantes para a EJA, tais como: Encontro Regional de EJA (EREJA) em 2018 que ocorreu em Salvador, sendo relatora do evento representando os municípios do Sisal. Em 2019, fui eleita por unanimidade pelo coletivo do Fórum de EJA SISAL para apresentar ações exitosas desenvolvidas na EJA nos municípios do Sisal, que ocorreu em Belo Horizonte no Encontro Nacional de EJA (ENEJA), o que resultou em uma publicação em *e-book*.

Em 2018/2019 surgiu a possibilidade de ingressar na docência do Ensino Superior na Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso, nas turmas de Graduação em Pedagogia, na Cidade de Barrocas-BA. Por fim, no ano de 2020, com o ingresso na política municipal a pleitear uma vaga na Câmara de Vereadores do município pelo Partido Progressista (PP), não consegui ser eleita. Nesse mesmo período tive que ser afastada das atividades em cumprimento da legislação do Tribunal Superior Eleitoral (TRE), o que foi difícil, pois nesse período estava em processo a iniciação do estudo da Implementação dos Currículos das Redes municipais de ensino em Teofilândia- BA.

No ano de 2020, ingressei como pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional, GEPALÉ–BA, vinculado ao Mestrado Profissional de EJA da UNEB e ingressei no Café com Paulo Freire Bahia.

À vista de tudo que foi dito, minhas implicações em pesquisar a EJA e a busca pela inserção no MPEJA-UNEB, através da área de concentração Políticas Públicas e Formação de Professores, que tem contribuído no meu fazer docente do campo da EJA de forma qualificada, especialmente como pesquisadora e militante da modalidade.

Meu compromisso e comprometimento com a educação do município onde resido e, especialmente, com as mulheres e homens sisaleiros que fazem parte da EJA, são forças motrizes que movimentam o desenvolver da pesquisa, de relevância ética, política, educacional e social para o município de Teofilândia.

1.2. A PESQUISA

A pesquisa intitulada *A reorganização do currículo da EJA em Teofilândia:*

contribuições de um processo formativo com professoras dos anos iniciais parte da necessidade de estudar os documentos de ordem nacional para entendimento formativo da esfera Nacional, Estadual e Municipal, a fim de estabelecer a reorganização e a elaboração curricular da EJA no município de Teofilândia- Ba, *locus* da pesquisa.

A problemática do estudo foi fomentada durante os encontros de professores da EJA no Território do Sisal, realizados mensalmente pelo Fórum de EJA. Nesses encontros era comum a discussão acerca da reorganização e reformulação dos currículos da EJA, conforme a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), porém os questionamentos dos professores eram de como elaborar, reorganizar um documento sem ter conhecimento do que se trata a demanda posta pelo município, além da implicação de como alinhar a EJA à BNCC, se a EJA minimamente aparece nesse documento? Como alinhar o currículo da EJA à BNCC, se a EJA não está contemplada na BNCC?

Diante de tais questionamentos, foi surgindo a necessidade de buscar formação continuada a respeito dos documentos, a Base Nacional Comum (BNC) para formação continuada de professores da Educação Básica; a BNCC; e os Documentos Curriculares da Bahia (DCRB), que serviram de base para subsidiar a reorganização curricular da EJA no Município de Teofilândia- BA.

O problema da pesquisa é resultado oriundo das vivências, diante da atuação profissional enquanto coordenadora pedagógica, na Modalidade da EJA, no Município de Teofilândia- BA, no período entre 2017-2020, e da participação efetiva nas atividades no Fórum Regional de EJA do Território do Sisal da Bahia, enquanto movimento de luta em defesa da EJA.

A pesquisa é de relevância social e tem como ponto de pauta a discussão, dentro dos municípios sisaleiros que fazem parte do coletivo, identificar a (s) causa (s) da ausência, ou o não-lugar da EJA na BNCC, e suas consequências, buscando estratégias de resistências para que se possa garantir no currículo, do município de Teofilândia, a EJA como política de reparação de direitos. Além disso, garantir a formação continuada dos professores sobre os documentos Nacional, Estadual e Municipal, de forma qualificada, possibilitando o acesso à informação sistematizada e a participação ativa e reflexiva para a tomada de decisões e elaboração do currículo da modalidade da rede pública municipal.

A finalidade da pesquisa e do objeto de estudo evidenciou, a partir da demanda cotidiana, a necessidade de um trabalho docente de formação continuada dos professores que tivesse caráter político e pedagógico na/para EJA. Em decorrência das inquietações e problematizações levadas aos encontros de formações com os membros do Fórum de EJA SISAL, surgiu a necessidade de aprofundamento teórico do objeto da pesquisa.

A investigação tomou proporção durante a realização dos encontros itinerantes do Fórum de EJA SISAL com professores e demais representantes de outros segmentos da sociedade, como a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), os Secretários Municipais de Educação dos Municípios do Território do Sisal, que buscaram orientação na coordenação colegiada do Fórum e coletivo.

A problemática foi a de contribuir com a EJA no Território e com o município de Teofilândia, estudando sobre os documentos normativos que substanciam a formação continuada para a reformulação, a reorganização e a reelaboração do referencial curricular da EJA no município, com o objetivo geral de compreender qual concepção os professores da EJA do Município têm acerca da EJA e da BNCC.

A pesquisa é de relevância social no campo da investigação educacional por se tratar de estudo desenvolvido com temática atual, tendo como contribuição empírica o impacto científico e social na EJA.

Diante das dificuldades apresentadas pelos professores em relação à organização curricular e à precarização da formação continuada dos professores desta rede, foi necessário fazer grupos formativos e reflexivos para entender como caminhar no processo de desenvolvimento das ações, da reformulação do currículo da EJA, conforme a BNCC exigia parâmetros de alinhamento.

Os objetivos específicos deste trabalho propõem a formação continuada com cinco encontros presenciais para estudo das diretrizes curriculares da EJA a nível Nacional, estadual e municipal, para que possa assim, possibilitar a compreensão e o porquê a EJA não está claramente na BNCC. O desejo maior é de possibilitar aos professores momentos de formação continuada que valorizam e potencializam o ensino e a aprendizagem na modalidade, sem aceitar projetos prontos e acabados, elaborados ou construídos por pessoas que desconhecem a realidade do chão da escola.

Por fim, contribuir com uma formação continuada para a elaboração do currículo da

EJA no município com a participação coletiva e efetiva dos docentes, despertando mudanças de concepções sobre a ausência da EJA na BNCC, caracterizando o currículo de acordo as peculiaridades dos sujeitos da modalidade e atendendo às suas especificidades.

Quanto à metodologia da pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com a finalidade de construir novos conhecimentos e qualificar e ampliar o conhecimento já existente sobre o objeto estudado e como foco da pesquisa a produção do conhecimento empírico, a responder questionamentos de investigação de intervenção em educação.

A temática da pesquisa apresenta embates, denúncia sobre a ausência da EJA na BNCC, e não apenas a romantização da nomenclatura como propagação do aumento da desigualdade social e da dificuldade de acesso ao conhecimento sistematizado, que em si concebe estratégias perversas de opressão aos menos favorecidos e explorados pelo capitalismo como sinônimo de poder da classe dominadora.

Mediante a necessidade de estudos, os documentos sistematizados foram: os de Base Nacional, LDB, BNCC, Resoluções de Base Nacional e Estadual, DCRB, Política de Educação de EJA da Bahia, Resoluções, Portarias, Documentos: Conferência Nacional de Educação (CONAE), Conferência Nacional de Educação Popular (CONAP), Conferência Estadual de Educação (COED), Plano Nacional de Educação (PNE), Plano Municipal de Educação, (PME) Portarias, Resoluções e decretos.

O produto se desmembrará em dois resultados: o processo reflexivo e formativo, materializado na colaboração e participação de professores, para contribuir na produção e elaboração dos documentos com domínio das informações, sendo capazes de analisar e reorganizar de forma segura as diretrizes que atendem e estão de acordo aos princípios da EJA; o segundo será o acesso a formação contínua dos professores da EJA, do segmento Anos Iniciais do Município, que foram participantes, sujeitos da pesquisa, desde a primeira etapa, que se deu no momento da apresentação da pesquisa na Secretaria Municipal de Educação.

As realizações dos encontros com grupos reflexivos e formativos, distribuídos em subtemas que os mesmos, de forma democrática, expressaram a necessidade de aprofundar e continuar o percurso formativo: Currículo de EJA, Diretrizes Operacionais da EJA, Resolução 01/2021.

Cabe ressaltar ainda a importância da formação política desses sujeitos de forma íntegra e com preparação para atuar, representar, defender e superar as fragmentações e precarizações no que diz respeito ao trabalho com a EJA.

Para Freitas (2018), a reforma permite o alinhamento das escolas às necessidades dos novos processos produtivos, coordenados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Agências Internacionais, visando a inserção das cadeias produtivas da indústria 4.0. Surge, então, a questão de se haver a necessidade ou o interesse de implementação das políticas de educação nesse modelo padronizado? Considerando que essa padronização atenderá ao capital, retirando dos trabalhadores direitos e desumanizando as relações de trabalho e condições de sobrevivência dos trabalhadores da educação.

No contexto de padronização, de poder, de dominação e controle social a nível Nacional, o Estado, através do alinhamento da BNCC, de forma explícita aos sistemas educacionais, mantém a maioria da população submissa e limitada com acesso ao conhecimento de forma fragmentada é desvelada pela ausência de políticas públicas educacionais que atendam às necessidades e desejos dos sujeitos, especialmente que fazem parte da EJA. O que se consolida, dessa forma, é um modelo de educação unilateral que atende ao capital neoliberal, com o projeto de educação baseado apenas no tecnicismo, sem vínculo a uma Educação emancipatória, crítica e dialógica.

Se faz necessário a reflexão destas ações para não se tornarem cultura do não direito à educação dos nossos estudantes da modalidade, que tiveram seus caminhos por outras trilhas da sobrevivência e da vida como campo de disputa entre viver e existir. O que resultou de todo este debate de pouco mais do que uma explicação pragmática para a marginalização social e política da grande maioria da população. (FREIRE, 1967, p. 27.)

Como afirma Freire (1967), o poder da cultura do não direito a educação, da violação, negação e fragmentação, oferta a pedagogia da dominação, ocultando a educação da emancipação e da humanização que respeite os saberes culturais, identitários, religiosos, políticos e sociais dos sujeitos da EJA.

Diante desses e de tantos outros desafios que a EJA nos apresenta, como movimento de resistência constante em nossos espaços de escolarização, marcada pelas camadas populares formadas por mulheres, mães, trabalhadoras domésticas, vendedoras ambulantes, homens trabalhadores do campo, da formalidade ou informalidade, negros, pais, jovens, adultos, idosos, ou sujeitos vivendo em situação de vulnerabilidade social, ou em áreas de riscos ou difíceis acesso à educação escolar, se faz necessário a luta em defesa pelos direitos ao acesso e permanência desses sujeitos, de forma que seja garantido não só o acesso, mas também a permanência nos espaços escolares. E para que essa garantia aconteça, é necessária a oferta do

ensino de qualidade com professores preparados e com formação continuada, para desenvolver práticas pedagógicas com princípios de educação emancipatória, Exercendo a pedagogia da presença, a pedagogia do afeto, pedagogia dos gestos, pedagogia dos movimentos, legitimando, assim, a pedagogia freireana e explorando a pedagogia da autonomia e superando os conflitos, vencendo os embates e reagindo aos silêncios e ocultamento dos oprimidos, combatendo as pedagogias das competências que não atendem aos princípios da modalidade.

O conhecimento consubstanciado pelos professores servirá de resistência para a não aceitação de propostas prontas e acabadas que são encaminhadas aos docentes a serem aplicadas as classes de estudantes da EJA, sendo contraditória ao perfil e ao nível de desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, sendo motivo de desinteresse que desmotiva à continuidade aos seus estudos.

As classes da modalidade EJA apresentam suas especificidades e, por isso, se faz necessário trabalhar além do pedagógico, ultrapassar limites de sala de aula, dos muros da escola e respeitar, levando em consideração as peculiaridades e necessidades que a classe apresenta. Para tanto, se faz necessário o conhecimento da turma e identificar o perfil de cada sujeito, o nível de desenvolvimento da aprendizagem, fazendo uma escuta sensível e acolhedora.

1.3. COMO A PESQUISA ESTÁ ESTRUTURADA

Todo trabalho acadêmico é fruto de uma investigação, problematização e necessidade de debruçar, aprofundar na pesquisa e estudo, dito isto, se faz necessário no campo da ciência social em educação estruturar as categorias de estudo a ser pesquisado ao longo do percurso da pesquisa. Porém, se faz necessário esclarecer que é possível, durante a exploração da pesquisa, surgir novas categorias, seja através das falas dos sujeitos ou de novas ideias, através de situações que a pesquisa vai desenhando o percurso e delineando novas descobertas e aprofundamentos, alargando novas possibilidades de conhecimentos.

Assim, é apresentado, de forma sistematizada, o processo de exploração e desenvolvimento da pesquisa, ao longo do percurso de investigação.

No início da pesquisa foi realizado levantamento de informações de fontes bibliográficas em base de dados e informações como. Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, no portal de Teses e Dissertações, do Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), no Portal da Comunidade

Acadêmica Federada (CAPES CAFÉ), momento de aprofundar as pesquisas sobre o objeto de estudo explorado, pela categoria EJA, BNCC e Formação de Professores, BNC.

No que tange os resultados sobre as categorias citadas, os que mais foram encontrados como base de leitura cinética foi Formação de professores e EJA, BNCC e BNC formação específico para EJA. Não atendeu as expectativas esperadas e sim, os resultados mínimos, porém contribuíram para o entendimento do estado do conhecimento sobre o objeto de estudo explorado, pesquisado, caberá em determinado momento a sistematização, a análise das informações, para organização das ideias e base científica para subsidiar de base teórica e fontes de informações que será referendada, na perspectiva de alimentar e fortalecer a pesquisa científica na modalidade EJA, nas categorias, EJA, BNC, BNCC, e Formação de professores.

Conforme a dinâmica e rotina de estudos foi necessário identificar as fontes de base bibliográficas, como fontes secundárias, seguindo as etapas de estudo conforme os documentos normativos que tratam especificamente dos elementos categóricos de estudos da pesquisa, aplicando nas etapas de desenvolvimento da reorganização, reelaboração da pesquisa.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo são apresentados o objeto da pesquisa e sua aproximação com a pesquisadora, e sua trajetória de vida pessoal, profissional, social e acadêmica, fortalecendo, assim, as memórias vivenciadas ao longo do processo de formação continuada na Modalidade EJA, e qual relevância social da pesquisa para os professores da EJA do município *lócus* aplicados. A abordagem metodológica da pesquisa está presente no segundo capítulo desta dissertação, que foi realizada tanto para produção de informação como para o desenvolvimento da pesquisa explorada, com foco na formação continuada de professores da EJA do município de Teofilândia- BA, para contribuírem de forma qualificada na elaboração, reformulação do currículo da EJA do município, materializando, assim, o resultado do produto da pesquisa.

O terceiro capítulo discorre sobre o recorte temporal de estudo, análise de como a EJA aparece nos documentos Nacional, Estadual e Municipal de 2015 a 2021. E o quarto capítulo apresenta-se a fundamentação teórica desta pesquisa, com os teóricos/as, que discutem na perspectiva crítica a ausência da EJA na BNCC e suas especificidades. Tem-se, assim, como aporte categórico: Paiva (2012), Freire (2014), Arroyo (2011), Faria (2009), Apple (1982), Silva, Alves e Rezi (2020). Sobre a BNCC recorreremos aos autores: Sena (2020), Freitas (1995), Arroyo (2011) e Apple (1982).

Os documentos normativos que serviram de fontes de análise e investigação na pesquisa foram: LDB.9.394/96 (1996), Resolução N°01/ (2021) BNCC (2018), Resolução CNE/CP

Nº01/ (2020), Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) (2018), Conferência Nacional de Educação (CONAE) (2022), Conferência Estadual de Educação (COED) (2022).

Os teóricos que consubstanciaram a metodologia da pesquisa adotada são: Lüdke e André (1986), Romanoski (2006), Gil (1994, 2002, 2007, 2008, 2010) e Lakatos (2003).

O quinto capítulo apresenta a conclusão e os resultados do produto da pesquisa, com roteiro e cronograma de aplicação das atividades desenvolvidas ao longo do processo de investigação do objeto estudado e a materialização do produto final e sua relevância para a EJA no município de Teofilândia-Ba.

2. CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A metodologia e fundamento da presente pesquisa quanto a sua natureza é aplicada, pois possibilita a produção do conhecimento científico, e ajuda a entender as esferas que compõem a realidade tomando como fio condutor a abordagem qualitativa, pois centraliza a busca de discussões novas, com significado amplo no nosso contexto de vivência profissional, social, pedagógico e político-educacional. Quanto aos objetivos, é exploratória, pois trata de explorar a temática pouco averiguada no campo das pesquisas e produção de materiais científicos de base epistemológica, que possa servir de base referencial, para produção de novos conhecimentos.

A natureza da pesquisa é aplicada, pois objetiva alcançar e compreender o contexto ou raiz do problema da investigação, a não conclusão dos referenciais curriculares da EJA no município de Teofilândia, para produção do conhecimento sistematizado decorrente da falta de formação sobre os documentos curriculares a BNCC e BNC formação. Conforme GIL (2008), a pesquisa aplicada tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequência prática dos conhecimentos.

A pesquisa exploratória aconteceu por meio de encontros reflexivos e formativos com os professores da EJA da rede municipal de Teofilândia-BA, um procedimento de pesquisa aplicada, visto que se aproxima da investigação e do objeto de estudo.

Pesquisa aplicada fundamenta-se nas teorias das ciências sociais, mas têm como principal objetivo esclarecer determinados aspectos da realidade para a ação das políticas públicas. Seus instrumentos são frequentemente interdisciplinares e seus resultados se encaminham para a solução de problemas. (PEREIRA,2019, MINAYO,1991, p.236)

De acordo ao pensamento do autor, com os resultados da investigação e exploração da pesquisa se almeja compreender e esclarecer em quais documentos ou teorias se fundamentaram para estudar e fundamentar a construção e elaboração do currículo da EJA do município e quais formações continuadas tiveram como processo engajamento para organização da política de reformulação curricular.

O processo de desenvolvimento da pesquisa foi realizado cinco professores da EJA do segmento anos iniciais do município de Teofilândia-Ba, pelo fato de possibilitar e garantir a participação dos mesmos durante os cinco encontros planejados, visto que os mesmos não tinham a carga horária complementar em outro segmento de ensino, inspirada na teoria e pressupostos freirianos, por dialogar com os princípios da educação popular sem negligenciar os direitos à formação continuada dos professores de forma qualificada, e garantindo o acesso a formação.

O levantamento inicial das informações se deu por meio de um questionário eletrônico, que foi disponibilizado a todos os professores de EJA do território do Sisal em um projeto mais amplo, pois inicialmente a proposta da aplicação da pesquisa era envolver todos os professores da EJA dos anos iniciais que fazem parte do Fórum de EJA sisal, entretanto ao decorrer da pesquisa foi-se necessário a delimitação do campo para aplicação do produto final, assim, designou-se a ser aplicado apenas no município *lócus* Teofilândia- Ba, visto que atuo de forma efetiva com a EJA, e convivo com a problematização no chão da escola.

Entendemos se tratar de investigação complexa que objetiva a resolução do problema proposto: Qual a contribuição de um processo formativo desenvolvido com docentes dos anos iniciais do município de Teofilândia para a reorganização do currículo da EJA? A expectativa é de quebra de paradigma quanto à obrigatoriedade da padronização do alinhamento do currículo da EJA, conforme os documentos de ordem Nacional, pois os professores eram obrigados a inserir em seus planejamentos as habilidades e competências que não existiam nem atendiam a especificado da EJA, tornando assim, durante o planejamento não mais um momento de produções com autonomia e criatividade e sim, momentos de reproduzir ideias prontas e acabadas impostas pelo sistema que defende e fortalece o neoliberalismo e não a educação emancipatória.

Assim, foi objetivo geral da investigação compreender qual a concepção dos professores da EJA do Município de Teofilândia acerca da EJA e da BNCC. A partir do estabelecido, elegemos como objetivos específicos:

I) Apresentar os documentos curriculares de abrangência nacional e estadual, analisando o lugar da EJA nos mesmos.

- II) Apresentar uma caracterização da EJA a partir do contexto de Teofilândia - BA.
- III) Elaborar e implementar uma proposta de formação continuada de modo a subsidiar a elaboração de uma Proposta Curricular de EJA pelos professores de Teofilândia.

A seguir serão apresentadas a caracterização dos lócus da pesquisa e dos colaboradores, professores da EJA em Teofilândia, Bahia.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO LÓCUS DA PESQUISA E DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

A caracterização do município destaca-se em categorias- econômica, cultural, social e educacional. O município *lócus* da pesquisa é caracterizado economicamente pela atividade agrícola, baseada nas atividades primárias de subsistência e na agricultura familiar, as atividades econômicas exploradas pela Empresa de Mineração Equinox Gold, porém a mão de obra ocupada em grande parte não é oriunda do município *lócus*, e sim dos municípios vizinhos, como Araci, Serrinha e Barrocas, pois o município não dispõe de mão de obra qualificada para atender as necessidades da empresa. Embora o município dispõe de uma empresa de mineração, ainda é forte o processo de migração dos jovens da cidade em especial da zona rural, migrarem para as regiões do Sul e sudeste em busca de emprego, mesmo sem a formação ou escolarização mínima. Na categoria cultural a uma forte representação dos sambas de roda, festas juninas distribuídas em treze dias de festejos em homenagem ao padroeiro da cidade Santo Antônio, além das cavalgadas distribuídas em povoados na zona rural do município, os campeonatos de futebol aos domingos nas comunidades rurais, também é uma caracterização marcante no município.

Falando das questões sociais, não é diferente assim, como outros municípios baiano, porém as especificidades do social caracterizam fortemente ao perfil populacional em grande maioria usuários dos programas sociais, apresenta pouquíssimas opções de lazer, e diversão para população, a uma fragilidade na distribuição do saneamento básico, ocasionando assim, diversos problemas de saúde pública.

Os aspectos que caracterizam a educação são por meio da infraestrutura das escolas pública municipal, ainda com presença de traços antigos sem modernização ou reformas adequadas nos espaços escolares tanto das escolas urbanas como das escolas da zona rural, apenas uma escola do município foi construída como escola modelo, para atender e suprir a uma necessidade da implantação da militarização da educação no município, a Escola Municipal Miguel Gomes de Souza no povoado do Setor, as demais escolas da rede municipal,

só passam por reformas de pinturas ao termino de cada ano letivo, sempre como os mesmos padrões de tintas sem cores e sem alegrias, pois a memória remete ao passado e não as mudanças atuais.

Quanto ao perfil dos professores da EJA dos anos iniciais participantes da pesquisa, são professores que em sua maioria, possuem apenas a formação inicial do magistério, alguns destes foram minhas alunas no magistério, e outras possuem ensino superior em pedagogia.

Outro ponto que caracterizam e configuram-se como professores meramente temporários, chamados de “professores contratados”, isto é, por que não possuem vínculo trabalhistas com direitos a decimo terceiro, férias remuneradas e salários compatíveis com o piso salarial do magistério. São professores contratados por indicações de representantes políticos da comunidade e muitos deles para conseguir o contrato precisam fazer a captação ou a busca de alunos para matricular para assim, formar a turma para garantir a sua vaga de emprego durante o ano letivos.

Assim como os estudantes da EJA são sujeitos de direitos negados, os professores também apresentam em seu perfil esse mesmo estigma, opressão pelo sistema, um sistema cruel e perverso, pois como diz Freire 1996, não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.

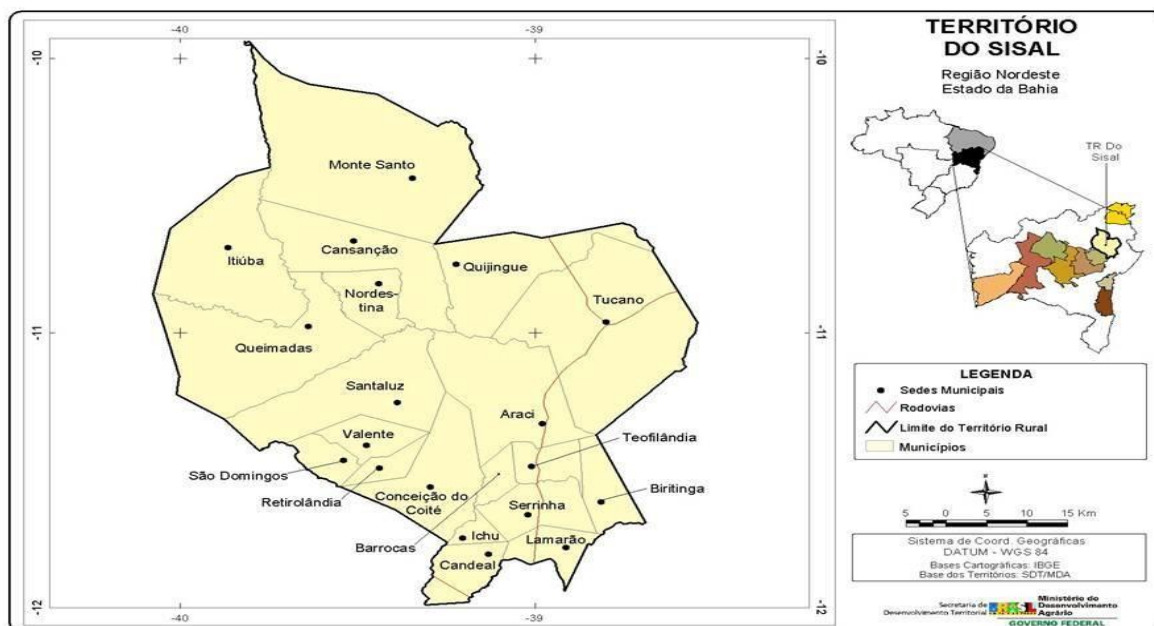
2.1.1. O Território do Sisal: Demarcando espaço de lutas no contexto da EJA

*Ser Sisaleiro é
Antes de tudo um forte Gente de fibra!*
(Fredson Costa)

Ao discutir EJA é preciso atentar para a estreita ligação com o território e com os seus sujeitos. Assim, precisamos pensar sobre o Território do Sisal, suas especificidades e sua historicidade.

O Território do Sisal é o nome que se dá levando em conta um elemento identitário comum aos municípios que é o cultivo e a atividade oriunda desta fonte de renda do agave – o sisal – principal elemento econômico durante décadas no Sertão. Mas não apenas isso define a territorialidade e sim os municípios que a compõem conforme o mapa na figura 1. Temos ainda traços comuns da cultura, da política, da geografia, dos aspectos sociais, do meio ambiente, que de algum modo definem certo grau de coesão entre os municípios que a circunscreve (FARIA, 2014).

Figura 1- Localização Geográfica do Território do Sisal.



Fonte: Governo Federal, WEB. Fonte: SILVA, 2016.

O mapa acima compreende vinte municípios do semiárido baiano: Araci, Barrocas, Biritinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Queimadas, Retirolândia, São Domingos, Quijingue, Nordestina, Santaluz, Serrinha, Teofilândia, Tucano e Valente, perfazendo uma extensão de 3,6% da totalidade do território da Bahia. A escassez de chuvas é uma das características desse território. Assim, essa interferência climática, quando o período de estiagem fica longo, acaba por inibir de modo drástico as atividades produtivas. É nesse contexto que a caatinga avulta como principal bioma (SILVA, 2016).

Notemos, a princípio, o que nos diz a Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia (SEPLAN):

O conceito de Território de Identidade surgiu a partir dos movimentos sociais ligados à agricultura familiar e à reforma agrária, sendo posteriormente adotado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário para a formulação de seu planejamento. A adoção como unidade de gestão para o estado da Bahia foi ajustada conceitual e metodologicamente para a formulação do planejamento em todas as dimensões, incluindo a realidade urbana e as atividades dos setores econômico secundário e terciário¹.

¹ In: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2650&Itemid=691.

O enfrentamento de questões adversas para a subsistência no território advém de longa data, mas segundo Silva (2016), só no final do século XIX e início do século XX que a região interiorana da Bahia - e nordestina – vai sendo amplamente ocupada e aí entra o Território do Sisal e sua gente marcada pela luta contra a seca e pela sobrevivência em meio a ela e a sistemas opressores de poder. Como o próprio autor nos lembra:

Desde o final do século XIX, a sobrevivência no Território do Sisal é difícil e penosa, especialmente em virtude das secas e das carências de recursos naturais, econômicos e sociais. Ou seja, é verdadeira a imagem apresentada por Euclides da Cunha (Os Sertões) e por Graciliano Ramos (Vidas Secas) de um sertão com solos ressequidos, carcaças de animais e migrantes com trouxas sobre a cabeça. O tempo e o espaço não só teceram a individualidade e a identificação cultural do povo sisaleiro como, do mesmo modo, arrebatarem a autoestima do sertanejo, com elevada pobreza e penúria (*idem, ibidem*, p. 156).

Nos documentos governamentais analisados a subdivisão em territórios de identidade é, sobretudo, segundo o governo, para facilitar a implementação de políticas sociais mais acertadas para o desenvolvimento econômico, a promoção da equidade e viabilidade de um maior bem-estar social para o exercício mais pleno da cidadania como efetivação de políticas públicas e direitos humanos, proteção integral. Segundo Faria (*op. cit.* p. 74), essa “territorialização do estado foi construída com a participação efetiva da sociedade civil e do poder público dos governos Federal e Estadual e de organizações sociais e não governamentais”.

É preciso destacar que mesmo com toda essa conjuntura que se mostra complexa e adversa dentro do semiárido, os sisaleiros, os sertanejos, os homens e mulheres do Território são atravessados por um sistema capitalista que viola os seus direitos e valores culturais, nascidos do esperar de sua gente simples.

Os folguedos populares como o boi roubado, as rezas das roças, as procissões e festas de padroeiros, os carurus, os forrós e quadrilhas de junho, a bata do feijão, os sambas de terreiros, dentre tantos outros festejos oriundos do seu modo de viver são elementos que trazem alegria a alma dessa gente e renovam a própria força ante a vida que se revela árida e difícil. Essas manifestações ainda subsistem. Contudo, algumas estão desaparecendo dentro das novas configurações, especialmente, pela ausência de políticas públicas na cultura e na educação que valorizem os saberes, fazeres e dizeres do povo sisaleiro.

O Território do Sisal, assim como a planta que o nomeia, é marcado pela resistência, pela capacidade de se renovar, pelo vigor e fibra dos que o compõe.

2.1.2. Ser sisaleiro: Herdeiros de um legado de privações e resistências

Marcados direta ou indiretamente pelo motor do sisal no corpo e na existência, as mulheres e homens deste estudo mostram sua importância e singularidades em busca da sobrevivência, igualdade e conquistas por meio das trajetórias de idas e voltas, avanços e recuos, geralmente, de escolhas sem horizontes definidos, mas também de luta, resistência e muita fibra.

Os sisaleiros não vivem somente das agruras, como geralmente identificados, mesmo com as privações cotidianas e o sofrimento, que historicamente marcam sua existência, as mulheres e homens vivem do trabalho e da alegria na sua plenitude, por meio das expressões culturais locais, tais como: vaquejadas, festas (juninas, padroeiros e colheita) e reisados, batatas de feijão, de milho, raspas de mandiocas e digitório, mutirões, como assim é chamado o trabalho coletivo nas comunidades.

Um dos desafios contemporâneos no campo educacional é repensar a EJA, tomando como legado a rica, e ainda viva, concepção de participação popular, na qual estejam explícitos o engajamento e a esperança de se alcançar um mundo mais humano e mais justo, expressos por uma sociedade igualitária, resultante do desenvolvimento de mulheres e homens em sua plenitude, tornados, de fato, sujeitos protagonistas, responsáveis e, acima de tudo, livres.

[...] Um dia pela força de nosso trabalho e de nossa luta, cortamos o arame da nossa ignorância, e então ali eu percebi, melhor cortamos os arames farpados do latifúndio e entramos nele, mas quando nele chegamos, descobrimos que existem outros arames farpados, como ainda naquele dia, que quanto mais ignorante, quanto mais inocentes diante do mundo, tanto melhor para os donos do mundo, e quanto mais sabido, no sentido de conhecer, tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo (FREIRE, 2004).²

A citação traz à tona toda a luta pela terra e pela cidadania, permeada pela educação. No seu cotidiano vivo e vivido, nas lutas, agruras, pelejas e resistências, mulheres e homens sisaleiros constroem seus saberes e fazeres, que perfazem a singularidade do universo cultural do sertanejo.

² Depoimento de um alfabetizador e camponês sem-terra em um assentamento no Rio Grande do Sul. O depoimento concedido ao prof. Bernardo Mançano Fernandes, em 1996, para elaboração de vídeo documentário da Educação do Campo, a partir das experiências do MST, e publicado no livro *Pedagogia da Tolerância*, organizada por Ana Maria Araújo Freire, publicada pela Editora da Unesp, 2004.

Essa diversidade cultural, que sempre fez parte do universo lúdico, laboral ou religioso do sertanejo, passou a ser assimilada e introduzida nos grandes centros urbanos por artistas, intelectuais e grupos que constituem/reconhecem a importância da cultura sisaleira.

2.2. O CENÁRIO DA EJA COMO MODALIDADE EDUCATIVA NO TERRITÓRIO DO SISAL

As formas de resistência, embates, enfrentamento e conquistas e as experiências educativas construídas pelos educadores sociais, instituições, organizações sociais, fóruns de EJA espalhados pelo país, têm influenciado os pensamentos pedagógicos, as práticas educativas coletivas e as políticas educacionais pautada na pedagogia dos movimentos, pertencentes a classe trabalhadora, para estimular a reflexão das ações, a fim de construir pautas de lutas de combate a toda forma de opressão, dominação e segregação, pela educação, que reforcem as desigualdades de gênero, raça e classe.

Para Arroyo (2012), a diversidade dos coletivos é um dos movimentos de defesa da EJA do território, protagonizando as vivências e experiências nos seus lugares que constroem vínculos e fortalece identidades, pensando na organização de ações com suas pautas de luta que será sempre de responsabilidade do coletivo.

Como prova dessa diversidade de coletivos, ao defender seus territórios como lugares de cultura, de conhecimentos ampliam a própria experiência e história cultural e intelectual pensando como exclusiva aos lugares legítimos de existência, de conhecimento e de cultural. Ao dar tamanha centralidade a seu direito aos espaços do conhecimento os enriquecem trazendo outros conhecimentos, outras formas de pensar, de produzir conhecimentos (ARROYO, 2012, p. 217).

Muitas conquistas alcançadas são resultadas dos embates desenvolvidos no contexto dos movimentos sociais, na mobilização da sociedade civil organizada que, insatisfeita, encontra-se incomodada com as formas diversas de produção e perpetuação das diferenças socioeconômicas que se exprimem também em processos educativos e nos sistemas educacionais, como é o caso Fórum EJA SISAL.

A Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) apresenta avanços e conquistas no cenário nacional para a EJA, sendo vista então como uma modalidade que passa a integrar os sistemas nacionais de educação. Entendida como dever do Estado e direito do cidadão, a EJA se configura como uma modalidade educacional e como tal, possui peculiaridades, necessidades e características próprias para o pleno atendimento do direito do sujeito à educação. No entanto, apenas o cenário

legal não garante o acesso à permanência e a aprendizagem dos educandos nos sistemas educacionais.

É, portanto, salutar, a criação de políticas públicas efetivas que compreendam a cultura, os saberes e fazeres dos sujeitos, bem como o acesso a conhecimentos socialmente relevantes, capazes de articular a tecnologia, a tradição, o trabalho e a existência na educação de jovens, adultos e idosos.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN (BRASIL, 1996), o Estado brasileiro reconhece, através da EJA, seu compromisso em ofertar minimamente aos jovens e adultos, cidadãos do país, a possibilidade de escolarização. Neste cenário, reconhecer o Território do Sisal e seus sujeitos são elementos fundamentais para uma educação democrática, socialmente referenciada e comprometida com a transformação da vida das pessoas.

Arroyo (2005) reconhece os sujeitos históricos que compõem as salas de aula de EJA, como pessoas demandantes de direitos, geralmente, em situação de exclusão social. São assim, sujeitos que vivem ou vivenciaram situações de exclusão social e a negação de direitos elementares como moradia, emprego, alimento, emprego, entre outras.

Ao refletirmos sobre os homens e mulheres que estão inseridos na EJA é fundamental compreendermos que estes são dotados de desejos, intenções e objetivos de vida. Além de reconhecerem a escola como espaço de saber e de conhecimento, os sujeitos que se propõem a frequentar esse espaço, enxergam nesta instituição uma forma de mudança em sua realidade (SILVA, 2015).

Dessa forma, reafirmamos a importância de espaços e ambientes escolares acolhedores e adequados, que favoreçam aprendizagens de conhecimentos escolares, mas que também permitam a reflexão sobre o cotidiano, o trabalho na roça e nas periferias, a cultura popular e o artesanato, as danças e sambas de rodas, os reis roubados e a ludicidade do Território do Sisal.

Diante do contingente crescente de jovens e adultos que continuam sem a conclusão do ensino fundamental e médio em nosso país, reafirmamos a EJA como direito fundamental humano, evidenciando suas relações com o trabalho e a dignidade humana. Nesse sentido, reforça-se o compromisso com o direito dos homens e mulheres sisaleiros a uma educação que se pautem em suas características e trajetórias culturais, capazes de se constituir em legado histórico e social para este território.

Diante das reflexões feitas sobre as ações relevantes que o Fórum de EJA SISAL vem desenvolvendo para o fortalecimento da EJA, se faz necessário a continuidade dessa mobilização que acontece de forma itinerante e planejada. Como diz GOHN (2008), os

movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social e constroem propostas. A construção das propostas acontece de forma coletiva, com base no contexto que o momento apresenta. Essa informação é sintetizada na tabela a seguir.

Tabela 1- Análise dos municípios do Território do Sisal que fazem parte do Fórum EJA SISAL.

Municípios	Ano elaboração
Araci	2021
Água Fria	2020
Barrocas	2017
Conceição do Coité	
Santa Luz	
Valente	
Queimadas	
São Domingos	
Serrinha	2020
Teofilândia	

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2022.

Os municípios que tiveram seus documentos reformulados de acordo o que a BNCC determina em seu processo de alinhamento padronizado foram: Araci, Água Fria, Barrocas e Serrinha. A reformulação foi uma mobilização e articulação da União dos Dirigentes Municipais (UNDIME) em parceria com a Secretaria de Educação Estadual da Bahia (SECBA), para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos em conformidade com as exigências do Ministério da Educação (MEC).

Nesse cenário surgem questões: quem ficou responsável pelos referenciais curriculares reformulados? A quem interessa esse aligeiramento? Ao analisar esses documentos elaborados percebe-se uma fragmentação quanto aos princípios da EJA e da Educação Popular, conforme a legislação vigente da educação garante a esses sujeitos. Quatro municípios conseguiram encaminhar o documento dentro do “prazo estimado” pela equipe de mobilização pela elaboração dos documentos. Seis não conseguiram concluir e encaminhar os documentos.

2.2.1. Trajetória do fórum regional de EJA do Território do Sisal

Os Fóruns de EJA são espaços que tiveram origem das redes construídas nos anos de 1970 e 1980 e contribuem significativamente para o debate e luta pelos direitos. Passaram a ser um novo espaço promissor na luta de consolidar a educação de pessoas jovens, adultas e idosas como um campo de responsabilidade pública.

A Educação de Jovens e Adultos tem muitos desafios a serem vencidos depois dos ataques e retrocessos constantes, a partir de 2016, com políticas de negação de direito aos seus sujeitos, maioria trabalhadores, desde o direito fundamental, o direito à vida, aos outros direitos sociais a começar pela educação.

Desde o VI Encontro Estadual do Fórum de EJA da Bahia, que aconteceu entre 30 e 31 de julho de 2007, no Instituto Anísio Teixeira (IAT), diversos segmentos presentes neste encontro que pertenciam ao Território do Sisal, movidos por desejo e necessidade, decidiram organizar e sistematizar o Pré-Fórum Regional de EJA do Território do Sisal. Um dos grandes desafios foi superar a fragmentação e a pulverização de informações. Uma das primeiras ações tomadas nas reuniões do Pré-Fórum foi constituir uma comissão para estabelecer diálogo e parceria com os municípios sisaleiros.

Em 13 de junho de 2008 foi implantado o Fórum Regional de EJA do Território do Sisal (denominaremos Fórum EJA Sisal). O local foi a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XIV, no município de Conceição do Coité. Estiveram presentes representantes de diversos segmentos dos municípios de Conceição do Coité, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Quijingue, Valente, Ichu, Retirolândia, Queimadas e Nordestina. A presença dos movimentos sociais, do poder público, educandos, educadores da EJA, gestores e a sociedade civil fortaleceram o caráter democrático do encontro.

Desde o ano de 2008 o Fórum EJA SISAL aponta novas possibilidades e novos caminhos para a educação de pessoas jovens, adultas e idosas nos municípios do Território do Sisal, inovando na sua forma de atuar, promovendo debates, encontros itinerantes e atividades que fortaleçam os nossos espaços de formação, sempre afirmando seu caráter itinerante e dinâmico. O Fórum EJA SISAL se constitui como espaço público, permanente, não estatal e não institucional de articulação de entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Apresenta caráter regional, participação aberta e representação por entidade coletiva, constituído e organizado por segmentos, possuindo uma coordenação colegiada.

Na pauta de reivindicações e de luta está a defesa da educação e aprendizagens de jovens, adultos e idosos como um direito humano que se efetiva ao longo da vida. Um dos

desafios é construir e fortalecer uma rede de parcerias no contexto da educação de jovens, adultos e idosos no Território do Sisal, conseguindo contribuir e desenvolver ações para maior aproximação de entidades, segmentos e pessoas que atuam direta e indiretamente na EJA.

A parceria do Fórum Regional de EJA SISAL com a UNEB *Campus XIV* e também *Campus XI*, no município de Serrinha, vem desenvolvendo e materializando, no contexto do ensino, pesquisa e extensão, ações que potencializam e reconfiguram a formação docente inicial e continuada na EJA no cenário educacional do Território do Sisal. Participam dessas ações profissionais das escolas públicas municipais e estaduais, movimentos sociais, movimentos populares, movimentos sindicais e organizações que atuam com pessoas jovens, adultas e idosas.

A interlocução entre o Estado, a Universidade e a Educação Básica com os movimentos sociais, sindicais e populares oferecem caminhos promissores e necessários para materializar a educação de pessoas jovens, adultas e idosas comprometidas com a participação e transformação social.

Com a atuação dos membros do Fórum EJA SISAL, foram organizadas diversas ações em diálogo com a comunidade como cursos de extensão para formação docente na EJA, organizado para deslocar a formação docente da EJA da invisibilidade ao passo que incentiva o protagonismo dos nossos estudantes.

Além dos cursos, ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), intitulado *Educação de Jovens e Adultos: novos caminhos para uma escola solidária* fez a inserção de 20 (vinte) bolsistas graduandos de Licenciatura em Letras, desenvolvendo ações de ensino e pesquisa em classes de EJA, junto aos gestores, professores e alunos nas escolas públicas, no município de Conceição do Coité.

Ações significativas são desenvolvidas e promovidas pelo Fórum EJA SISAL, por exemplo: a EXPOEJA, exposição dos talentos (música, artesanato, poesias, saraus, cordéis, danças, samba de roda) com os sujeitos da EJA; Café com os Prefeitos e Secretários de Educação dos municípios sisaleiros, como forma de mobilização e sensibilização junto ao poder público; reuniões e troca de experiências com os movimentos sociais locais.

O Fórum EJA Sisal tem participação nas reuniões no Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL). Dessa forma, constitui-se em espaço político, de lutas, direitos e responsabilidades, reconhece as potencialidades dos homens e mulheres de fibra que são sujeitos da EJA, nos municípios do Território do Sisal.

No panorama da EJA, esses espaços configuram-se permanentemente como espaços de mobilização, militância, engajamentos, negociação, articulação, participação e, particularmente, de discussão e intervenção – necessários nos contextos local, regional, nacional e internacional – dos atores sociais, vistos como protagonistas de ações libertárias e democráticas.

A EJA foi incluída nas pautas e agendas governamentais, na legislação, nas estruturas administrativas de governo e no financiamento público, aproximando governos municipais, estaduais e federal, além de organizações não governamentais e dos movimentos sociais que acumulam trajetórias significativas neste campo.

Baseado no princípio democrático da participação qualitativa dos sujeitos, o Fórum EJA Sisal constitui-se em um lugar onde seus sujeitos têm direito à palavra e podem ser ativos e propositivos. Sua atuação é de defesa de ações que reconheçam os sujeitos da EJA como pessoas de direitos. Desenvolve-se na coletividade um senso crítico e político mais apurado, exigindo dos (as) representantes dos poderes públicos o cumprimento de suas responsabilidades para essa modalidade e, sobretudo, que atendam às demandas educacionais das mulheres e homens sisaleiros do Território do Sisal.

No Fórum EJA SISAL são apontados possibilidades e caminhos para a educação de pessoas jovens, adultas e idosas nos municípios do Território do Sisal da Bahia, inovando na sua forma de atuar, promovendo debates, encontros e atividades, sempre afirmando seu caráter coletivo, itinerante e dinâmico, além da luta constante de promover em cada município formação continuada para professores das classes de EJA, para que possamos efetivar educação de qualidade para os estudantes de EJA.

Essas ações contribuem significativamente no papel propositivo do Fórum EJA SISAL no cenário baiano, especialmente no contexto dos municípios que compõem o coletivo de resistência e de muita fibra em prol dos estudantes da modalidade. Vale ressaltar que a participação ativa e participativa do município de Teofilândia contribui nas ações afirmativas das atividades itinerantes do Fórum EJA SISAL.

2.2.2. EXPOEJA SISAL: Espaço de resistência e protagonismo de mulheres e homens sisaleiros

A gênese do EXPOEJA SISAL surge do desejo e da necessidade de contribuir com o protagonismo de mulheres e homens sisaleiros, especialmente dos sujeitos da EJA, estudantes

e professores (as) das escolas públicas estaduais e municipais dos onze (11) municípios que compõem o Fórum EJA SISAL.

A centralidade é combater a invisibilidade e o apagamento histórico dos saberes, fazeres e dizeres dos sujeitos da EJA, por meio da discussão e do debate no currículo vivo e vivido das classes e/ou escolas de EJA, partindo do pressuposto diário destes sujeitos como parte deste espaço de luta constante.

Essa rica diversidade do currículo de formação leva as disputas pelo direito à diversidade de todos os currículos de formação e de educação básica. (ARROYO, 2012.p.11). Conforme o autor afirma sobre a rica diversidade do currículo que apresenta esta ação, pautada na pedagogia dos movimentos e na pedagogia da autonomia, visibilizando o direito de acesso à educação plural e respeitando a diversidade enfatizando a pedagogia da autonomia, a pedagogia dos movimentos, das cores dos sabores. E o mais importante protagonizando os direitos dos sujeitos educandos quanto a uma educação laica, gratuita e de qualidade pedagógica e social, não só do acesso, mas sim da permanência nesses espaços de escolarização, por sentir-se parte do processo de aprendizagem de forma significativa, oportunizando que os mesmos se reconheçam parte integral do processo de interação, social, educacional, político e cultural para produção do conhecimento não só escolarizado mais sim, um conhecimento de mundo.

Esse direito ao conhecimento passa a ser significativo quando os estudantes passam a ser parte do processo da elaboração, construção teórica e prática e se materializa nos resultados do envolvimento no chão da vivência.

Na realização dos EXPOEJA, já foram trabalhados temas como: Educação Popular e EJA; Direitos Humanos e EJA; Cultura da Paz e EJA, dentre outros. O EXPOEJA SISAL representa a ação do Fórum Regional de EJA do Sisal mais expressiva, visto que a participação é ativa de todos os municípios que fazem parte do Fórum. Em 2017, mais de 1.200 pessoas participaram do EXPOEJA SISAL no município de Tucano/BA. Geralmente, a média de participação oscila de 300 a 600 pessoas a depender das condições que o município que sedia oferece. Vale ressaltar que os demais municípios contribuem com a alimentação e também com a organização do evento.

Em 13 de setembro de 2019 ocorreu a VII EXPOEJA SISAL com a participação de 500 pessoas no município de São Domingos, cuja temática coincidiu com a do XVI Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA): “Educação de Qualidade Social como Direito de Trabalhadores e Trabalhadoras”. Por meio da exposição dos talentos (música, artesanato, poesias, saraus, cordéis e danças) dos sujeitos da EJA, o tema foi desenvolvido.

Destaca-se, que no centenário do Patrono da Educação Brasileira, o professor Paulo Freire, o EXPOEJA SISAL fez parte das comemorações em âmbito nacional e internacional. Mesmo com as limitações da pandemia foram realizados Ciclos Formativos com os sujeitos da EJA sisaleiros em vários municípios, inclusive em Teofilândia, onde a participação dos sujeitos foi representativa.

2.2.3. OBEJA: Espaço de contribuição científica no campo da EJA no território do sisal

O Observatório de EJA do Sisal (OBEJA/Sisal), vinculado ao PPGEDUC/UNEB, inicialmente constituiu-se como possibilidade de fazer um diagnóstico da EJA no contexto dos municípios sisaleiros. Inicialmente, durante o primeiro diagnóstico contou com a colaboração do Fórum EJA SISAL.

Dentre as ações do OBEJA, destaca-se a organização e coordenação do Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal (SEJATIS) - Bahia é um evento regional e local e que em 2022 estendeu-se a nível Nacional.

Os seminários atendem a proposta dialógica, pautada na identidade e no desenvolvimento das diversas comunidades que constituem o Território de Identidade do Sisal, discutindo por diferentes temas: ambiental, cultural, econômica, territorial, política, educacional e social, possibilitando aos pesquisadores, estudiosos e professores da EJA apresentarem pesquisas acadêmicas e/ou relatos de experiências educacionais. Segundo Faria (2009), as limitações na formação dificultam a participação nos debates globais, consequência da falta de reflexão, criticidade e principalmente tomada de atitude que vise à transformação social.

O OBEJA contribui significativamente para reverter esse quadro no campo da Formação de Professores da EJA. Vale ressaltar que contribui para a formação inicial e continuada de professores e coordenadores da EJA. Além da participação dos estudantes da EJA.

O Primeiro SEJATIS – I Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal (I SEJATIS) ocorreu no ano de 2013, tendo como título principal:

Perspectivas da Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal, na cidade de Conceição do Coité – Bahia o número de participantes inscritos e participando ativamente forma de 300 pessoas.

No ano de 2020, com o surgimento da pandemia da COVID 19, o OBEJA deparou-se com a impossibilidade de um evento itinerante no Território do Sisal, encontrou como alternativa o formato *online*, sendo assim o VIII SEJATIS. Apresentou o tema: Reflexões Sobre

Docência, Profissionalização e Novas Tecnologias na Educação de Jovens e Adultos no Território de Identidade do Sisal. Em 2021,

O IX SEJATIS aconteceu ainda em momento de isolamento social, propondo a discussão do tema: *EJA em tempos de pandemia: Paulo Freire, educação para a liberdade e para a vida*, realizado entre os dias 13 e 16 de setembro de 2021, como atividade comemorativa ao centenário de nascimento de Paulo Freire (19/09/1921).

O SEJATIS tem contribuído de forma significativa para o processo de formação contínua de professores da EJA no Território do Sisal e sua implicação com os sujeitos da modalidade, além de possibilitar em novas produções de literaturas e fontes bibliográficas de pesquisas e embasamentos teóricos e científicos para EJA, não só para o Território do Sisal, e sim estendendo a outros territórios e espaços pela busca do conhecimento.

Oportunizando o avanço pela pesquisa científica e as trocas de saberes e fazeres na EJA com a submissão, apresentação de trabalhos, relatos de experiências, mostra de artes, oficinas, minicursos e rodas de conversas, as dinâmicas das apresentações são diversas para contemplar a essa diversidade da modalidade, contemplando assim os múltiplos saberes, dos sujeitos.

2.3. PERFIL DOS SUJEITOS DA EJA DO TERRITÓRIO DO SISAL

O perfil dos sujeitos da EJA que estão inseridos geograficamente no Território do Sisal, não difere significativamente das demais realidades brasileiras, pois se configura em sujeitos de direitos negados, muitos em situações de vulnerabilidade social, dependentes do Programa Bolsa Família e demais programas sociais.

Considerando as especificidades da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política de garantia do direito à educação e à aprendizagem, entre mulheres e homens negros, trabalhadoras e trabalhadores autônomos, agricultores e agricultoras, muitas vítimas de LGBT fobia que passaram ou estão sujeitos a qualquer forma de violência, pessoas que fazem parte de diferentes movimentos e coletivos sociais, religiosos, política e culturais, resistem a todas as formas de opressões e lutam pelo direito a ter direito, com base na pedagogia da resistência a qualquer ato de retrocesso a modalidade e aos sujeitos da EJA.

A EJA é espaço daqueles/as que acreditam na educação como direito necessário para transformação da vida, em diversos aspectos, sociais, econômico, político. É espaço de reinvenção de outras identidades (docente e discentes), na busca constante do protagonismo, da construção do conhecimento que priorize os aspectos da humanização e a pedagogia da amorosidade através do diálogo e na construção de um currículo interconectado com a vida e

cotidiano vivo e vivido. Pensar em currículo e diretrizes curriculares para a EJA é, antes de tudo, pensar em quais sujeitos e qual sociedade se almeja proporcionar (VINÃL, SANTOS FILHO, AMORIM, 2020, p.314). Os professores, coordenadores pedagógicos e gestores das escolas com ofertas de turmas de EJA necessitam de formação que tenha como referencial teórico os princípios e pressupostos da Educação Popular (EP), realidade que a BNCC desconsidera, como já foi ressaltado anteriormente.

Os professores, pessoas jovens e adultas, assim como a maioria dos seus alunos, são trabalhadores sujeitos de direitos. Estão inseridos em uma dinâmica social, cultural, e política ampla que se desenvolveu em meio as lutas e tensões engajamentos, práticas e movimentos sociais ao longo da história brasileira (FARIA, 2012, p. 13).

Os atores sociais engajados na militância e resistência, por uma EJA pautada nos princípios da Educação Popular, buscam estratégias para a libertação contra a opressão, ao passo que constituem a educação como luta pela garantia de condições de vida e de bem-estar social, que possibilite a construção e reconstrução da identidade e cultura dos sujeitos da EJA.

Acima de tudo, afirmar que Educação de Jovens e Adultos é direito, para tanto se faz necessário buscar fortalecer e implementar políticas públicas, que incentive, a retomada do aumento desses sujeitos a ingressarem ou retomarem aos espaços escolares de forma urgente.

Como Freire afirma (1979, p. 84) a “Educação não transforma o mundo, educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo”. Sobretudo o pensamento de Freire, quanto ao poder da educação em transformar a vida das pessoas através do acesso à educação, como princípio educativo e humanizada.

3. UM RECORTE TEMPORAL DO CENÁRIO DA EJA NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL DO PERÍODO DE 2017 A 2021

Da Educação Nacional define a educação de jovens e adultos como aquela “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” Os parágrafos subsequentes ainda destacam que própria.

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Desde 1988 o sistema de educação no Brasil é gerido de modo colaborativo entre União, Distrito Federal, estados e municípios. Dessa forma, cada ente federativo tem características e atribuições em relação à Educação de Jovens e Adultos.

Este capítulo trata do cenário da EJA em nível nacional, no estado da Bahia e no município de Teofilândia.

3.1. CENÁRIO DA EJA NACIONAL

A história da EJA apresenta -se com a representação do espaço de vivência dos sujeitos sociais e suas marcas históricas de negação de direitos e injustiça social, formada por sujeitos com maioria de perfil social e econômico de trabalhadores e trabalhadoras do campo formal ou informal, mulheres e homens, negros, e negras, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBTQI+), com marcas e traços de vulnerabilidade social, essas marcas ainda se perpassa nos dias atuais, com a negação de direito e opressão dos sujeitos da EJA.

Se faz necessária a afirmação e pertencimento das suas histórias, cultura, e seu reconhecimento enquanto sujeito de direito, resistindo as insurgências que a sociedade cria como cultura de negacionismo, com mudanças de comportamentos respeitando às especificidades e sujeitos da modalidade, que são privados de direitos básicos e a educação escolar para eles foram historicamente tratadas pelo poder público com políticas compensatórias, fragmentadas e descontinuas.

Que não esqueçam que a partir da colonização vêm sendo submetidos à destruição de seus modos de pensar, de pensar-se, de destruição de suas culturas, identidades,

memórias, que não foram reconhecidos produtores da história da produção intelectual e cultural. (ARROYO 2012, p 13)

Com base na afirmação do autor, temos como exemplo dessa política de reparação, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão Social, (SECADI), assim como outros programas de educação, que tornaram descontínuo por quatro anos, durante o período do governo de retrocesso a Educação Nacional em especial a EJA, tendo perdas e prejuízos inesperados durante esse período.

Foi totalmente contraditório o comportamento dessa política de extinção da SECADI, indo em desencontro as metas do PNA, PME, visto que as conferências estaduais e municipais, firmaram compromisso por dez anos com elaboração do plano decenal e termo de adesão desses documentos, afirmando as políticas públicas educacional a cumprirem metas e estratégias, dentro de cada modalidade de ensino, com objetivo de garantir uma educação pública laica, gratuita e de qualidade dentro dos prazos estipulados ou estabelecidos nas metas oito (8), nove (9), dez (10) do PME.

Reafirmamos, aqui, o nosso compromisso em lutar pela EJA de forma que assegure não só o acesso à educação, mas também a permanência desses sujeitos nos espaços escolarizados, não queremos, nem aceitamos qualquer EJA, aos nossos sujeitos e sim uma EJA reparadora, humanizada, respeitando as especificidades, as peculiaridades, a diversidades e as limitações que o contexto de vivência social lhes impõe entre lutar para viver e viver para resistir.

Esperamos ao longo desse período da execução das metas do PNE, especificamente, as metas oito (8), nove (9) e dez (10), que trata sobre a política de aplicação e fortalecimento da EJA, a institucionalização e cumprimento efetivo das metas, de forma coerentes, e não apenas para aquisição de cumprimento de execuções de ações com o objetivo de realizar adesão a programas de arrecadação de fundos e investimentos financeiros, como manobra de geração de emprego por indicações política partidária, como vem acontecendo ao longo do período, com a rotatividade de professores por contratos temporários e com a precarização docente.

Sem levar em consideração a aplicação e fortalecimento das políticas públicas da educação nacional que apresenta nas vinte metas e nas duzentos e cinquenta e quatro estratégias do PNE, porém estreitamos aqui a discussão do que é mais urgente na modalidade EJA, escrita nas metas e estratégias indicadas no referido documento, percebe-se a contradição e o descumprimento das mesmas ao longo desse período apresentado.

Dito isto, é contraditório com as decisões que os entes federados vieram se comportando, agindo com a redução de turmas e fechamento de classes de EJA a nível nacional, conforme apresentado nas discussões em plenárias dos encontros de EJA do Brasil. É

angustiante e revoltante a negação de direitos a esses sujeitos, que já tiveram a vida inteira a presença da negação de acesso básico as coisas mais simples, como alimentação digna, moradia, lazer, cultura, saúde e educação na idade dita mente correta, visto que a educação desde os tempos passados, já era vista como privilégio das classes média alta, e as elites.

Maria Margarida Machado e Miriam Fábila no capítulo intitulado “PNE e os desafios da Educação de Jovens e Adultos na próxima década”, analisam os desafios do planejamento educacional do Brasil, na próxima década, especialmente em relação a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e as metas voltadas em relação a Educação de Jovens e Adultos(EJA), e as metas voltadas para o atendimento aos jovens e adultos, verticalizando a análise em suas estratégias e os desafios para o planejamento de sua materialização. (BRASIL, 2014, p. 139)

Conforme as autoras afirmam sobre os desafios que supostamente foram postas a Modalidade através da falta de política de educação estruturada e firmada com o plano decenal de educação, revela ausência de políticas afirmativas, para execução das metas e estratégias respeitando e cumprindo a equidade da EJA, em consonância com a legislação educacional.

Há décadas não se desenvolveu ou se aplicou, no sistema de educação escolarizada, uma reformulação das diretrizes educacionais, na ampliação da qualidade e ampliação de direitos e acesso, possibilitando a oferta da educação de qualidade de forma digna aos menos favorecidos ou aos esfarrapados do mundo, como diz Arroyo (2017).

A educação é uma política efetiva de direito do sujeito da modalidade, independente da raça, cor, gênero, religião ou classe social, porém na modalidade EJA, o Parecer CNE/CP nº11/2011 (BRASIL, 2011) enfatiza essa política de educação como direito as pessoas jovens, adultas e idosas à educação escolarizada, ampliando assim, a EJA como espaço de progressão aos direitos.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, Título V, Capítulo II, Seção V, parágrafo 1º, que “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. E, no parágrafo 2º, que “o Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalho na escola, mediante ações integradas e complementares entre si” (BRASIL, 2011).

Se faz necessário abrir novas possibilidades no intuito de evidenciar novas relações, através da pedagogia das possibilidades, lutar por uma pedagogia para além das políticas de reparação sobre os direitos humanos, e sim com arranjos de possibilidade de resistência e luta a serviço da vida, com justiça equânime.

Na perspectiva de contribuir com uma educação de qualidade e igualdade menos excludente, sem opressão e negação de direitos, com possibilidade de transformação social, podemos afirmar que através da educação pautada como direito humano, poderemos fortalecer e ampliar a EJA como um campo de pesquisa e formação continuada contra a qualquer tipo de retrocesso ou negacionismo, discriminação, opressão e violência.

A educação deve ser aplicada para além da pedagogia dos conteúdos, ultrapassando os muros da escola, como prática da liberdade social, política, educacional e cultural que não aceita o desrespeito à vida humana,

A educação de jovens, adultos e idosos no cenário atual diante de tanto retrocesso, exige diálogos afirmativos com possibilidades de investigação e problematização, contextualização na elaboração e implementação de propostas pedagógicas emancipatórias e humanizadora, menos radical, segregacionista.

Deixando de ser meros receptores de informações, visto como tábua rasa, como depósitos de informações que se acumula, com práticas de educação bancária contra os princípios da EJA, passando a assumir lugar de protagonismo e de socialização de saberes e fazeres, na escola e nos diferentes espaços de aprendizagem, para além disso exige respeito e política de reparação equânime e com justiça social efetiva.

3.2. UM RECORTE TEMPORAL DE 2017 A 2022 DA EJA NA BAHIA

Com base na Resolução CNE/CP Nº 2, de 10 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020), a Secretária de Educação da Bahia em parceria com a União dos Dirigentes Municipais de Educação Bahia, (UNDIME), em parceria com outras instituições como Instituto Anísio Teixeira (IAT), Secretaria da Educação da Bahia, (SEC), as representações dos Conselho de Educação da Bahia, (CEE), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Em parceria com os vinte e sete (27) territórios de identidade do Estado da Bahia, iniciaram-se o processo de articulação para da DCRB, para a Educação abrangendo e contemplando todos os Segmentos e Modalidade de Ensino, a proposta apresentada é a ser construído por várias mãos, levando em consideração a realidade e as peculiaridades de cada município baiano.

Dentre as características desenvolvidas e apresentadas neste documento, a Modalidade EJA está contemplada.

O Documento Curricular Referencial da Bahia para a Educação Infantil e Ensino Fundamental traz, à luz da Educação de Jovens e Adultos, a premente necessidade de fazer uma educação plural para um sujeito diverso, na qual ele é o ponto de partida e de chegada para uma oferta justa e democrática, que perpassa a ideia de construir um currículo que permita ao educador dizer quem são os seus sujeitos. (BAHIA, 2019, p.57)

O documento apresenta os princípios da EJA, pautado na legislação educacional LDB, como garantia de direitos dos sujeitos a terem uma educação plural e equânime, porém diante de todo esse processo histórico de reconstrução do currículo da EJA, ainda é perceptível a ausência de estudantes como representações da classe estudantil, para serem ouvidos nos processos de construção de documento para eles, sendo um outro modelo de construção com eles e não apenas para eles.

Vale acentuar, que para excursão dessa política de inclusão da modalidade EJA não foi fácil, o Fórum de EJA da Bahia acompanhou esse processo de forma participativa e ativa em defesa da dignidade do direito à educação da classe dos sujeitos da EJA, através do ofício de Nº 01/2021 solicitando a política de reparação, inclusão da modalidade de forma qualificada pautada nos princípios da modalidade, conforme documento em anexo.

A construção desse documento foi desenvolvida por etapa, inicialmente com a política de formação continuada com estudo do GUIA de orientação por território. O GUIA é composto por vinte e uma (21) páginas distribuindo apresentação dos encontros de formação conforme imagem. A finalização da elaboração dos documentos, distribuída em volumes. Dos documentos, o volume 1 contém 482 páginas, o volume 2 contém 562 páginas e o documento da versão final contém 576 páginas. A versão final do documento DCRB foi aprovada pelo CEE, na data do dia 25 de março de 2022, com base na Resolução de Nº 111/2022, publicada na data do dia 26 de março de 2022, visto que a última versão do documento contempla o Ensino Médio.

O primeiro volume do documento é apresentado propostas da Educação Infantil e Ensino Fundamental. No segundo volume, apresenta proposta do Novo Ensino Médio e os Itinerários Formativos. E no volume três segue abordagem do Ensino Médio na proposta de aplicar Consulta Pública para as modalidades de Educação, entre elas: Educação Escolar Indígena, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

Partindo dos desafios, da construção e elaboração do DCRB, concluindo a etapa, foi encaminhado e estabelecido entre os 417 municípios da Bahia o prazo para elaboração e construção do Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM), tendo como meta e

objetivo nortear os municípios baiano a elaborar, revisar, os referenciais necessários a contemplar nos Projetos Políticos Pedagógicos de cada unidade escolar (PPP).

A Educação de Jovens e Adultos vem sofrendo ataques por parte do poder Público Municipal quanto ao fechamento de turmas de EJA na capital baiana, no período de 2021 a Secretaria de Educação Municipal optou em fazer a progressão dos estudantes com ano contínuo ou seja unificando a matrícula de do ano letivo de 2021/2022 em série/ ano de progressão continuada, independente do resultado de aprendizagem tomando como base PARECER CNE/CP Nº: 6/2021, que flexibiliza a quantidade de dias letivos, durante a pandemia.

Diante de toda precarização e descaso com os sujeitos da Modalidade, no ano de 2022, o cenário mudou, passou a retroceder a ser violado o direito e passou a ser uma prática de negação de direito aos sujeitos da EJA, com ataque à democracia, com o fechamento de classes de EJA, o que resultou em mais de quarenta (40) escolas de EJA fechadas na capital baiana.

Essa situação remete à reflexão de Arroyo (2017), acerca

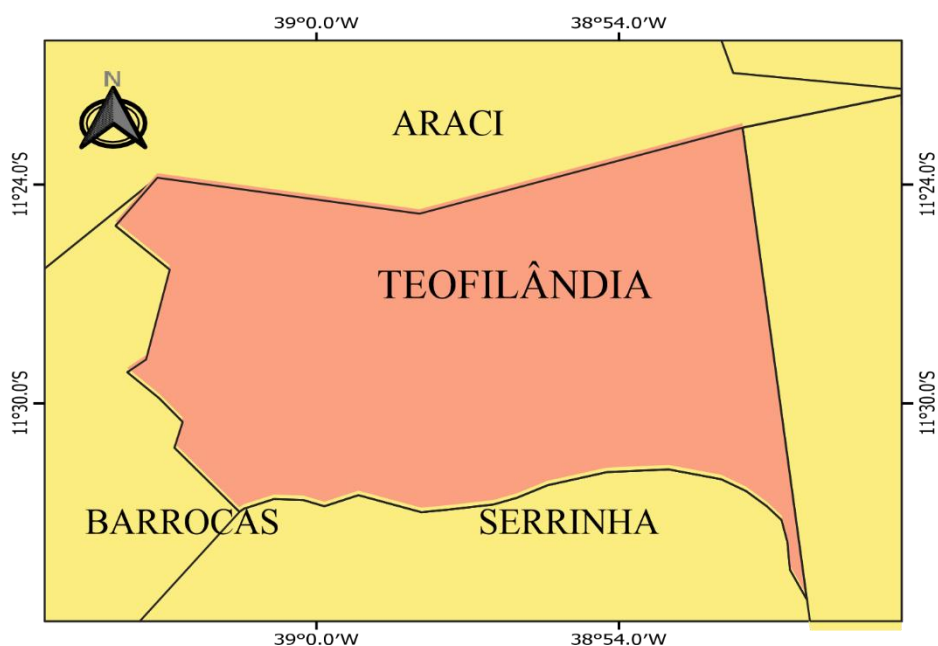
A tensa articulação entre direito à educação e justiça, por que o pensamento pedagógico, as políticas e as diretrizes têm dificuldades de articular direito a educação como Justiça? A escola e as políticas educativas são pensadas como dadiva de oportunidades oferecidas pelo Estado, das elites para os carentes povos, os trabalhadores, negros, das periferias e do campo (ARROYO, 2017, p. 96).

O pensamento do autor apresenta de forma teórica o que se vive na prática por esses sujeitos, que tiveram os seus direitos retirados de forma agressiva, desrespeitosa, desumanizada, cabe refletir de forma crítica sobre a política de educação que temos e a que queremos diante das nossas lutas, resistências, tensões encontros e denúncias.

3.3. CENÁRIO ATUAL DA EJA NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA – BAHIA

O município *lócus* da pesquisa está localizado geograficamente no Território do Sisal, a 205 km da capital baiana – Salvador, vizinho aos municípios de Serrinha, Araci, Barrocas e Biritinga. O número populacional segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) é estimado em 22.590 pessoas. A maioria da população reside na área rural do município.

Figura 2- Localização Geográfica do Município de Teofilândia- BA



Sistema de Referências: SIRGAS, 2000. **Fonte:** SEI,2010; IBGE, 2015. **Elaboração:** Silva, R.A., 2022.

O município de Teofilândia-BA apresenta a cultura local tradicional conhecida como as trezenas de Santo Antônio, o padroeiro da cidade, em que é comemorado treze dias de festas com celebração da missa na igreja católica e logo após a celebração inicia-se os festejos com grupos musicais locais com ritmos juninos, a igreja também monta na praça a barraca de Santo Antônio, onde é vendido todas as noites comidas típicas juninas, em benefício da igreja, as comidas típicas são doações da população em prol da igreja católica.

Cada noite é comemorado com um tema, a noite das crianças em homenagem às crianças do Centro Missionário que moram mais de duzentas crianças carentes, todas oriundas da zona rural, de pais carentes e até crianças abandonadas pelos familiares. Todas as noites são lindas, porém a mais movimentada é a noite dos vaqueiros, dos motoristas e a noite dos namorados. São treze dias de pura alegria, cultura e mistura de fé e solidariedade local.

Figura 3- Mosaico fotográfico

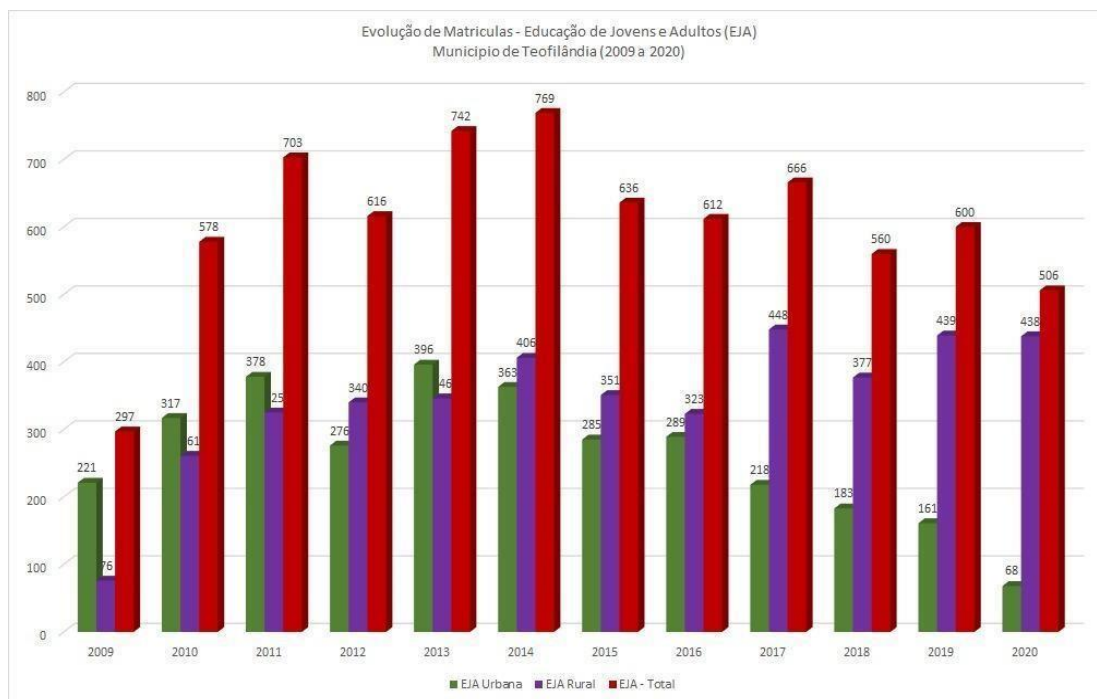


Fonte: Autoria da pesquisadora, 2022.

O sistema educacional do município dispõe de vinte e oito escolas (28), distribuídas entre: uma Estadual (1), vinte e três da Rede Municipal (23) e quatro escolas da Rede Privada de ensino (4), totalizando vinte e quatro (24) escolas públicas no município. A quantidade de professores efetivos no município é de cento e setenta e nove (179), sendo oitenta e um (81) no nos anos iniciais do ensino fundamental e setenta e nove (79) nos anos finais do ensino fundamental.

Quanto ao número de matrículas na EJA, entre 2009 e 2014 houve tendência de crescimento e após 2014 houve tendência de queda, conforme pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1- Evolução de matrículas na EJA (2009-2020)



Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir de dados do Censo, Inep-2020.

O gráfico apresenta o panorama quanto ao aumento de matrícula na modalidade EJA no município, o que chama atenção a queda dessas matrículas na totalidade no ano de 2020 em especial na área urbana como mostra o gráfico. O número de estudantes matriculados no ano de dois mil e vinte um (2021) na modalidade regular (ensinos fundamental e médio) rede é três mil novecentos e oitenta (3.980), conforme mostra a tabela 2. A seguinte tabela apresenta dados por amostragem do perfil das turmas de EJA e aponta que a maioria está nas escolas da área rural do município.

Tabela 2- Número de matrículas no município de Teofilândia-BA.

Nível de escolarização	Matrículas
Creches	631
Pré-escolas	548
Anos Iniciais do EF	1.664
Anos Finais do EF	1.682
EJA	709
Escola da Educação Especial	80
Ensino Médio	634
Total	5948

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir de dados do Censo, Inep-2021.

O município de Teofilândia Bahia no ano de 2020/2021 foi atípico no que tange a Educação de Jovens e Adultos, assim, como as demais cidades do Brasil, marcado pelo COVID19. Desse modo, o ano de 2020 /2021 foi evidenciado contínuo curricular, conforme Resolução CEE/BA Nº 44, de 24 de agosto de 2021. Nesse sentido, a resolução da autonomia aos Conselhos Municipais de Educação a tomadas de decisões quanto a essas deliberações coletivas em consonância com as diretrizes nacionais e estaduais.

O Decreto municipal de Nº 93 De 26 De Março De 2021 - Republicou o calendário escolar curricular 2020/2021. Para que essa decisão ocorresse foi realizado um seminário de monitoramento e avaliação do plano emergencial para retomada das atividades pedagógicas de forma remota assegurando assim, os 200 dias letivos e horas aulas estabelecidas pelo sistema de educação, o calendário contínuo curricular de 2020/2021 foi aprovado em consonância com o Conselho Municipal de Educação, órgão que delibera as tomadas de decisões municipal.

O ART.24 da LDB.9.394/96 (Brasil,1996) especifica a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por no mínimo 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluindo o tempo reservado aos exames finais, quando houver. De acordo com esses precedentes o sistema de educação se aproveita das “brechas” nas entrelinhas das legislações, para adaptar um calendário contínuo que não respeita as peculiaridades dos sujeitos da EJA e tampouco seus tempos de aprendizagem em um momento de crise financeira política e econômica. Abaixo o panorama da EJA no município de Teofilândia-BA.

Tabela 3- Quantitativos de alunos e escolas com turmas ativas ano contínuo 2020/2021 na EJA no Segmento Anos Iniciais/Anos Finais

Nível de Escolarização	EJA Anos Iniciais do		EJA Anos Finais do	
	EF		EF	
Matrículas	232		376	
Número de unidades de ensino	6		3	
	Área	Área	Área	Área
	urbana	Rural	urbana	Rural
	5	1	2	1
Número de Professores	6		22	

Fonte: Elaborada pela pesquisadora a partir de dados do Censo, Inep-2021.

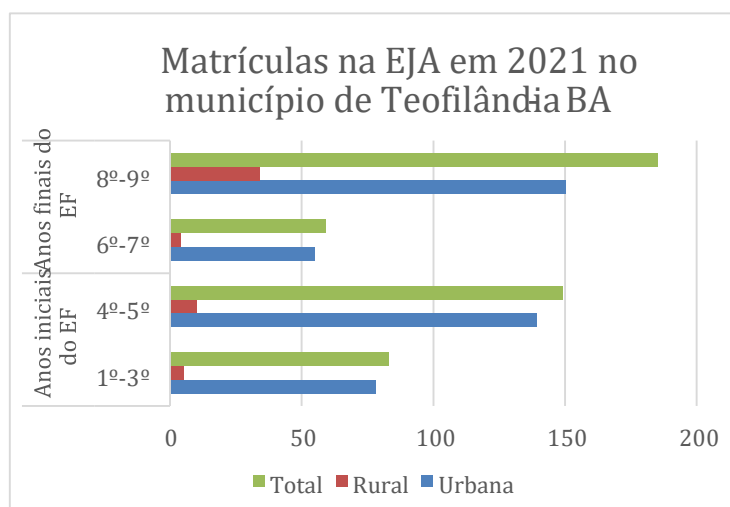
Com a pandemia da COVID-19, as possibilidades de acesso à educação foram se estreitando conforme dados apresentados na tabela, isso é o retrato da nossa realidade acerca da EJA no município atualmente. A situação é complexa e revela os desafios para garantir o acesso e permanência na EJA.

As demandas e anseios dos sujeitos da EJA devem ser o ponto de partida, e isso significa: construir com eles e não para eles. Até pouco tempo atrás, prevalecia a ideia que gente da roça não carecia de estudos. A afirmação servia para justificar os baixos investimentos educacionais e econômicos no campo. Assim, o ensino ficou restrito à alfabetização ou à qualificação profissional para atender à necessidade de mão de obra. (FARIA, 2008, p. 29)

Desde o ano de 2017 conforme portaria municipal de N°217/2017, no D.M.O em 05/07/2017 foi aprovado e publicado no diário oficial do município a implantação da reserva técnica de carga horária da rede municipal contemplando e respeitando a EJA, como uma política pública da educação básica municipal em consonância com o estatuto do Magistério Municipal e Plano de Carreira do Município, além de ser contemplado com o regimento do Conselho Municipal de Educação, favorecendo assim, a oferta de educação que contemple as cargas horárias conforme formação específica do professor por área de conhecimento. Além de possibilitar a formação contínua e articulação de Atividades Complementares (AC), uma vez por semana individual na escola, e quinzenalmente na Secretaria Municipal de Educação coletivamente, na qual se articulam na troca de experiência e na organização didática.

Queremos destacar as matrículas na EJA no município em 2021, ano em que esse levantamento foi realizado, no gráfico a seguir.

Gráfico 2- Dados de matrículas dos alunos da EJA (ensino fundamental) no município.



Fonte: Elaborado pela pesquisadora, 2021.

O gráfico apresenta a realidade quanto ao percentual de matrícula na EJA no ano de 2021, destaca-se as turmas no Ciclo I do 4º/ 5º ano nas áreas rurais, isso significa maior índice de “distorção idade/série”, na área rural que na área urbana, isto é resultado das condições de sobrevivência e acessibilidade às escolas, mas também de negação de direitos. O gráfico apresenta elevado índices de matrículas nas classes de EJA no segmento dos anos finais, visto que o ano/série é o 8º/9º ano, especialmente nas escolas das áreas rurais conforme expressa o gráfico.

3.3.1. As pesquisas sobre a EJA no território do sisal

Um levantamento importante dentro do processo de pesquisa foi o desenvolvimento do estado da arte, em um recorte temático e temporal. Os resultados indicaram que ainda é pequena a discussão nas pesquisas científicas sobre a EJA no Território do Sisal.

Em março de dois mil e vinte e um (2021), iniciei o processo de investigação, no Portal da Universidade da Bahia, que abriga o Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), único Programa de Mestrado do Brasil em Educação de Jovens e Adultos. As palavras-chave utilizadas foram “Formação de Professores”, “EJA” e “Território do Sisal”, que poderiam contribuir no objeto de pesquisa.

O objetivo da realização do estado da arte na pesquisa como caráter bibliográfico inicial da pesquisa foi a busca por produções científicas em escala macro e micro, com abordagem do

problema da pesquisa que poderá contribuir como fontes de informações a ser referendada na pesquisa ao longo do percurso da investigação.

Assim, precisava entender e conhecer o que já tinha de produções científica com as categorias EJA, Formação de Professores para servir de fonte ou base consubstanciada a seguir no processo de investigação da pesquisa. Conforme os quadros abaixo estão listados os autores, títulos, palavras chaves, as categorias analisadas, ano da publicação, e a instituição.

Quadro 1- Resultados da análise das Dissertações e Teses na categoria EJA desenvolvidas no Território do Sisal.

NOME DO AUTOR (A)	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO /ARTIGO	PALAVRAS CHAVE	CATEGORIAS ANALÍTICAS	ANO	INSTITUIÇÃO
Edite Maria da Silva de Faria	Trajetória Escolar e de Vida de Egressos Do Programa AJA Bahia: Herdeiros de Um Legado de Privações e Resistências- Laginha Conceição	Educação de jovens e adultos – Acompanhamento de egressos. Programa AJA Bahia. Alfabetização.	Egressos, Materialização, Protagonistas, Histórias de Vidas.	2008	PPGEDUC PPGEduc- UNEB
Edite Maria da Silva de Faria	A luta Social Ensina: o direito à Educação na Vida de Mulheres e Homens Sinaleiros - Assentamento Nova Palmares - Conceição Do Coité – Bahia.	Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas- Educação do Campo - Educação Popular - Direito à Educação – Cotidiano – Luta Social.	Assentamento, Nova Palmares, trabalhadores, protagonistas.	2014	PPGEducUNEB
Luciana Oliveira Lago	A formação Continuada do Professor da EJA: Modelagem do <i>Software Auxilix</i>	EJA. Formação. Tecnologias Digitais. Políticas	Empírica, movimentos sociais, práticas inovadoras.	2015	MPEJAUNEB

		Públicas. <i>Auxilix.</i>			
Edson Barreto Lima	Coordenação Pedagógica na EJA em Municípios Baianos: Reflexões Teórico Metodológicas Sobre sua Formação Continuada.	Coordenação Pedagógica; Educação de Jovens e Adultos; Formação Continuada; Política Pública.	Aglutinador, ensinarão, crítico-reflexivo, Pedagogia Libertadora.	2017	PPGEDUC
Juliana Gonçalves dos Santos	As questões étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos em prisões: um estudo de intervenção pedagógica formativa de professores da penitenciária de Serrinha –BA.	EJA no espaço da prisão-Intervenção pedagógica-Relações étnicoraciais.	Penitenciária, Humanização, hegemônicas, étnico-raciais.	2018	MPEJAUNEB
Edson Barreto Lima	Coordenação Pedagógica na EJA em Municípios Baianos: Reflexões Teórico Metodológicas Sobre sua Formação Continuada.	Coordenação Pedagógica; Educação de Jovens e Adultos; Formação Continuada; Política Pública.	Aglutinador, ensinarão, crítico-reflexivo, Pedagogia Libertadora.	2017	PPGEDUC
Juliana Gonçalves dos Santos	As questões étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos em prisões: um estudo de intervenção pedagógica formativa de professores da penitenciária de Serrinha –BA.	EJA no espaço da prisão-Intervenção pedagógica-Relações étnicoraciais.	Penitenciária, Humanização, hegemônicas, étnico-raciais.	2018	MPEJAUNEB
Katiuscia da Silva Santos	História da Educação em	História da Educação-	Contemporaneidade, analfabetismo,	2019	PPGEduCUNEB

	Araci: elos entre a reminiscência Da Educação de Jovens e Adultos e a remanescente (In) visibilidade dos sujeitos na contemporaneidade.	Araci-Educação de Jovens e Adultos. Contemporaneidade.	OBEJA, movimento sociais, historiográfica.		
Antônio Marlon Matos Rios	Vozes Noturnas: As Produções de Textos Oraís nas Turmas da EJA.	Pedagogia do Oral, Competências Comunicativas, Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos.	Tempo Formativo, centralidade, indenitários.	2021	MPEJA- UNEB

Fonte: Elaboração própria, a partir da análise das dissertações e teses no portal do CDI banco de Teses e Dissertações do Programa MPEJA/PPGEDUC/UNEB-2021.

Para avançar a discussão sobre a EJA em Teofilândia o próximo capítulo traz uma breve fundamentação acerca de currículo, no intuito de discutir o currículo de EJA em Teofilândia.

4. O CURRÍCULO DA EJA ANTES E DEPOIS DA BNCC NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA – BA

O termo currículo deriva da palavra latina *curriculum*, cuja raiz é a mesma de *cursus* e *currere*, significa rota ou caminho a seguir até chegar a um destino final (SACRISTÁN, 1988). Porém, não deve ser apartado a discussão de currículo entre BNCC e BNC formação, visto que são categorias que andam lado a lado na mesma direção, um complementa ao outro nesse processo de reorganização e reformulação curricular.

Assim, o autor afirma que, por outro lado, o currículo também tem o sentido de constituir a carreira do estudante e, de maneira mais concreta, os conteúdos deste percurso, sobretudo sua organização, aquilo que o estudante deverá aprender e superar e em que ordem deverá fazê-lo (SACRISTÁN, 1988).

Arroyo destaca que “na construção espacial do sistema escolar o currículo é o espaço central mais estruturante da função da escola. Por causa disso é o espaço mais cercado, mais normatizado. Mas também mais o politizado, inovado, ressignificado.” (ARROYO, 2013, p.13)

Para o autor, repensar política de currículo de EJA e avaliação perpassa por questões como “que conhecimento e que projetos de sociedade”, “ousadia em nome do direito à vida digna”, “ousadias em nome do compromisso ético” e “reconhecimento da diversidade”.

A quem interessa o currículo elaborado para a EJA? Aos estudantes ou aos professores? Esta é uma indagação a ser refletida antes do planejamento das ações que envolvem a elaboração do currículo da EJA, pensar em elaborar um currículo efetivamente com a participação de estudantes e não apenas elaborar para eles.

No início do ano letivo é reservado um período para a jornada pedagógica, cujo intuito é o de organizar o currículo anual (Plano de Curso de cada série/ ano) seguindo a organização do sumário do livro didático, na sequência dos conteúdos que os livros apresentam, entretanto, a prática fica descontextualizada da realidade da vida.

Essa prática deixa a desejar em relação a um olhar cuidadoso que contemple os princípios da EJA, para além dos livros didáticos, superando as práticas da “educação bancária” que limitam o conhecimento e o pensamento livre. O desafio é colocar em prática uma educação libertadora que faça conexões com as experiências e bonitezas cotidianas. O currículo é um campo de disputa que reflete outras lutas: corporativas, políticas, econômicas, religiosas, de identidade, cultural etc. Autores afirmam que desde o século XVI e XVII o ensino, a aprendizagem e seus respectivos agentes - professores e alunos - tornaram-se mais orientados por um controle externo (APPLE, 1986, 1989, 1996; SACRISTÁN, 1988).

Há muitas disputas internas e externas sobre a função da escola e sobre o trabalho de seus profissionais. Sinal de que o território da escola ainda é importante para sociedade e, sobretudo, para as crianças os adolescentes, os jovens e adultos populares e para os professores/as (ARROYO, 2013, p.12).

O currículo sempre foi um território de disputa entre os espaços de apropriação, educacional, cultural e social, dito isto, é perceptível a importância dessa construção da relação entre profissionais e relação de vivência na sociedade.

O currículo nacional é apresentado como um documento contemporâneo e pluralista, que padroniza formas de aprendizagens, unificando todos os saberes culturais, ou seja, alienando os saberes dos estudantes – crianças, jovens e adultos. No entanto, os currículos têm autonomia para traçar os caminhos para alcançar os resultados descritos nesse documento, resistindo a essa padronização posta pelo sistema como forma de opressão e retirada da autonomia e dos saberes sistematizados dos sujeitos da EJA. O autor afirma que:

Diferentemente do trabalho pedagógico com crianças e adolescentes, identificamos, nos princípios educacionais, a valorização e o reconhecimento das experiências de vida e das práticas (incluindo a dimensão do trabalho e a condição de trabalhadores) como indicadores da necessidade de uma prática docente diferenciada nessa modalidade. As pessoas adultas trazem consigo uma vasta experiência, fruto das relações que estabelecem e do próprio tempo de vida. Nesse mesmo sentido, os educadores, também, na condição de trabalhadores trazem essa referência sociocultural. (SANTOS, 2010, p. 166)

Na introdução da Base Nacional Comum Curricular, o documento diretriz mais atual para o currículo da educação básica no país, este afirma que se propõe a “superar a fragmentação das políticas educacionais, reforçar a cooperação entre as três esferas (nacional, estadual e municipal) e para ser a base para uma educação de qualidade” (BRASIL, 2017, p. 8).

Em termos de sua função, a BNCC é considerada uma referência obrigatória nacional para a preparação e o ajuste do currículo nas instituições de ensino públicas e privadas. Falar de currículo nos dias atuais pensando na realidade do município de Teofilândia é colocar em prática a análise reflexiva, crítica quanto ao modelo padronizado disputado em território nacional, que foi posto baseado na pedagogia da crueldade, tornando necessário revelar a pedagogia da indignação, pedagogia da autonomia com base nos princípios de Freire.

Partindo da análise e investigação do currículo da EJA antes e depois da BNCC no município de Teofilândia-BA, surgiu a necessidade de dialogar com os professores da modalidade quanto aos documentos que normatizam a EJA em níveis nacional e estadual para a organização e elaboração do currículo municipal. As perguntas norteadoras partiram dos

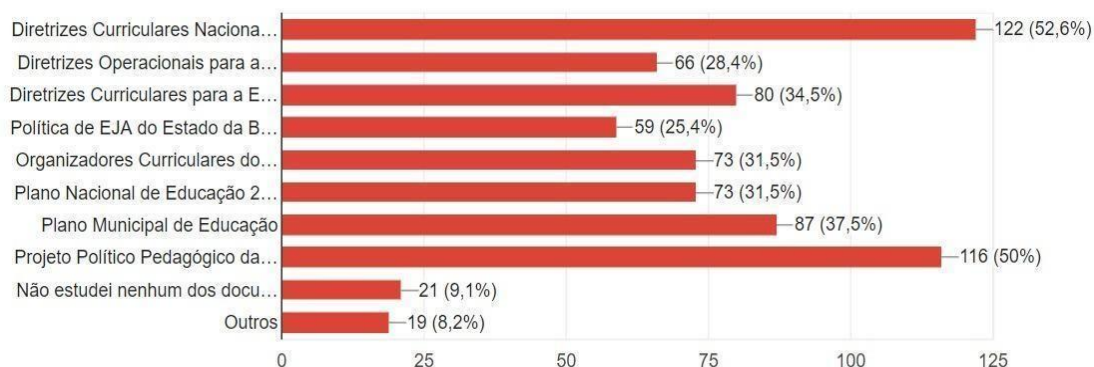
documentos anteriores à BNCC, como forma de investigação por ordem cronológica do tempo até chegar aos documentos, pareceres, decretos e portarias para o alinhamento da BNCC.

O questionário utilizado para levantar informações sobre o conhecimento dos diversos documentos curriculares (Apêndice D) foi respondido por 232 docentes de EJA do Território do Sisal. Os resultados sobre documentos relacionados ao currículo citados por esses profissionais estão organizados no gráfico.

Gráfico 3- Documentos citados pelos professores como já estudados

Em seu percurso formativo, indique quais os documentos orientadores da política de EJA que você já estudou:

232 respostas



Fonte: Autoria própria

Dos duzentos e trinta e dois (232) professores que responderam ao questionário³, houve menção a acesso e acompanhamento de fontes de documentos que apresentam normativas e princípios da modalidade. É notório o acesso mais frequente às Diretrizes Curriculares Nacionais (um documento de ordem nacional), enquanto a Política de EJA da Bahia (documento de ordem estadual) fora menos acessada.

Foi importante esse processo de escuta dos professores, de forma que que conhecemos quais eram os documentos pouco acessados pelos docentes, de modo a melhor organizar as atividades de formação.

Nos currículos de formação e de educação básica tem sido garantido esse direito a conhecer a nossa própria história? (ARROYO, 2013, p.23). Partindo do pensamento do autor,

³ Importante destacar mais uma vez que a presente pesquisa contou com a participação de cinco professoras do município do Teofilândia, localizado no Território do Sisal. O questionário eletrônico utilizado para obter informações sobre os conhecimentos dos professores (Apêndice D) foi disponibilizado a todos os professores da EJA do Território em um projeto mais amplo. Por isso, neste momento são analisadas as respostas de todos os 232 professores de todo o Território.

pensamos em uma formação que dê sentido à vida cotidiana prática da sala de aula de EJA, que não se apresente apenas nos currículos de formação com propostas de formações aligeiradas com presença da precarização e da fragmentação da docência, mas sim potencializando coragem e esperança de continuar contribuindo na transformação da formação dos estudantes da modalidade.

A organização curricular da EJA no município de Teofilândia-Ba se inicia desde a publicação da portaria de matrícula, com a execução da política de estabelecimento de normas e diretrizes operacionais e apresentação do calendário letivo contemplando os duzentos (200) dias letivos no mínimo, ou seja, oitocentas (800) horas, distribuídas em quarenta (40) semanas letivas, para o cumprimento do calendário anual, excluído as atividades de exames de avaliações finais “recuperações”, contemplando a todas as etapas de ensino e modalidades.

Assim, a portaria de matrícula do ano letivo de 2021 e 2022 foi publicada sob decreto de Nº14, de fevereiro de 2022, dispondo do calendário letivo contínuo curricular. Com base na Lei Nº 79/2002 que disciplina a organização do Sistema Municipal de Ensino de Teofilândia/BA, a secretaria Municipal de Ensino Considerando a Resolução Nº 01, e 28 de maio de 2021 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que Institui Diretrizes Operacionais para Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos pactos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) a distância.

A publicação da portaria é pautada na legislação Nacional e estadual seguindo as normativas quanto aos critérios de idade mínima para o ingresso na Educação de Jovens e Adultos: Para o primeiro semestre do ano letivo de 2022, 15 anos a completar até 31 de março de 2022 para matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando-se a idade limite de 15 anos para o ingresso na Educação de Jovens e Adultos (EJA) I, estágio I (1º e 2º) ano e o limite de 17 anos para o ingresso no estágio IV (7º e 8º) ano. E organizando as turmas por parâmetros e quantitativo, conforme mostra tabela abaixo.

Figura 4- Regulamento de quantitativo de alunos em classe, portaria de matrícula.

ESCOLAS NO CAMPO	ESCOLAS URBANAS
<ul style="list-style-type: none"> ◆ 6º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 30; ◆ 7º ano e 8º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 35; ◆ 9º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 35. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ 6º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 30; ◆ 7º ano e 8º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 35; ◆ 9º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 35.
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
ESCOLAS NO CAMPO	ESCOLAS URBANAS
<ul style="list-style-type: none"> ◆ 1º segmento: <ul style="list-style-type: none"> • 1º ao 3º ano: mínimo 17 alunos – máximo 30. • 4º e 5º ano: mínimo 20 alunos – máximo 30; ◆ 2º segmento: <ul style="list-style-type: none"> • 6º e 7º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 35; • 8º e 9º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 35. 	<ul style="list-style-type: none"> ◆ 1º segmento: <ul style="list-style-type: none"> • 1º ao 5º ano: mínimo 17 alunos – máximo 30; ◆ 2º segmento: <ul style="list-style-type: none"> • 6º ao 9º ano: mínimo 25 alunos – máximo de 35.

Fonte: Prefeitura Municipal de Teofilândia, 2022.

A matriz curricular do município vem passando por ajustes de acordo as necessidades de ordem Nacional e Estadual, porém, ao passar por qualquer reformulação, é apresentada a situação ao Conselho Municipal de Educação e analisada pelos membros que compõe a representatividade e, posteriormente, publicado no Diário Oficial do Município, para seguir as etapas dos trâmites legais.

As imagens dos documentos curriculares do município do período de dois mil e dezessete (2017) e dois mil e vinte e dois (2022), conforme anexo, apresentam diferença na distribuição da carga horária. Esses ajustes evidenciam o esvaziamento do currículo, atendendo aos objetivos da BNCC, como uma política de educação nacional adotada pelo alinhamento dessa normativa no município.

A diferença é que a distribuição dessa carga horária foi aderida a implantação da EJA FIC, ou EJA combinada, sendo amparada pela Resolução de Nº 01/2021, com a carga horária de quatro horas semanais ofertando com cursos profissionalizantes, em parceria com a rede SESC-SESI-SENAR, o que pode ser um risco, divergindo dos princípios da EJA, que se pauta em ofertar e garantir uma educação humanizadora e emancipatória.

No momento presente no município de Teofilândia a oferta da Modalidade EJA, está distribuída no segmento I anos iniciais, segmento II, anos finais e a EJA combinada conforme Resolução Nº. 01/2021.

No Art. 1 da Resolução supracitada é definido que “A EJA Combinada é uma forma de oferta presencial e tem como base o cumprimento da carga horária mínima estabelecida para cada segmento/etapa de duas formas: direta e indireta.” No Art. 18. Fica regulamentado que “a

carga horária direta será de, no mínimo, 30% (trinta por cento), sempre com o professor, para mediação dos conhecimentos, conteúdos e experiências; e carga horária indireta, de no máximo 70% (setenta por cento) da carga horária exigida para a EJA, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente.”

Os artigos dezessete (17) e dezoito (18), especificam as características da EJA combinada, porém cada município tem autonomia de organizar o currículo de acordo ao perfil de cada município. Assim, o município hoje apresenta parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, (SENAI), IF Baiano Campus Serrinha com o Programa de Educação Profissional e Tecnológica (EJA/EPT) com oferta nas turmas dos anos finais, essa é uma garantia do cumprimento da meta 10 do PNE. O município hoje conta com dezesseis (16) turmas de EJA no total, distribuídos entre zona rural e zona urbana.

O município fez a adesão ao Programa Documentos Curriculares da Bahia (DCRB), para reorganizar o Documento Curricular Municipal (DCRM), com base nas orientações da rede Estadual da Bahia, através do Regime de Colaboração, como documento obrigatório ao longo das etapas e respectivas modalidades da Educação Básica para o Sistema Municipal de Ensino de Teofilândia.

Conforme afirma Arroyo (2011, p. 266), os professores que ousam dar vez à riqueza de vivências dos educandos e dos seus coletivos percebem que os currículos se enriquecem. Os currículos se enriquecem a partir da valorização dos saberes não escolarizados que os estudantes apresentam em sua diversidade na sala de aula, na apresentação contextualizada de vivência para além dos conteúdos trabalhados na sala de aula, o que podemos denominar de currículo vivo.

Esse currículo vivo faz parte da elaboração contextualizada e valorizando o território de vivência, partindo do conhecimento local para o regional, global, desenvolvendo, assim, parte do conhecimento contextualizado, contribuindo para formação integral do sujeito, possibilitando a entender desde o espaço que está inserido até o local que não se consegue chegar de forma física, mas obtém informações teóricas a respeito do lugar, espaço.

Partindo dessa concepção passamos a nos aproximar das pedagogias da libertação e emancipação com base na ideia de Arroyo (2012, p.15), reconhecer ou ignorar essas pedagogias de libertação, emancipação passa a ser uma questão político-epistemológica para as teorias pedagógicas.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo trazemos a discussão dos resultados obtidos a partir do questionário, a luz de alguns autores que fundamentam o estudo. A seguir descrevemos os encontros reflexivos, analisando a produção a partir das leituras e reflexões realizadas.

5.1. PERFIL DOS PROFESSORES PARTICIPANTES DA PESQUISA

Iniciaremos aqui, apresentando o perfil profissional da equipe gestora responsável pela coordenação dos professores da EJA no município nos dois segmentos de ensino. O município dispõe de duas coordenadoras da modalidade sendo Marilene responsável em coordenar o segmento dos anos iniciais e o Programa Despertar, enquanto Candyane acompanha a EJA dos anos finais e outros programas e conselhos municipais da Secretaria Municipal de Educação.

Percebe-se que tanto na atual gestão, quanto nas outras passadas, há sobrecarga de trabalho e aumento das demandas, sobrecarregando as atividades da coordenação favorece ao trabalho aligeirado da EJA, no acompanhamento pedagógico e de suporte aos professores ao longo do ano letivo.

As coordenações da EJA não são coordenadores pedagógicos efetivos, e sim nomeados por portarias e indicações de gestores municipais, essa prática é renovada a cada quatro anos, o que contribui para a descontinuidade das políticas públicas de EJA em nível municipal, como projetos aprovados e publicados por gestões anteriores, participação como membro do Conselho Municipal de Educação, visto que o município é soberano e tem autonomia nas decisões da legislação municipal educacional.

Essa é uma prática corriqueira da rotatividade de nomeação e portarias publicadas a cada período de gestão, o que fragmenta e enfraquece a modalidade do município, quanto ao processo de formação continuada. Esses profissionais que são nomeados não apresentam formações específicas para atuar na EJA, e sim formação superior e especialização em outras áreas da educação, como Licenciatura em Geografia, Licenciatura em Pedagogia. Vale ressaltar que as mesmas fazem parte do Fórum de EJA do Território do Sisal, como forma de engajamento social, político e pedagógico. É notória a força de vontade, a responsabilidade e comprometimento das mesmas com a modalidade, porém ainda lhes falta tempo para melhor atendimento e acompanhamentos dos sujeitos da EJA do município, sejam eles professores ou estudantes.

Quanto ao perfil dos professores da modalidade dos anos iniciais, é cultural no município ser professores contratados, em sua grande maioria com formação inicial do magistério e muitos sem conhecimento da modalidade, mas que, diante das necessidades são obrigados a aceitarem para não ficarem sem a vaga de emprego.

Esses mesmos profissionais em grande parte são moradores das comunidades ou povoados onde ofertam a EJA, para facilitar o acesso à escola e à turma. Essa prática acontece com frequência e se repete a cada período eleitoral municipal, pois os professores concursados da rede municipal resistem em assumir as turmas de EJA quando ofertadas, alegando que não têm formações específicas para trabalhar com a modalidade. Porém em alguns casos, percebe-se traços e falas de resistência com os sujeitos centrais da disputa: os estudantes que apresentam traços e perfil de vulneráveis em sua grande maioria, marcados com traços da opressão, revolta e violência. Muitos desses professores marginalizam, em suas falas, os sujeitos estudantes da EJA como pessoas perigosas e de difícil convívio social.

Como afirma Arroyo (2017), o direito ao conhecimento não é dado a todos, assim como também o reconhecimento do direito à cidadania. Ainda não foi superada a dicotomia entre os cidadãos já sujeitos de direitos e outros subcidadãos sem direitos, ou em uma subcidadania condicionada à escolarização. O autor, pondera sobre o comportamento de opressão com os sujeitos da modalidade, realidade essa ainda existente nos dias atuais, sendo necessária uma reparação a respeito do reconhecimento dos direitos à educação, equânime e igualitária para todos/as da EJA, pois a EJA não é um improviso que deve aceitar qualquer ensino, e sim um ensino pautado nos princípios da modalidade desde que se constituiu como uma política de educação efetiva.

Essa precarização de formação inicial e continuada, tende a aumentar com a padronização e alinhamento da BNCC, responsabilizando assim cada sujeito educador pela sua própria formação, tirando assim, do poder público seja no âmbito nacional, estadual ou municipal a responsabilidade pela garantia da formação inicial e continuada desses sujeitos trabalhadores na EJA (pública, laica, gratuita e de qualidade).

A BNCC tem por fundamento uma concepção gerencialista autoritária que é dissimulada nesta argumentação de garantir direitos aos mais pobres. A intencionalidade da atual base é padronizar para poder cobrar da escola. Quando dizem que a BNCC garante direitos dos mais pobres, querem de fato significar que agora a escola será penalizada se não ensinar os pobres (ou os ricos) de acordo com tudo que a BNCC diz. (FREITAS, 2017, p. 2)

A precarização do fazer docente contribui também para o esvaziamento das classes de EJA, visto que as práticas pedagógicas muitas vezes contrariam os princípios da EJA são descontextualizadas das vivências cotidianas, da vida pessoal, profissional, social, política, econômica e cultural. Assim leva ao desestímulo a permanecerem frequentando as salas de aulas. Essa precarização é resultado da falta de investimento na formação de professores, não possibilita a busca pela qualificação, prevista nas metas 13 e 14 do Plano Nacional de Educação (PNE).

A formação dos docentes da EJA ainda não superou as abordagens embasadas muitas vezes na racionalidade técnica, onde o professor é visto como executor de saberes produzidos por especialistas formadores, para além das demandas impostas pelo contexto no qual atuam nesse “modelo”, a prática profissional fica restrita às soluções de problemas meramente instrumentais, em que a tarefa do profissional se resume a executar conhecimentos teóricos e técnicos. (FARIA, 2012, p. 4)

Porém, fica evidente a necessidade da formação continuada aos professores da EJA da rede municipal, para que seja compreendido e saiba como e por onde caminhar nesse processo de reorganização e reformulação do currículo da EJA, pois não se constrói ou elabora o que não temos conhecimento. O saber está lado a lado com o conhecimento e o conhecimento materializa a ação, partindo de onde está para onde se quer chegar. E para que possa ter conhecimento sobre os documentos normativos da EJA de forma qualificada, sistematizada é necessário a formação continuada.

Partindo do processo de escuta dos professores da EJA do município de Teofilândia, no qual não foi ofertada e garantida a formação continuada, sobre os documentos de ordem Nacional para a reelaboração do currículo da EJA do município, dificultando assim, na realização do processo de reformulação do currículo da EJA.

É perceptível a ausência da política de formação contínua de professores para EJA, a nível nacional, estadual, assim, no município, essa realidade não é diferente.

A formação dos docentes da EJA ainda não superou as abordagens embasadas muitas vezes na racionalidade técnica, onde o professor é visto como executor de saberes produzidos por especialistas formadores, para além das demandas impostas pelo contexto no qual atuam nesse “modelo”, a prática profissional fica restrita às soluções de problemas meramente instrumentais, em que a tarefa do profissional se resume a executar conhecimentos teóricos e técnicos. (FARIA, 2012)

Faria afirma que a formação de professores é precária e afeta outros campos do desenvolvimento pedagógico, impactando de forma negativa nos resultados desde as produções técnicas de documentos, participação em audiências públicas, conferências e como

participantes na reorganização, elaboração ou revisão dos referenciais curriculares, apresentando assim, a garantia da qualidade de ensino na EJA de forma qualificada nas falas e na escrita, sendo urgência de cumprimento de prazos estabelecidos pelas instancias de ordem, Nacional, Estadual e Municipal.

Essa informação é uma denúncia ao poder público municipal quanto à precarização da formação de professores da EJA nos municípios, em especial no município de Teofilândia que não apresenta uma política de formação continuada aos professores da EJA, antes do ano letivo iniciar com os professores que irão atuar na modalidade de ensino, fazendo necessária a preocupação não apenas com o que está posto a se cumprir dentro dos prazos estipulados, pelos órgãos competentes responsáveis, pelo processo de acompanhamento e monitoramento pelas etapas do processo desenvolvido e sim, pelos tensionamentos que lhes são causados com estratégias de obtenção de resultados para se cumprir, as metas traçadas pelas secretarias responsáveis em monitorar os resultados.

5.2. COMO SE DEU A MATERIALIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO DA PROPOSTA DA PESQUISA

Em 31 de outubro de 2022, foi encaminhado através de documento, requerimento à Secretaria de Educação em nome da representante, Ana Carla Santos de Oliveira, para solicitar, conforme disponível em apêndices, à Secretaria de Educação do Município a autorização e solicitação do espaço na Secretaria, para realização dos encontros de formação que seriam destinados aos AC coletivo, para desenvolvimento dos encontros reflexivos e formativos com os professores da EJA. No mesmo momento da solicitação apresentado o número do parecer da aprovação da pesquisa pelo Conselho de Ética, e o termo de autorização da instituição proponente, UNEB, entregue cópia da autorização da Secretária assinada em duas vias, e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, (TCLE). Totalizando um total de duas horas de diálogo.

As próximas etapas da realização da pesquisa, durante o processo de reflexão e formação como produto final foi distribuído por quatro encontros, a saber:

1- O nosso primeiro encontro aconteceu na data do dia 03 de novembro de 2022, tendo como objetivo apresentar a proposta da pesquisa aos professores da EJA dos anos iniciais no município *lócus* da pesquisa, a proposta da pesquisa foi aberta para escuta reflexiva sobre o que os mesmos desejavam aprofundar, durante os encontros, sendo solicitado por unanimidade estudo das diretrizes de operacionalização da EJA, e a Resolução CNE/CP N°01/2021,

totalizando uma carga horária de três horas e trinta minutos. Os procedimentos metodológico do encontro foi por meio de acolhida com a leitura do texto compartilhado História de um olhar, disponível em apêndice pois o texto a apresentado e refletido possibilitou a escuta sensível dos professores, quanto ao pensamento e olhar que cada um tem com a EJA, foi provocativo pois cada um expressou de forma oral a sua opinião de acordo a sua vivência em sala de aula com os estudantes, em seguida foi apresentado a proposta dos encontros reflexivos formativos, foi apresentado as temáticas que os mesmos apresentavam inquietações durante os encontros com o Fórum de EJA e após a aplicação do questionário da pesquisa através do *googlo formulário*, na qual os mesmos apresentaram maior interesse e necessidade de conhecer e estudar sobre a Resolução 01/2021, visto que se faz necessário para compreender o processo de elaboração curricular, não apenas para atender as solicitações da secretaria e sim, analisar de forma crítica se necessário a não inserção de determinados encaminhamentos feitos pela secretaria de educação do município. Como leitura prévia foi entregue a todos os professore uma cópia da resolução para o próximo encontro discutirmos a respeito do documento.

Finalizamos o primeiro encontro com expectativa de aprofundar os nossos estudos formativos e reflexivos. Senti dificuldade em assegurar todos os professores do início ao fim do encontro pois, alguns moram na zona rural e o transporte retorna as comunidades rurais das 10:30 as 11: h, tanto que no registro da fotografia não consta todos os presentes.

Os recursos materiais utilizados no encontro reflexivo formativo foram, data show, texto impresso em papel A4, xerox da resolução 01/2021, TCLE impresso em duas vias preenchido pela coordenação da EJA, responsável pelo município como consta em APÊNDICE.

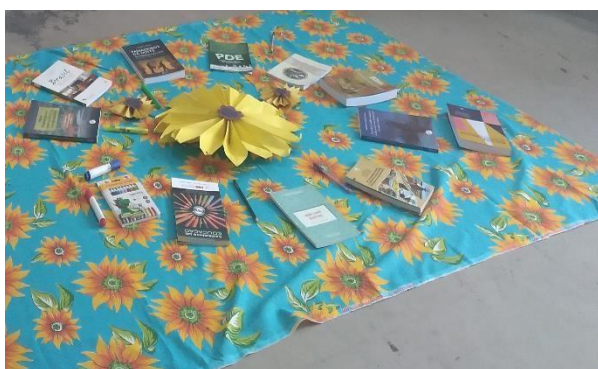
Figura 5- Primeiro encontro reflexivo formativo com os sujeitos da pesquisa, 2022.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

2- O segundo encontro com os sujeitos participantes da pesquisa, professores da EJA dos anos iniciais, aconteceu na data do dia 13 de março de 2023, com objetivo de mudar a percepção acerca do alinhamento do currículo da EJA a BNCC, com base no estudo do primeiro encontro formativo reflexivo, e encaminhado como leitura prévia a da Resolução CNE/CP N°01/2021.

Figura 6- Segundo encontro reflexivo formativo com os sujeitos participantes da pesquisa 2023.



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2023

Conforme imagens acima, iniciei o encontro com acolhida com o vídeo motivacional o sapinho, abrindo espaço para socialização sobre como as mesmas estão motivadas ou não com a EJA, foi interessante o momento de colocar os desafios vivenciados em seu contexto de sala de aula. Logo em seguida solicitei que cada um escolhessem uma canetinha exposta no centro da instalação da mística e deixasse um registro ao final do encontro em uma palavra ou frase, e assim está a imagem dos registros escritas por elas ao final do encontro.

Após a socialização do vídeo foi feito algumas perguntas que problematizassem sobre a resolução no que diz respeito às nomenclaturas como EPJAI, EJAI, EJA FIC.

E assim, iniciamos os estudos por parte em leituras compartilhadas e reflexão da resolução, cada professor se colocava livremente a realizar a leitura em voz alta e os demais acompanhavam, e assim seguia na mediação da discussão e reflexão. Finalizamos o encontro com inquietações e vontade de seguir estudando sobre os documentos normativos.

Os registros feitos pelas professoras com uma palavra que defini os dois últimos encontros conforme mostra imagem acima foram:

- “Gratidão pela partilha de saberes, continue na luta pela dignidade da EJA.”
- Gratidão pelo aprendizado do dia.”
- “Conhecimento”

- “Participativa”
- “A EJA é luta é construção respeito aos sujeitos que são excluídos em nossa nação”.
- “Incentivo ao fazer pensar coletivamente “

A transcrição reproduzida conforme imagem dos registros pelos professores reafirma a importância dos encontros reflexivos e formativos possibilitando a qualificação da execução do trabalho pedagógico na docência e contribuindo para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes da EJA de forma qualificada.

Os recursos midiáticos utilizados no encontro foram, data show, notebook, caixa de som, quanto aos recursos didáticos foram, livros sobre a EJA, tecido florido, canetas coloridas, papel A4, papel sulfite colorido, flor de girassol confeccionada com papel cartão, para exposição da instalação pedagógica do encontro

Conforme ARROYO, p.12, 2013, afirma se há vida lá fora, também há muita vida disputada nas salas de aula. Há muitas disputas lá dentro e muitas disputas fora sobre a função da escola e sobre o trabalho de seus profissionais. Sinal de que o território da escola ainda é importante para sociedade e, sobretudo, para as crianças, os adolescentes, os jovens e adultos populares e para seus professores (as).

Como o autor afirma sobre o processo de disputa dentro e fora da sala de aula, não só para os estudantes, mas também para os professores específicos da EJA, que para conseguir ter acesso a formação inicial e continuada perpassa por diversas disputas para ter a garantia o acesso e permanência da formação.

3- No terceiro encontro, em 27 de março de 2023, iniciamos o encontro com acolhida com um café da manhã, com biscoitos, bolos, sucos e café, tendo o apoio da secretaria nos recursos da alimentação do café, logo em seguida iniciamos a pauta continua dos encontros anteriores, tendo como objetivo refletir sobre os estudos desenvolvidos nos encontros anteriores, com escuta sensível dos professores sobre as concepções que cada professor tinha antes do estudo da resolução e das diretrizes operacionais da EJA e qual olhar e posicionamento tem após os encontros reflexivos formativos anteriores. Foi um momento de levantamento de proposições, tensões, reflexões e mudanças de concepções, e levantamento de contrapontos sobre os documentos analisados, estudado, foi mais um momento de desabafo e partilha dos saberes construídos coletivamente ao longo dos encontros.

Os recursos utilizados no encontro foram, data show, notebook, imagens de recortes de revistas que identifique o perfil dos estudantes da EJA, papel e canetas para as anotações durante o encontro.

Figura 7- Terceiro encontro reflexivo formativo com os sujeitos participantes da pesquisa, 2023.



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2023.

4- Encontro reflexivo formativo, em 31 de março de 2023, teve como objetivo específico avaliar e refletir as informações sobre a resolução 01/2021 e as diretrizes da EJA apresentadas durante os encontros anteriores, para compreendermos o processo da elaboração e reelaboração do currículo da EJA no município, proposto pela BNCC. Quanto aos recursos utilizados no encontro disponibilizados pela Secretaria de Educação, data show, notebook, copias da Resolução 01/2021.

Os momentos dos encontros realizados foram de grande relevância para posterior encontro, conforme professores solicitaram, visto que a necessidade da continuidade e conclusão desse processo formativo para estudos com a temática “Currículo da EJA e a ausência da EJA na BNCC, a quem interessa?”. Os documentos (Resolução CNE/CP N° 01/2021 e materiais sobre base para o alinhamento do currículo da EJA).

Foi proposto, aos professores que, escolhesse uma das imagens expostas no círculo com uma palavra pudessem definir o que significava a EJA na vida e para a vida delas enquanto professoras? E assim cada uma escolheu uma imagem que representava a EJA na vida das mesmas e fizeram as suas considerações, afirmando quanto os encontros reflexivos e formativos foram de extrema relevância, não só na prática de ensino da EJA, mais sim para todo contexto.

Figura 8- Quarto encontro reflexivo formativo com os sujeitos da pesquisa, 2023.



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2023.

Caminhando para o último momento do encontro reflexivo formativo foi feito os agradecimentos pela participação ativa, o engajamento, o comprometimento e disponibilidade que se colocaram a aprender e a colaborar na pesquisa, foram momentos de ouvir, aprender, falar, chorar, abraçar, forma momentos de reflexões não só pedagógico, político e sim aplicando em prática a pedagogia do afeto, a pedagogia da humanização e da indignação, a secretaria de educação em nome da coordenação agradeceu pelos momentos e solicitou mais encontros como esses, para contribuir para a formação do educadores da EJA, o resultado dos encontros impactaram de forma positiva as ações política pedagógica da Secretaria Municipal de Educação.

Para fechar esse momento com alguns registros e dialogando com a teoria de Arroyo em seu livro *Passageiros da Noite e Currículo Território e Disputa*, transcrevo aqui algumas falas citadas pelos professores no momento da escuta sensível como auto avaliação dos encontros.

1 - A professora Aline expressa olhar crítico para com a EJA após compreender o que é a modalidade partindo das diretrizes. Se um maior reconhecimento dos alunos, dos seus processos mais básicos do viver, sobreviver o domínio do que e como ensinar –aprender ficam incompletos. Arroyo, p.169,2013.

A frase da professora em consonância com o pensamento de Arroyo, afirma o quanto é necessário e urgente o processo de formação continuada, sabemos que a educação é e sempre será incompleta, pois sempre será continuo o processo para garantia da qualidade do ensino e aprendizagem de forma equânime.

2 Adila aborda claramente, na sua fala o quanto é difícil “ensinar” as pessoas que já são formadas de tantos saberes.

Será esse “Saber mais de si” que buscam no conhecimento escolar? Na volta à escola, à EJA? “Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta de seu pouco saber de si, se fazem problemas a eles mesmo. Indagam. Respondem e suas respostas os levam a novas perguntas”. Freire, 1987, p. 29), ARROYO, 2017, p.8.

Conforme citação do autor afirma em consonância com o pensamento da docente, os nossos estudantes da EJA, chegam aos espaços escolares com um leque de saberes, seja escolarizado ou não, porém são saberes necessários para a formação humana, para vida, trabalho, social, econômico. Sendo desafiador para o professor que não tem a formação continuada em EJA, lidar aplicar práticas pedagógicas contextualizadas que favoreça a permanência e a participação ativa dos estudantes em salas de aula efetivamente. Sendo necessário valorizar e explorar, os saberes que os estudantes trazem consigo como ponto de partida para explanação das aulas, e aproximação do conteúdo trabalhado em sala com os saberes vivenciados e que os alunos já trazem como bagagem de conhecimento para acrescentar no processo da mediação do professor em sala de aula, pois não só se aprende entre as quatro paredes da sala de aula, a aprendizagem também se dá pela interação, convivência social e com a prática humanizada.

3 Erinalva expressa através da sua fala de forma emocionada a necessidade da formação continuada; [...] o preparo de um docente voltado para a EJA deve incluir, além das exigências formativas para todo e qualquer professor, aquelas relativas à complexidade diferencial desta modalidade de ensino. Assim esse profissional do magistério deve estar preparado para interagir empaticamente com esta parcela de estudantes e de estabelecer o exercício do diálogo. Jamais um professor aligeirado ou motivado apenas pela boa vontade ou por um voluntariado idealista e sim um docente que se nutra do geral e também das espécies cidas que a habilitação como formação sistemática requer [...] (BRASIL, 2000, p.56)

4 -A professora Joze apresenta a palavra desafiador;

5 -A professora Luzinete na sequência com a palavra desafio.

6 -Aline reafirma com a palavra desafio.

Como a palavra DESAIO é citada mais vezes pelas professoras, é necessário destacar com o pensamento de Freire que aproxima a relação dialógica entre a comunicação e ação dos sujeitos, é importante essa interação por meio da ação para que haja um processo de aproximação dos sujeitos.

A relação dialógica rompe as práticas educacionais e culturais domesticadoras, substituindo-as por um trabalho cultural humanizado. A prática educativa desenvolve-

se não pela subordinação, mas por meio do diálogo, da comunicação e solidariedade autêntica entre educador e educando (FREIRE, 2005, p. 135).

Durante o processo dos encontros reflexivos foi dada a possibilidade às professoras participantes da pesquisa de explanarem o que eles ouviam constantemente dos seus estudantes, que achavam pertinente para o processo da elaboração do currículo semanal, quinzenal, bimestral. E assim, foram expressando o que mais ouviam dos seus estudantes no chão da sala de aula. A professora Erinalva falou com entusiasmo e esperança que alguns dos seus alunos sonham em concluir o ensino fundamental para receber o certificado e conseguir emitir a sua carteira de habilitação.

A professora Luzinete relata que um dos seus alunos fala sempre que o sonho dele é apreender ler e escrever para ir a São Paulo, visitar os parentes que moram lá.

Outro fato que a professora relatou, que a mãe acompanha seu filho todos os dias para escola e fica com ele na sala, como forma de proteção por que o mesmo é dependente de álcool.

Outra fala que chamou atenção de todos os presentes, foi de uma professora que relatou que recebeu crítica quando em conversa com outras colegas de profissão, informou que iria trabalhar com a EJA.

E para finalizar com os relatos de esperança, a professora Rosângela expressa com alegria, o potencial que tem na sala de aula dela com a turma cheia, que os estudantes quando um aluno/a falta todos/as buscam entrar em contato para não desanimar e deixar o outro para trás: a união entre a turma é muito forte.

Os momentos formativos constituem-se como processo da elaboração do produto atendendo às exigências do mestrado profissional, em contrapartida momentos reflexivos e formativos. A realização dos encontros desde o primeiro momento para apresentação da pesquisa e objeto de estudo, foi ganhando força, significado e tornando cada vez mais próximo das perguntas problematizadoras, aproximando o objeto de estudo das questões a serem investigadas e partindo do desenvolvimento da exploração da pesquisa no objeto de estudo.

Os encontros reflexivos e formativos denominam-se em pesquisa qualitativa por explorar a área de educação em estudos e análise de documentos bibliográficos e envolver sujeitos na exploração da pesquisa. A pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra, através do trabalho intensivo de campo. (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

5.3. ENCONTROS REFLEXIVOS FORMATIVOS COM OS PROFESSORES DA EJA DA REDE MUNICIPAL DE TEOFILÂNDIA –BA

Apresentamos aqui, os resultados do último encontro dos momentos reflexivo e formativo com professores da EJA dos anos iniciais da rede municipal de ensino. Esse momento teve como objetivo, possibilitar aos professores da EJA a necessidade de refletir sobre a precarização da formação continuada no que tange aos documentos Nacional, Estadual para reorganização do currículo da rede municipal, oportunizando aos mesmos expressar qual concepção tinham sobre a ausência da EJA na BNCC e sua necessidade de estudos para desenvolver na prática o que a BNC formação exigia como uma das etapas da implementação dos documentos no município de Teofilândia- BA.

Vale salientar que esse espaço se tornou um espaço de indagação, investigação, formação e reflexão com as trocas de conhecimento compartilhadas através da participação coletiva dos sujeitos, envolvidos e engajados na modalidade de educação de jovens e adultos.

Os encontros formativos e reflexivos foram além do caráter pedagógico: o encontro com o outro através do compartilhamento de saberes e fazeres que a EJA, não só ensina, mas também apreende com as relações de vivências coletivas.

A partir de Dantas (2019), Joaquim e Pesce (2016) e da abordagem de “multirreferenciais” de Santos (2006), compreendemos que o processo de formação de professores está imbricado na contribuição do ensino-aprendizado para a formação dos sujeitos da EJA no compartilhamento do conhecimento. Conforme esses autores são necessários a formação continuada de professores para que possamos desenvolver práticas desafiadoras sim, porém com segurança e autonomia para aplicação dos conteúdos didáticos, bem como, dos conteúdos vivos que os estudantes já trazem em sua bagagem de saberes não escolarizados e sistematizados, mas que servem de base para um levantamento prévio para o desenvolvimento de conteúdos vindouros.

No momento do encontro reflexivo a categoria de análise que se repetia constantemente nas falas dos professores, revelava desafio. A categoria desafio perdurou durante todas as falas não apenas como um problema e sim como busca de possibilidades de transformação de práticas pedagógicas e de sobrevivência diária com seus estudantes da EJA.

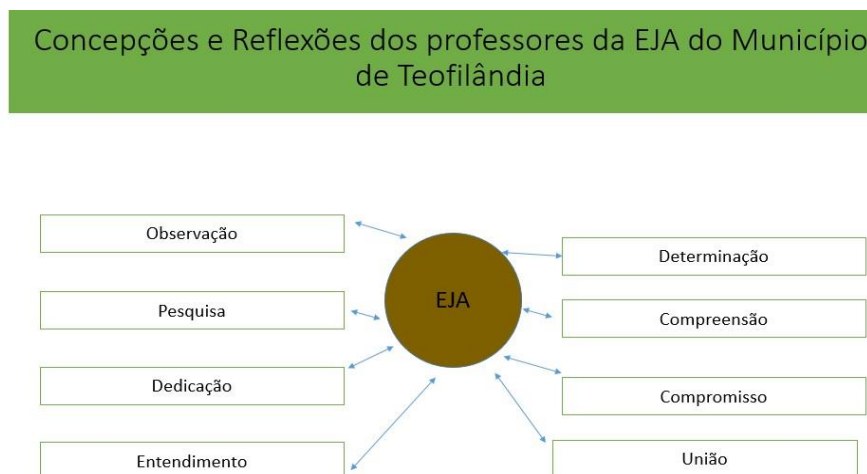
Conforme Faria (2012), um dos desafios da educação brasileira em contexto capitalista marcado pela exclusão, injustiça e desigualdade, às quais colocam a maioria da população em situação de desemprego, exploração e miséria, é compreender qual o perfil do professor numa sociedade em contínua transformação.

O desafio possibilita novos sonhos de transformação e inspiração. Surge através das frases de Paulo Freire quando apresenta a ideia de que a reflexão a partir da sombra da árvore, a conversa com os homens, e o perfil dos sujeitos da EJA que está expressando no texto. Dito isto, não são diferentes os nossos encontros reflexivos da exposição das nossas realidades vivenciadas em cada escola, e comunidade, com suas peculiaridades, desafios diários, e com resultados alcançados para mantermos a escola viva, a motivação da permanência dos estudantes nos espaços da escolarização.

Sabemos o quanto é desafiador o enfrentamento, a resistência. Perigoso para uns, e privilégio para outros o acesso ao conhecimento; quando o mesmo fala que é perigoso agir, é perigoso falar, remete à realidade quanto à precarização da formação e qualificação dos professores da EJA, sendo negado, negligenciado ou ofertando na totalidade dentro da educação básica, as formações genéricas, ou descontextualizadas sem respeitar os princípios da EJA.

Finalizando o encontro solicitamos, que os mesmos apresentassem uma palavra que expressava o que é a EJA para si, a partir das concepções após os encontros reflexivos formativos. A imagem 1 abaixo, apresenta os registros expressados pelas professoras e durante a mediação.

Figura 9- Quinto encontro reflexivo formativo concepções e reflexões dos professores da EJA do município de Teofilândia-BA.



Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2022.

Finalizamos aqui, a explanação da metodologia da pesquisa quanto à exploração, as técnicas aplicadas e os resultados obtidos nos encontros reflexivos formativos com os professores da EJA dos anos iniciais do município de Teofilândia- Ba.

Em síntese, iniciamos o processo de análise dos resultados da pesquisa através dos encontros reflexivos formativos, com os professores da EJA dos anos iniciais do município de Teofilândia –BA, buscando compreender de forma crítica documentos como diretrizes, resoluções, portarias norteadoras de base nacional, estadual e municipal como BNCC, BNC, DCRB, DCRM, para elaboração do currículo da EJA do município *locus* da pesquisa. Nossa intenção inicial foi conhecer a concepção dos professores da EJA do Município de Teofilândia acerca da EJA e da BNCC, para então proporcionar um momento de formação continuada por meio de encontros reflexivos que viessem a subsidiar a elaboração do currículo de EJA do município por esses docentes.

É necessário, que a Secretária Municipal de Educação do Município de Teofilândia, assuma a responsabilidade de oferecer condições institucionais e materiais, de formação continuada aos professores de EJA, e não apenas deixar que os professores tomem para si a responsabilidade da sua formação, muitas vezes culpalizando-se pelo fracasso pedagógico.

Com práticas pedagógicas fragmentadas, pela falta de acesso à formação continuada como direito, com ruptura de ideias de que o processo de formação do professor acaba ao concluir a graduação, pois sabemos que a formação continuada é direito do professor como legitimação de direito à qualificação profissional. Conforme Art.14 da LDB, que garante a formação continuada no serviço educacional que deve oferecer a oportunidade de aprender, juntos com seus colegas, através de interação social e coletiva, com suporte ou apoio de um professor ou formador com formação mínima de especialista em área específica.

Majoritariamente, os professores da EJA do município de Teofilândia não tiveram oportunidade ou acesso a formações continuadas com disciplinas específicas ou cursos específicos de EJA, pois deve se levar em consideração as práticas da docência da modalidade que não estão atreladas apenas ao processo de ensino, mas também de formação e aprendizagem.

Partindo desse pressuposto, da organização dos encontros reflexivo com base nas ideias de Freire e Arroyo quando apresenta a educação como direito, é necessário a formação como fator determinante, para prática docente qualificada independentemente do nível de escolaridade em que o professor está atuando.

É necessário a garantia da formação, como política de efetivação de direito e acesso a formação continuada, superando a fragmentação do conhecimento, aprofundando segmentos do conhecimento que estejam vinculados aos problemas e às especificidades e aos seus múltiplos aspectos que existe na EJA, e suas peculiaridades, e singularidades, na categoria de formação de professores para elaboração dos documentos curriculares da EJA do município.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da vivência contínua com a EJA no Território do Sisal, como membro do Fórum de EJA, foi despertando cada vez mais o desejo de pesquisar para entender a atual conjuntura do município de Teofilândia, que faz parte do Fórum de EJA Sisal, em especial compreender como estava sendo desenvolvido a organização curricular da EJA no município *lócus* da pesquisa, Teofilândia-BA. Diante das demandas em que se encontrava para o alinhamento do currículo da EJA, com base nas orientações dos documentos Nacional, estadual. Partindo desse pressuposto, continuei a problematizar e questionar. Onde está a EJA na BNCC?

Para compreender que alinhamento teria que ser feito, visto que a EJA não aparece no documento de forma direta, diante da análise dos documentos o documento da BNCC, nem a BNC, não mencionava em nenhum momento sobre a EJA, entendendo essa fragmentação da modalidade no documento de Nacional como um paradoxo. Sabemos que a EJA faz parte da Educação Básica brasileira e não está presente, ou visível de forma necessária no currículo da Educação Básica.

Partindo dessa inquietação, do não aparecimento da EJA nos documentos, iniciamos assim a investigação, pesquisa e problematização sobre a ausência da EJA na BNCC, como prioridade de estudo, reflexivo e formativo para os professores da EJA dos anos iniciais do município de Teofilândia- Ba. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa foi sendo delineada a metodologia, como trata-se de uma pesquisa acadêmica, a pesquisa aplicada, foi de natureza exploratória.

A relevância do produto da pesquisa desencadeou cinco encontros reflexivos e formativos com os professores da EJA do segmento anos iniciais, no município *lócus*. Em respeito aos sujeitos da modalidade, garantindo assim, a formação política, crítica e pedagógica quanto aos documentos normativos propostos pela BNCC e a BNC formação, em decorrência dos resultados encontrados durante o percurso da investigação.

O objetivo específico dos encontros reflexivos, formativos foi colaborar com o processo reflexivo sobre a ausência de formação continuada para análise dos documentos normativos, de ordem Nacional e Estadual que substanciam os professores da EJA do município a elaboração e reformulação do currículo da EJA, do município de Teofilândia- BA.

Os desafios encontrados ao longo do processo de aplicação da pesquisa, especificamente durante os encontros formativos e reflexivos, foi a rotatividade de professores da EJA, do município, visto que no final do ano letivo os professores contratados são demitidos, e só retomam a fazer parte do quadro no ano seguinte no mês de março. Assim, foi desafiador iniciar

o trabalho reflexivo e formativo com professores no início e ao final dos encontros esses profissionais da educação, fragmentado assim, a formação continuada. Diante de todos desafios acima citado, o produto final da pesquisa foi materializado e concluso, contribuindo na formação e mudanças de concepções, que fragmentavam, ou até marginalizavam a EJA correlacionando trabalho docente cotidiano do professor sem a perspectiva de encontrar alternativas para o fortalecimento das práticas de ensino e aprendizagem, para além dos fazer docente e sim passando a visibilizar a modalidade com potencialidade, através da diversidade e especificidade apresentada pelos estudantes, a partir dos encontros reflexivos e formativos durante a aplicação do produto da pesquisa. Assim, os mesmos, poderão de forma qualificada participar de forma ativa, em ações afirmativas e participativas, de forma qualificada, segura na elaboração do currículo, e demais documentos que seja específico da EJA do município de Teofilândia.

O desafio da formação de professores no campo ou na cidade precisa vincular-se cada vez mais à luta pela construção de uma sociedade mais justa e às novas configurações do trabalho que buscam a autonomia dos sujeitos. Uma perspectiva de romper com os limites impostos pela dicotomia entre teoria e prática na formação do professor. (FARIA, 2012, p.5)

Conforme autora afirma, diante dos desafios científicos, acadêmicos foi enriquecedor e produtivo as idas e vindas nas leituras e escritas, as construções e desconstruções fazem parte do processo de crescimento pessoal, social, político, acadêmico, constituindo assim, sujeitos imperfeitos do processo de evolução e emancipação humana, e formando ser inacabado. Os achados da pesquisa foi se dando desde o momento da sistematização das informações de estudos e análise dos documentos nacional, estadual e municipal.

Durante os encontros reflexivos e formativos foi afirmando e ganhando força quanto a materialização do produto final, que foi a formação continuada dos professores da EJA dos anos iniciais do Município de Teofilândia- BA, a formação foi parte importante para colaboração dos mesmos de forma efetiva, participativa, democrática para o processo de elaboração do currículo da EJA do município, além da mudança de percepção que os mesmos obtiveram com relação aos documentos nacional e as Diretrizes da EJA, pois alguns já tinham ouvido falar, outros não.

Não foi fácil perpassar por diversos processos de resistência e retrocesso da educação de jovens e adultos em meio a um documento norteador para alinhamento das políticas de educação brasileira em todos os segmentos e modalidades de ensino, em todas as esferas, Nacional, Estadual e Municipal, que não contempla nem respeita a especificidades da

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, diante de todos esses retrocesso, de negação de direito, apagamento da EJA, dos ataques do projeto neoliberal estratégico intencional para fragmentar e esvaziar o currículo da EJA, foi necessário a busca constante da resistência para reafirmarmos a EJA como uma política afirmativa de direito dos sujeitos, de forma contínua, igualitária, laica e de qualidade.

É necessário, termos um olhar sobre o percurso com a Educação de Jovens e Adultos - EJA, e partir do princípio legítimo que é o sujeito enquanto pessoa humana um dos princípios pilares que regem a base é oferecer uma educação de qualidade que prisma por ações que ressignifique o olhar atento do educador frente a BNCC, e suas singularidades com a EJA, é pensando numa perspectiva crítica.

Entretanto, não podemos deixar de expressar e agradecer pela aceitação e participação da pesquisa desde o início até a aplicação do produto como os professores, sempre à disposição em contribuir no processo da pesquisa, foi perceptível a segurança e acolhimento que a coordenação apresentava nos momentos para solicitar os encontros com os professores, com disponibilidade de recursos, digitais, espaço, oferta de lanches, esse respaldo é resultado do respeito e confiança que sempre passei e demonstrei enquanto professora, pesquisadora, militante da modalidade do chão de vivência cotidiana.

A pesquisa intitulada, *A Ausência da EJA na BNCC: a Quem Interessa?* Contribui de forma relevante enquanto professora da Educação de Jovens e Adultos, para aplicação de práticas pedagógicas, política e social para e com os sujeitos da modalidade nas três esferas da educação brasileira, o processo formativo contribui para mudança não só de prática e ações mais, sim, para formação e qualificação acadêmica, multiplicando os saberes acadêmicos ao longo dos vinte e quatro (24), meses de estudos, pesquisas e produções científicas contribuindo para e na modalidade EJA.

Estamos concluindo essa pesquisa na certeza que os desafios e resistência não param por aqui, é necessário continuar a fomentar pesquisa, aplicando as formações reflexivas e formativas sobre os documentos e resoluções, legislações da EJA, como política de formação continuada para os professores da modalidade, independentemente de fazerem parte do quadro de efetivos ou temporários. Gostaria de enfatizar a importância dos encontros reflexivo e formativo, desmistificando a concepção da fala que a professora Aline relata da forma que outras pessoas, pensavam e propagavam sobre a EJA como um problema, na conclusão do encontro a mesma afirmar e expressa um outro olhar que obteve a partir nos encontros reflexivo formativo de forma crítica para com a EJA, após compreender o que é a modalidade está dentro das Diretrizes assim, como as demais modalidades de ensino.

Esse foi um momento importante para mim, enquanto pesquisadora, foi confirmado durante e pós encontros reflexivo formativo a importância da formação continuada para professores da modalidade, motivando ainda mais a continuar a desenvolver no município dois encontros reflexivo e formativo, como contribuição e devolutiva da pesquisa acadêmica e cunho social a comunidade do município *locus* da pesquisa.

7. REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber livro, 2005.
- APLLE, Michel. W. **Ideologia e currículo**. Tradução: Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.
- ARROYO, Miguel G. **Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos outras pedagogias**. Belo Horizonte: Vozes, 2012.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB N° 01/2021 de 25 de Maio de 2021. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília. 2021. Disponível em:
https://www.gov.br/mec/ptbr/media/acao_informacao/pdf/DiretrizesEJA.pdf. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/municipio/2931509teofilandia>. Acesso em: 16 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei 9394/96. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.html. Acesso em: 02 jul. 2021
- BRASIL. Resolução CNE/CEB N° 01, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- BRASIL. Resolução CNE/CEB N° 01, de 5 de julho de 2000. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasil: Base Nacional Comum Curricular. Brasília, MEC, 2018.
- BRASIL. Lei Federal nº 9.394. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 04 dez. 2022.

BAHIA. **Divisão Político-Administrativa do Estado da Bahia** - SEI, Versão - 30 de junho de 2015.

DANTAS, Tânia Regina. Formação docente em EJA: o que dizem os/as autores/as de artigo, **Revista Educação**, v. 42, n. 3, p. 435-446, 2019.

DANTAS, Tânia Regina. Formação de professores de EJA na perspectiva de inclusão social, **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, p. 29-39, 2019.

DANTAS, Tânia Regina. Formação docente em EJA: o que dizem os/as autores/as de artigos, **Revista Educação (PUCRS. ONLINE)**, v. 42, p. 435, 2019.

FARIA, Edite Maria da Silva. A precarização e a (des) profissionalização docente na Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores. *In*: VIII Seminário do Trabalho, **Cadernos de Resumos São Paulo**, 2012.

FARIA, Edite M. S. **Trajetória escolar e de vida dos egressos do Programa AJA Bahia: herdeiro de um legado de privações e resistências**. Dissertação - (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008. Disponível. http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/edite_maria_da_silva_de_faria.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

FARIA, Edite M. S. **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité-Bahia**, 2014. Tese (Doutorado em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, 2014. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/wpcontent/uploads/2021/03/EDITE-TESE1109141543-VER.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

FARIA, Edite M. S. **O percurso formativo dos professores/pesquisadores da EJA na contemporaneidade**. *Práxis Educacional: JCR*, v. 5, p.151-164, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 48.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREITA, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola, **Educação e Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 10851114, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **BNCC: uma base para o gerencialismo-populista**. Avaliação Educacional. Blog do Freitas, São Paulo, 07 de abril de 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**.6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, N.G. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Cortez,1997.

- HADDAD, Sérgio; SOARES, Leôncio. Prefácio. *In:* TERESA, Cristiano, Dambosco. PEREIRA, Fabio, Nunes. FERNANDES, Sandra, Leite. **Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MACEDO, E. **Base Nacional Comum para currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem?** Educação e Sociedade., volume trinta e seis, n. 133, p. 891-908, 2015.
- MALANCHEN, J. Matos, Neide. **BNCC-Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: Autores Associados, 2020.
- MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 12.ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.
- OLIVEIRA, Inês Barbosa de. Organização curricular e práticas pedagógicas na EJA: algumas reflexões. *In:* PAIVA, Jane; OLIVEIRA. **Educação de jovens e Adultos**, Petrópolis: DP et Alii, 2009.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.
- RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**, posfácio de Hermenegildo Bastos. – 120ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2013.
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. A Pesquisa Denominados do Tipo “Estado da Arte” em Educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 30-37, 2006.
- SANTOS, J.; PEREIRA, M. Educação de Jovens E Adultos: Um Currículo Que Demanda Mais Atenção. Educere. *In:* **XIII Congresso Nacional de Educação**, 2017.
- SAVIANI, D. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular, **Revista Movimento de Educação**, n. 4, 2016.
- BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA. **Política de EJA da Rede Estadual**. Aprendizagem ao Longo da Vida. Salvador. Coordenação de Educação de Jovens e Adultos. Salvador/BA, 2009.
- SENA, Ivana Paula Freitas de Souza; CARVALHO. Marize Souza. A organização do trabalho pedagógico e os retrocessos da autonomia e diversidade escolar no contexto das políticas educacionais (ultra) neoliberais no Brasil. *In:* NELZA, Celi Zulke, Taffarel, ANTÔNIO, Salomão Mufarrej, Hage. **Diversidade e autonomia x padronização e controle na educação pública: projetos em disputa**. Porto Alegre, 2021, p. 28-48.
- SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza. A BNCC e a BNCC de formação de professores: projetos muito além de uma base curricular. *In:* MENEZES, Atila de Lima. **Interdisciplinaridade, Trabalho Investigativo e Educação**. Realize: Campina Grande, 2020, p. 11-162.

SILVA, Felipe Prado Macedo. O território do sisal. In: Ortega AC, Pires MJS. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea; 2016.

DANTAS, Tânia Regina. A formação de professores em EJA na perspectiva da inclusão social.

Educação, Ciência e Cultura, v. 24, n. 1, p. 29-39, 2019.

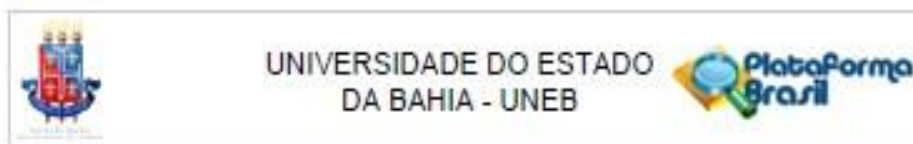
Disponível em <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/4570>

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: NIBALDO, Augusto Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. Atlas: São Paulo, 1987, p. 31-79.

VIÑAL JUNIOR, José Veiga. **O componente curricular da EJA no projeto dos cursos de língua estrangeira da UNEB: uma perspectiva para a emancipação**. Salvador: UNEB, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A: PARECER DE APROVAÇÃO DA PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA- BA E A AUSÊNCIA DA EJA NA BNCC

Pesquisador: JEANE NASCIMENTO SANTOS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57770921.7.0000.0057

Instituição Proponente: Departamento de Educação, Campus I

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.431.309

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA- BA E A AUSÊNCIA DA EJA NA BNCC

Pesquisador Responsável: JEANE NASCIMENTO SANTOS

Este trabalho tem como objetivo analisar a ausência da Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), para o processo de reelaboração dos currículos nos municípios do Território do Sisal da Bahia, sendo o locus da pesquisa o município de

Teofilândia-Bahia. O processo investigativo na pesquisa visa uma análise crítica do documento de base norteadora referendada, que se legitimou na

feitura da reorganização dos currículos das redes municipais de ensino no Território do Sisal, dentro do prazo estabelecido pela União dos Dirigentes

Municipais de Educação (UNDIME) / Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC)

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos apresentados são condizentes com a metodologia proposta.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e Benefícios Informados conforme orienta a Resolução nº 466/12.

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 1, Água de Merinos,
 Bairro: Água de Merinos CEP: 40.460-120
 UF: BA Município: SALVADOR
 Telefone: (71)3218-1330 Fax: (71)3218-1445 E-mail: cep@uneb.br

**APÊNDICE B: REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO PARA
APRESENTAÇÃO DA PESQUISA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO
MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA-BA.**



REQUERIMENTO

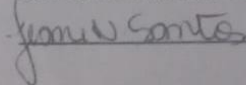
Da estudante do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) - Jeane Nascimento Santos, orientada pela professora Dra. Edite Maria da Silva de Faria.

Para: Ana Carla Santos de Oliveira - Secretária Municipal de Educação de Teofilândia- BA.

Assunto: Apresentação da Pesquisa do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos para os professores da EJA do Segmento Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino de Teofilândia- Ba, na data do dia 03 de novembro de 2022, no CINECO no horário 08: h às 10h, com o título: FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA- BA E A AUSÊNCIA DA EJA NA BNCC, sendo aprovada pelo Conselho de Ética, substanciada pelo parecer do CEP de Nº 57770921.7.000.0057.

Teofilândia- 31 de outubro de 2022

Jeane Nascimento Santos




RECEBIDO

Em, 31 / 10 / 2022



**APÊNDICE C: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)**


 UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E
 ADULTOS, MESTRADO PROFISSIONAL - MPEJA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: Maileme Perqueira da Mota
 Documento de Identidade nº 09567976-60 Sexo: F (X) M ()
 Data de Nascimento: 02 / Novembro / 1976
 Endereço: Rua Santo André
 Bairro: Cidade Nova Cidade: Teofilândia CEP: 48770-000
 Telefone: 07991159202 / () _____

II – DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA II - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DA PESQUISA: "FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA- BA E A AUSÊNCIA DA EJA NA BNCC".

2. PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Jeane Nascimento Santos
 Função: Docente da rede pública Municipal de Teofilândia Bahia.
 ORIENTADA pela professora: Dra. Edite Maria da Silva de Faria

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

A Sr (a) está sendo convidado a participar da pesquisa "FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA- BA E A AUSÊNCIA DA EJA NA BNCC" cuja pesquisadora responsável é Jeane Nascimento Santos, mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, orientada pela professora Dra. Edite Maria da Silva de Faria docente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo: "Analisar a ausência da Modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) na Base Nacional Comum Curricular (BNCC)". A realização desta pesquisa trará ou

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia ,
 aprovado sob numero de parecer: _____ em _____, consulta disponível no link :
<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

poderá trazer benefícios para o processo da reelaboração dos currículos nos Municípios do Território do Sisal da Bahia, sendo o *locus* da pesquisa o Município de Teofilândia-Bahia.

A Sr (a) está sendo convidado (a) porque tem a contribuir no percurso da pesquisa visto que é necessário, o processo de democratização e diversidade na construção dos saberes e fazeres no percurso da pesquisa na interlocução, diálogo e reflexão crítica. Caso aceite participar, primeiramente você será convidado (a) a responder uma entrevista semiestruturada com tópicos sobre diversos aspectos que envolvem as práticas pedagógicas e o trabalho diário na escola e posteriormente será convidado (a) a participar em encontros coletivos, juntamente com outros (as) profissionais da Equipe. A primeira entrevista será individual e realizada no próprio local de trabalho ou em outro local pactuado junto com a pesquisadora. Os encontros com o grupo serão realizados na sala de reuniões ou em outro local da própria escola em que atua. A pesquisadora conduzirá procedimentos e atividades desenvolvidos durante o trabalho.

As perguntas não serão invasivas à intimidade dos (as) participantes, mas, esclareço que a participação na pesquisa pode gerar risco de constrangimento durante uma entrevista ou uma observação, ou estresse e desconforto como resultado da exposição de opiniões pessoais em responder perguntas que envolvem as próprias ações. Caso ocorram essas situações, os (as) participantes terão garantias de pausas nas entrevistas e a liberdade de não responder as perguntas quando se sentirem incomodados (as) ou quando as considerarem constrangedoras, podendo interromper a entrevista a qualquer momento. Serão retomados nessa situação os objetivos a que esse trabalho se propõe e os possíveis benefícios que a pesquisa possa trazer. Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que poderão ser utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e discussões que poderão trazer benefícios para as áreas de Educação de Jovens e Adultos, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para o trabalho da equipe na escola.

Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro pela sua participação. Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa. O Sr (a) é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. Sua recusa ou desistência não lhe trará nenhum prejuízo. Solicito sua autorização para gravação em áudio das entrevistas e dos encontros do grupo. O conteúdo da gravação não será utilizado para fins estranhos à Pesquisa. A gravação poderá ser objeto de transcrição e análise de conteúdo, buscando sempre garantir fidelidade à gravação. A transcrição não será publicada na íntegra; a utilização na pesquisa se dará a partir das informações obtidas na entrevista, exceto para a reprodução de pequenos trechos de fala do (a) entrevistado (a) que a pesquisadora entenda que a transcrição literal é relevante. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras, com garantia de anonimato nos resultados e publicações, impossibilitando sua identificação. Todas as informações obtidas através da pesquisa serão confidenciais, sendo assegurados o sigilo sobre sua participação e a confidencialidade de seus dados durante todas as fases da pesquisa e

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia ,
aprovado sob numero de parecer: _____ em _____, consulta disponível no link :
<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

posteriormente na divulgação científica. Todos os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa e os resultados poderão ser publicados. A pesquisadora tratará a sua identidade com respeito, assegurando a proteção da imagem e a não estigmatização dos (as) participantes da pesquisa.

Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento com a pesquisadora responsável. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UNEB (CEP/UNEB). O CEP/UNEB tem caráter interdisciplinar e autônomo, é formado por representantes dos diversos Campus da UNEB e tem por objetivo mediar as relações de pesquisa (participante da pesquisa e pesquisador/a), em direção à eticidade. O CEP-UNEB é responsável pela apreciação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos com o objetivo de mediar as relações de pesquisa em direção a eticidade contribuindo assim para a realização da pesquisa dentro de padrões éticos.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a) Sr.^a(a) e pela pesquisadora responsável, ficando uma via com cada um.

IV. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.

Dados para contato:

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Jeane Nascimento Santos
Endereço (PESQUISADORA): Rua Antônio Oliveira
Contato telefônico: (75) 99146-0232 **(WhatsApp)** 75-99146-0232
E-mail: jeanenascimento2010@bol.com.br

Comitê de Ética em Pesquisa- CEP/UNEB

Endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes s/n, antigo prédio da Petrobras 2º andar, sala 23, Água de Meninos, Salvador- BA. CEP: 40460-120.
Telefone: (71) 3312-3420, (71) 3312-5057, (71) 3312-3393 ramal 250,
e-mail: cepuneb@uneb.br
Horário de atendimento: segunda 14:30 às 16:30, terça a quinta das 08:00 às 11:30 e das 14:30 às 16:30 e sexta das 08:00 às 11:30.

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3º andar - Asa Norte, Brasília-DF. CEP: 70719-040.

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Pesquisa submetida ao Comitê de ética em pesquisa com seres Humanos da Universidade do estado da Bahia , aprovado sob numero de parecer: _____ em _____, consulta disponível no link : <http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil>

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa "Formação de Professores da Educação de Jovens e Adultos no Município de Teofilândia- Ba e a Ausência da EJA na BNCC", e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos, artigos científicos e livros desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim.

Salvador, 3 de Outubro de 2022

Marilene Perreira da Silveira
Assinatura do participante da pesquisa

Jane Nascimento Santos
Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Edite Maria da Silva de Faria
Assinatura do professora responsável
(orientadora)

**APÊNDICE D: PROPOSTA DOS ENCONTROS REFLEXIVOS E
FORMATIVOS**

PROPOSTA DE ENCONTROS REFLEXIVOS FORMATIVOS PARA/COM OS PROFESSORES DA EJA DO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA					
O que?	Quando?	Como?	Com quem?	Onde?	O que?
1º encontro apresentação da pesquisa.	03/11/2022	Presencial através de roda de conversa	Com professores da EJA anos Iniciais.	Secretaria Municipal de Educação	1º encontro apresentação da pesquisa.
2º encontro formativo reflexivo	13/03/2023	Presencial para estudo das diretrizes curriculares da EJA. Resolução 01/2021	Com professores da EJA anos Iniciais.	Secretaria Municipal de Educação	2º encontro formativo reflexivo
3º encontro formativo reflexivo	27/03/2023	Presencial para estudo das diretrizes curriculares da EJA. Resolução 01/2021	Com professores da EJA anos Iniciais.	Secretaria Municipal de Educação	3º encontro formativo reflexivo
4º encontro formativo reflexivo	31/03/2023	Presencial para estudo das diretrizes curriculares da EJA. Resolução 01/2021	Com professores da EJA anos Iniciais.	Secretaria Municipal de Educação	4º encontro formativo reflexivo
5º encontro	05/04/2023	Finalização agradecimento	Com professores da EJA anos Iniciais.	Secretaria Municipal de Educação	5º encontro

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, 2023.

APÊNDICE E: FORMULÁRIO GEPALE-BA

Este formulário é destinado à escuta sensível dos sujeitos (Professores, Coordenadores e gestores) que atuam da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tem como objetivo auxiliar na construção de uma formação continuada, que possibilite a (re) construção de uma gestão pedagógica que estabeleça um diálogo permanente em busca de soluções para melhoria de propostas educativas, bem como do desenvolvimento político, crítico, social dos discentes. Esta ação é do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Avaliação Educacional (GEPALE) Bahia, liderado pela professora Dra. Edite de Faria.⁴

1. Assinale o pertencimento étnico-racial o qual você se identifica

Preto
Branco
Pardo
Indígena
Amarelo
Não sei identificar.
Outro:

2. Assinale o gênero com o qual você se identifica:

Feminino
Masculino
Prefiro não dizer
Não-Binário
Transgêner
o
Cisgênero
Outro:

3. Identifique a especificidade da Modalidade que você atua:

Educação de Jovens e Adultos - EJA
Educação de Jovens e Adultos (Quilombola)
Educação de Jovens e Adultos (Educação Especial)
Educação de Jovens e Adultos (Indígena)
Educação de Jovens e Adultos (Campo)
Educação de Jovens e Adultos (Socioeducação)
Educação de Jovens e Adultos (Privado de liberdade)
Educação de Jovens e Adultos (Profissional)
Educação de Jovens e Adultos (Hospitalar)
Outros

⁴ [Formulário GEPALE-BA \(google.com\)](https://www.google.com)

4. Identifique a(s) alternativa(s) que corresponde(m) ao cargo/função que ocupa:*

Direção

Vice direção

Coordenação Pedagógica

Supervisão Pedagógica

Articulação de Área

Orientação Educacional

Docência

Discente

5. Identifique o seu grau de escolaridade:

Graduação Completa

Graduação incompleta

Especialista

Mestrando(a)

Mestre(a)

Doutorando(a)

Doutor (a)

Demais formações.

6. Tempo de atuação na EJA:*

Até um ano

2 a 5 anos

6 a 10

anos 11 a

15 anos

mais de

15 anos.

7. Identifique em qual segmento você ATUA na Educação de Jovens e Adultos:

Anos Iniciais - Ensino Fundamental I

Anos Finais – Ensino fundamental II

Ensino Médio

8. Assinale sua área de atuação na Educação de Jovens e Adultos-EJA:

Pedagogia (Anos Iniciais)

Linguagem (Artes e Atividades Laborais, Língua Portuguesa, Redação, Língua Estrangeira) Matemática

Humanas (História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Ensino Religioso)

Ciências da Natureza (Ciências, Biologia, Química, Física)

Gestão Escolar (Coordenação Pedagógico)

Gestão Escolar (Direção)

Gestão Escolar (Vice

Direção) Outro:

9. Você possui alguma formação direcionada à Educação de Jovens e Adultos?

Sim

Não

10. Se sua resposta foi 'Sim' a questão anterior, qual a formação?

11. Em seu percurso formativo, indique quais os documentos orientadores da política de EJA que você já estudou:

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer 11/2000)

Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Resolução CNE/CEB nº 03/2010)

Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos para o Estado da Bahia (Resolução CEE/Ba nº 239/2011)

Política de EJA do Estado da Bahia - Aprendizagem ao Longo da Vida (2009)

Organizadores Curriculares do Estado da Bahia (2021)

Plano Nacional de Educação 2014- 2024, Lei nº 13.005/2014

Plano Municipal de Educação

Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar

Não estudei nenhum dos documentos supracitados

Outros

12. Diante de sua trajetória como profissional que atua na EJA, como você se sente quanto aos conhecimentos para sua prática?

Não me sinto preparado para compreender e atuar na EJA.

Possuo alguns conhecimentos, mas gostaria de aprender mais para atuar de forma mais reflexiva na EJA.

Sinto-me preparado para atuar na EJA, compreendendo seus processos e sujeitos.

13. O que você compreende sobre a Educação de Jovens e Adultos?

14. Qual temática você acha pertinente na discussão dessa formação continuada?

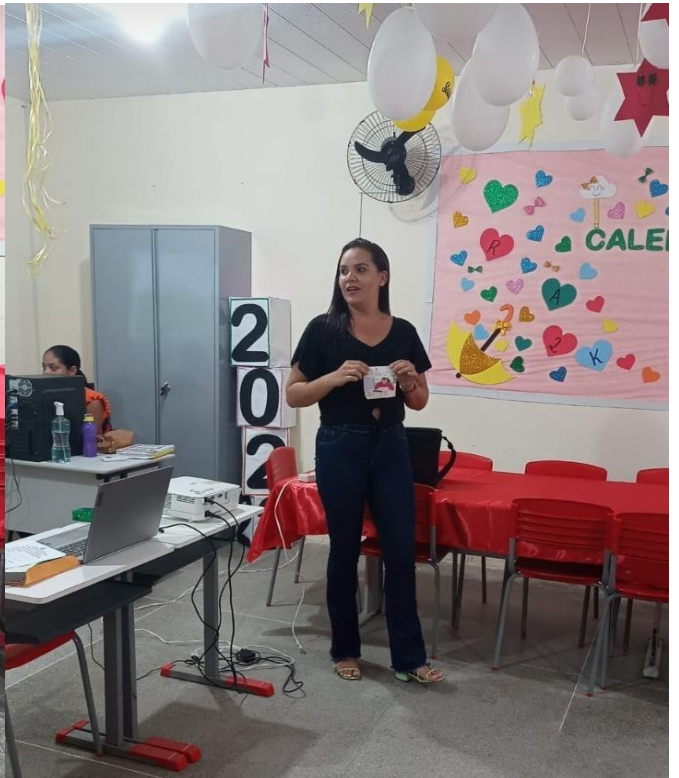
Os dados inseridos aqui serão utilizados para levantamento da realidade do trabalho pedagógico na modalidade EJA e poderão ser utilizados em publicações de artigos ou semelhantes, desde que de forma anônima – os dados pessoais NÃO SERÃO

DIVULGADOS.

Estou ciente.

**APÊNDICE F:
REGISTRO DOS ENCONTROS REFLEXIVOS FORMATIVOS**











**APÊNDICE G: LISTA DE PRESENÇA DO QUINTO ENCONTRO
REFLEXIVO FORMATIVO**

 **Lista de Presença**
 Formadora/pesquisadora: Jeane Nascimento
 Coordenação da EJA do Município de Teofilândia: Marilene Cerqueira da Visitação
 Data do encontro: 31/03/2023
 Orientadora: Prof.ª. Drª Edite Maria da Silva de Faria
 Participantes da pesquisa: Professores da EJA dos anos iniciais
 Encontro Reflexivo Formativo: Currículo da EJA / Resolução 01/2021 e Resolução 02/2019



01	Edite Maria da Silva de Faria
02	Gabriela Cavalli Pereira
03	Edite Maria da Silva de Faria
04	Aleni Santos Jesus
05	Priscilla da Visitação Santana
06	Erincha Souza de Jesus
07	Josilene Pereira dos Santos
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

ANEXOS

ANEXO 1: TEXTO “HISTÓRIA DE UM OLHAR”

O mundo é salvo todos os dias por pequenos gestos. Diminutos, invisíveis. O mundo é salvo pelo avesso da importância. Pelo antônimo da evidência. O mundo é salvo por um olhar. Que envolve e afaga. Abarca. Resgata. Reconhece. Salva. Inclui. Esta é a história de um olhar. Um olhar que enxerga. E por enxergar, reconhece. E por reconhecer, salva.

Esta é a história do olhar de uma professora chamada Eliane Vanti e de um andarilho chamado Israel Pires.

Um olhar que nasceu na Vila Kephás. Dizem que, em grego, *kephas* significa pedra. Por isso um nome tão singular para uma vila de Novo Hamburgo. Kephás foi inventada mais de uma década atrás pedra sobre pedra. Em regime de mutirão. Eram operários da indústria naqueles tempos nada longínquos. Hoje, desempregados da indústria. Biscateiros, papelheiros. Excluídos.

Nesta Kephás cheia de presságios e de misérias vagava um rapaz de 29 anos com o nome de Israel. Porque em todo lugar, por mais cinzento, trágico e desesperançado que seja, há sempre alguém ainda mais cinzento, trágico e desesperançado. Há sempre alguém para ser chutado por expressar a imagem síntese, renegada e assustadora, do grupo. Israel, para a Vila Kephás, era esse ícone. O enfeitado da vila enfeitada.

A imagem indesejada no espelho.

Imundo, meio abilolado, malcheiroso, Israel vivia atirado num canto ou noutro da vila. Filho de pai pedreiro e de mãe morta, vivendo em uma casa cheia de fome com a madrasta e uma irmã doente. Desregulado das ideias, segundo o senso comum. Nascido prematuro, mas sem dinheiro 16 para diagnóstico. Escorraçado como um cão, torturado pelos garotos maus. Amarrado, quase violado. Israel era cuspidor. Era apedrejado. Israel era a escória da escória.

Um dia Israel se aproximou de um menino. De nove anos, chamado Lucas. Olhos de amêndoa, rosto de esconderijo. Bom de bola. Bom de rua. De tanto gostar do menino que lhe sorriu, Israel o seguiu até a escola. Até a porta onde Lucas desaparecia todas as tardes, tragado sabe-se lá por qual magia. Até a porta onde as crianças recebiam cucas e leite. Israel chegou até lá por fome. De comida, de afago, de lápis de cor. Fome de olhar.

Aconteceu neste inverno. Eliane, a professora, descobriu Israel. Desajeitado, envergonhado, quase desaparecido dentro dele mesmo. Um vulto, um espectro na porta da

escola. Com um sorriso inocente e uns olhos de vira-lata pidão, dando a cara para bater porque nunca foi capaz de escondê-la.

Eliane viu Israel. E Israel se viu refletido no olhar de Eliane. E o que se passou naquele olhar é um milagre de gente. Israel descobriu um outro Israel navegando nas pupilas da professora. Terno, especial, até meio garboso. Israel descobriu nos olhos da professora que era um homem, não um escombros.

Capturado por essa irresistível imagem de si mesmo, Israel perseguiu o olho de espelho da professora. A cada dia dava um passo para dentro do olhar. E, quando perceberam, Israel estava no interior da escola. E, quando viram, Israel

estava na janela da sala de aula da 2ª série C. Com meio corpo para dentro do olhar da professora.

Uma cena e tanto. Israel na janela, espiando para dentro. Cantando no lado de fora, desenhando com os olhos. Quando o chamavam, fugia correndo. Escondia-se atrás dos prédios. Mas devagar, como bicho acuado, que de tanto apanhar ficou ressabiado, foi pegando primeiro um lápis, depois um afago. E, num dia de agosto, Israel completou a subversão. Cruzou a porta e pintou bonecos de papel. Israel estava todo dentro do olhar da professora.

E o olhar começou a se espalhar, se expandir, e engolfou toda a sala de aula. A imagem se multiplicou por 31 pares de olhos de crianças. Israel, o pária, tinha se transformado em Israel, o amigo. Ganhou roupas, ganhou pasta, ganhou lápis de cor. E, no dia seguinte, Israel chegou de banho tomado, barba feita, roupa limpa. Igualzinho ao Israel que havia avistado no olho da professora. Trazia até umas pupilas novas, enormes, em forma de facho. E um sorriso também recém inventado. Entrou na sala onde a professora pintava no chão e ela começou a chorar. E as lágrimas da professora, tal qual um vagalhão, terminaram de lavar a imagem acossada, ferida, flagelada de Israel.

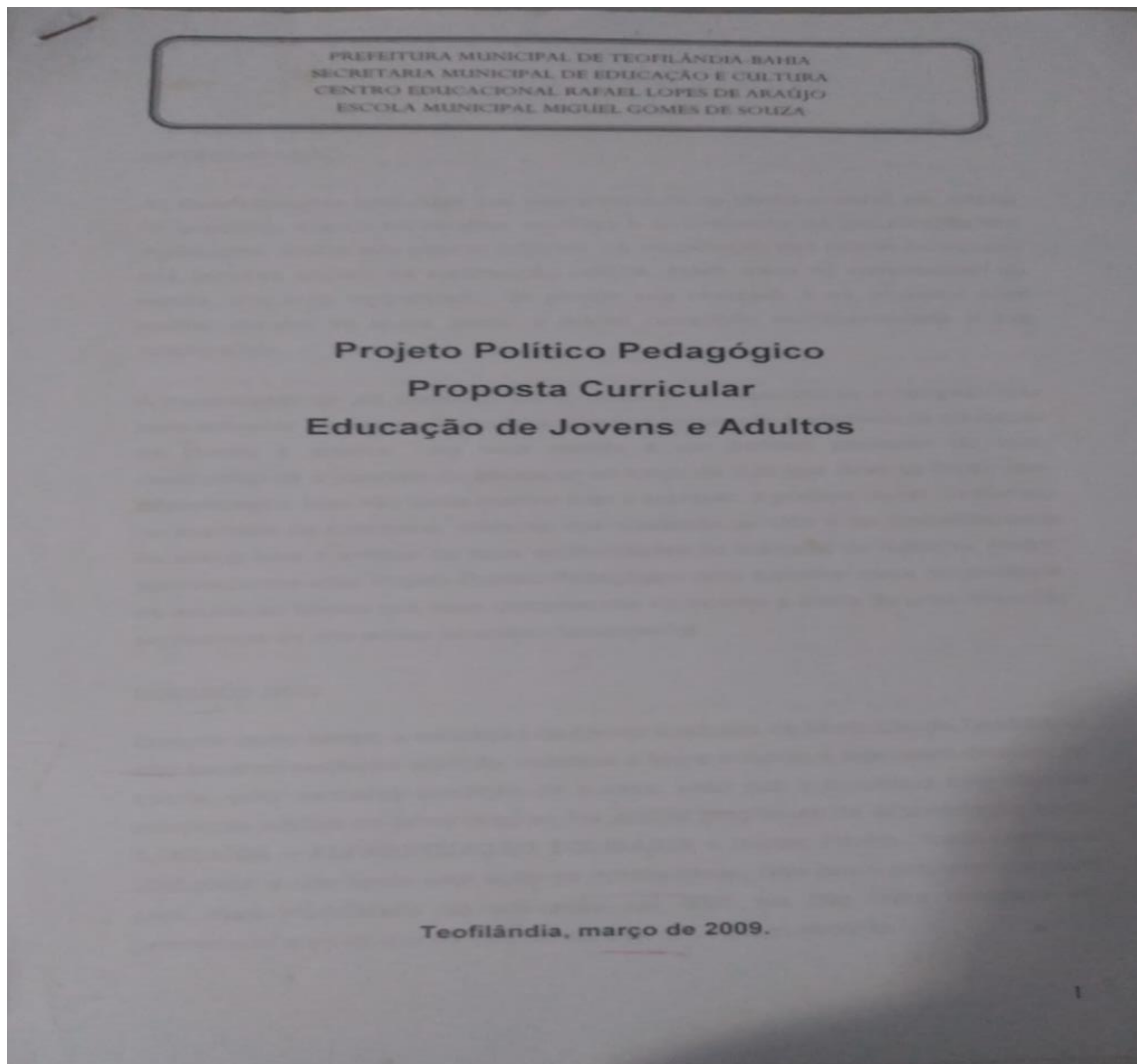
Israel, capturado pelo olhar da professora, nunca mais o abandonou. Vive hoje nesse olhar em formato de sala de aula, cercado por 31 pares de olhos de infância que lhe contam histórias, puxam a mão e lhe ensinam palavras novas. Refletido por esses olhos, Israel passou a refletir todos eles. E a professora, que andava deprimida e de mal com a vida, descobriu-se bela, importante, nos olhos de Israel. E as crianças, que têm na escola um intervalo entre a violência e a fome, descobriram-se livres de todos os destinos traçados nos olhos de Israel.

Israel, não importa se alguém não gosta de você. O que importa é que você siga a vida, aconselha Jeferson, de oito anos. Israel, não faz mal que tu sejas grande e um pouco doente, tu podes fazer tudo o que tu imaginares, promete Greice, de nove. Israel, se alguém te atirar uma




pedra eu vou chamar o Vandinho, porque todo mundo tem medo do Vandinho, tranquiliza Lucas, nove. Israel, tu me botas na garupa no recreio?

E foi assim que o olhar escorreu pela escola e amoleceu as ruas de pedra. Israel, depois que se descobriu no olhar da professora, ganhou o respeito da vila, a admiração do pai. Vai ganhar uma vaga oficial na escola. Já consegue escrever o “P” de professora. E ninguém mais lhe atira pedras. A professora, depois que se descobriu no olhar de Israel, ri sozinha e chora à toa. Parou de reclamar da vida e as aulas viraram uma cantoria. A redenção de Israel foi a revolução da professora.

Em 7 de Setembro, Israel desfilou. Pintado de verde-amarelo, aplaudido de pé pela Vila Pedra.

ANEXO 2: CAPA DO PPP DA EJA DO MUNICÍPIO DE TEOFILÂNDIA, 2009.



ANEXO 3: DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA SEMANAL DA EJA, 2018.

 PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOFILÂNDIA-BAHIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA CNPJ: 13.845.468/0001-30		 EJA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS		 TEOFILÂNDIA	
Quadro de Horário - 2018					
HORÁRIO	2ª FEIRA	3ª FEIRA	4ª FEIRA	5ª FEIRA	6ª FEIRA
1º momento 18h30min à 18h50min	Rotina diária: acolhida, oração, chamada...				
2º momento 18h50min à 19h30min	Português	Matemática	Português	Matemática	Ed. Física
3º momento 19h30min à 20h10min	Português	Matemática	Português	Matemática	Português
4º momento 20h10min à 20h30min	INTERVALO				
5º momento 20h30min à 21h10min	Ciências	História	Geografia	Matemática	Português
6º momento 21h10min à 21h50min	Ciências	História	Geografia	Português	Artes

OBSERVAÇÃO: A rotina da sexta-feira pode ser trocada de acordo à realidade de cada escola.

Coordenação Pedagógica

ANEXO 4: PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DE AC, 2022.

 ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOFILÂNDIA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO						 TEOFILÂNDIA
PLANILHA DOS ENCONTROS DE FORMAÇÃO E PLANEJAMENTO						
DIAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	
Seguimentos	E.I: Ciclo 01/área 02	E.I: Ciclo 02/área01	E.I: Ciclo 01/área 01	E.I: Ciclo 02/área02	Reunião como os diretores	
	A.I: Ciclo 01/área 01	A.I: Ciclo 02/área01	A.I: Ciclo 01/área02	A.I: Ciclo 02/área02		
1ª semana	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento	A ser agendada pela secretaria de educação	
	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento		
2ª semana	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento		
	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento		
3ª semana	E.I: Formação	E.I: Formação	E.I: Formação	E.I: Formação		
	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento	A.I/EJA: Planejamento		
4ª semana	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento	E.I: Planejamento		
	A.I/EJA: Formação	A.I/EJA: Formação	A.I/EJA: Formação	A.I/EJA: Formação		

EDUCAÇÃO INFANTIL	
CICLO 01	MATERNAL BABY, MATERNAL I E II
Área 01	Linguagem, Arte e Matemática
Área 02	Natureza e Sociedade
Área 2.1	Musicalização e Ritmo e movimento (Caso precise desdobrar a área)
Área 2.2	Natureza e Sociedade (Caso precise desdobrar a área)
CICLO 01	I PERÍODO E II PERÍODO
Área 01	Linguagem, Arte e Matemática
Área 02	Natureza e Sociedade
Área 2.1	Musicalização e Ritmo e Movimento (Caso precise desdobrar a área)
Área 2.2	Natureza e Sociedade (Caso precise desdobrar a área)

ANOS INICIAIS	
CICLO 01	1º, 2º e 3º ANO
Área 01	Líng. Portuguesa, Inglês, História, Arte e Geografia.
Área 02	Matemática, Ciências e Educação Física.
Área 2.1	Ciências e Educação Física (Caso precise desdobrar a área)
Área 2.2	Matemática (Caso precise desdobrar a área)
CICLO 01	4º e 5º ANO
Área 01	Líng. Portuguesa, Inglês, História, Arte e Geografia.
Área 02	Matemática, Ciências e Educação Física.
Área 2.1	Ciências e Educação Física (Caso precise desdobrar a área)
Área 2.2	Matemática (Caso precise desdobrar a área)

ANEXO 5: MATRIZ CURRICULAR DA EJA 2022.

MATRIZ CURRICULAR EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA Adaptação da Lei Nº 9394/96 e a Resolução MEC/CNE/CEB Nº 01/2021 SEGUEMENTO I – NOTURNO (JOVENS E ADULTOS)

Ano 2022

O currículo da Educação Fundamental para Jovens e Adultos é estruturado em consonância com a Base Nacional Comum Curricular e o Documento Referencial para Implementação das Diretrizes Operacionais de EJA nos Estados, Municípios e Distrito Federal, Resolução Nº 01 de 28 de maio de 2021.

Dias Letivos: 200	Semanas letivas: 40	Dias Semanais: 05	Nº de hora: 4h
-------------------	---------------------	-------------------	----------------

BASE NACIONAL	COMUM	SEGUEMENTO I			
		ETAPAS			
		Etapa I 1º, 2º e 3º anos		Etapa II 4º e 5º anos	
Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Linguagens	Língua Portuguesa	200	05	200	05
	Arte	40	01	40	01
	Educação Física	40	01	40	01
Matemática	Matemática	160	04	160	04
Ciências da Natureza	Ciências	80	02	80	02
Ciências Humanas	História	40	01	40	01
	Geografia	40	01	40	01
Ensino Religioso	Ensino Religioso	40	01	40	01
ELETIVA	Empreendedorismo e Projeto de vida	160	04	160	04
CARGA HORÁRIA SEMANAL		16h + 4h FICs		16h + 4h FICs	
CARGA HORÁRIA ANUAL		640h + 160h		640h + 160h	
CARGA HORÁRIA ANUAL – TOTAL		800h		800h	

ANEXO 6: MATRIZ CURRICULAR DA EJA, 2021.

MATRIZ CURRICULAR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Adaptação da Lei Nº 9394/96 e à Resolução CNE /CEB -Nº 3/2010 – Educação de Jovens e Adultos e Parecer CNE/CEB Nº 06/2010
Ano 2021

O currículo da Educação Fundamental para Jovens e Adultos é estruturado com Base Nacional Comum Curricular e uma parte Diversificada (grupo 3 e 4) a partir de Eixos Formativos tais como:

Dias Letivo: 200	Semanas letivas: 40	Dias Semanais: 05	Nº de hora – CICLO I – 3h + 1A	Nº de hora/aula – CICLO II – 5/h com 50 min de duração
------------------	---------------------	-------------------	-----------------------------------	---

BASE NACIONAL	COMUM	CICLO I			
		GRUPOS			
		Grupo 1 1º, 2º e 3º anos		Grupo 2 4º e 5º anos	
Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Linguagens	Arte	40	01	40	01
Ciências da Natureza	Ciências	80	02	80	02
Linguagens	Educação Física	40	01	40	01
Ensino Religioso	Ensino Religioso	40	01	40	01
Ciências Humanas	Geografia	40	01	40	01
Ciências Humanas	História	40	01	40	01
Linguagens	Língua Portuguesa	160	04	160	04
Matemática	Matemática	160	04	160	04
CARGA HORÁRIA SEMANAL		15h + 5ATL		15h + 5ATL	
CARGA HORÁRIA ANUAL		600 + 200		600 + 200	
CARGA HORÁRIA ANUAL – TOTAL		800h		800h	

Identidade e Cultura Juvenil, Cidadania e Adolescência, Trabalho e Sociedade, Meio Ambiente e o Planeta Terra.

Nos Ciclos I e II a Carga Horária Anual está conforme determina o art. 4º da Resolução CNE/CEB nº 3/2010.

No Ciclo I, grupos 1 e 2, trabalha-se 3 horas presenciais e mais 1 (uma) hora de atividades livres (ATL) a cada dia.

Teofilândia, 20 de julho de 2021.

ANEXO 7: MATRIZ CURRICULAR DA EJA, 2020.

**MATRIZ CURRICULAR****EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA**

Adaptação da Lei Nº 9394/96 e à Resolução CNE /CEB -Nº 3/2010 – Educação de Jovens e Adultos e Parecer CNE/CEB Nº 05/2010
Ano 2020

O currículo da Educação Fundamental para Jovens e Adultos é estruturado com Base Nacional Comum Curricular e uma parte Diversificada (grupo 3 e 4) a partir de Eixos Formativos tais como:

Dias Letivos: 200	Semanas letivas: 40	Dias Semanais: 05	Nº de hora – CICLO I – 3h + 1A	Nº de hora/semana – CICLO II – 5/h com 50 min de duração
-------------------	---------------------	-------------------	-----------------------------------	---

BASE NACIONAL	COMUM	CICLO I			
		GRUPOS			
		Grupo 1 1º, 2º e 3º anos		Grupo 2 4º e 5º anos	
Áreas do Conhecimento	Componentes Curriculares	CH/A	CH/S	CH/A	CH/S
Linguagens	Língua Portuguesa	200	05	200	05
	Arte	40	01	40	01
	Língua Moderna - Inglês	-	-	-	-
Matemática	Educação Física	40	01	40	01
	Matemática	160	04	160	04
Ciências da Natureza	Ciências	80	02	80	02
	História	40	01	40	01
Ciências Humanas	Geografia	40	01	40	01
	CARGA HORÁRIA SEMANAL		15h + SATL		15h + SATL
CARGA HORÁRIA ANUAL		600 + 200		600 + 200	
CARGA HORÁRIA ANUAL – TOTAL		800h			

Identidade e Cultura Juvenil, Cidadania e Adolescência, Trabalho e Sociedade, Meio Ambiente e o Planeta Terra.
 Nos Ciclos I e II a Carga Horária Anual está conforme determina o art. 4º da Resolução CNE/CEB nº 3/2010.
 No Ciclo I, grupos 1 e 2, trabalha-se 3 horas presenciais e mais 1 (uma) hora de atividades livres (ATL) a cada dia.

Teofilândia, 04 de fevereiro de 2020.

Adriana Oliveira
 Secretária Municipal de Educação e Cultura
 Portaria nº 217/2017
 D.M.O. 05/07/2017

secteofilandia@yahoo.com.br
 Rua Manoel Joaquim de Moura, s/n – Centro – Anexo à Biblioteca Municipal
 Teofilândia – Bahia, Tel. (75) 3286.2136 – CEP: 45.710-000

ANEXO 8: MATRIZ CURRICULAR DA EJA, 2017

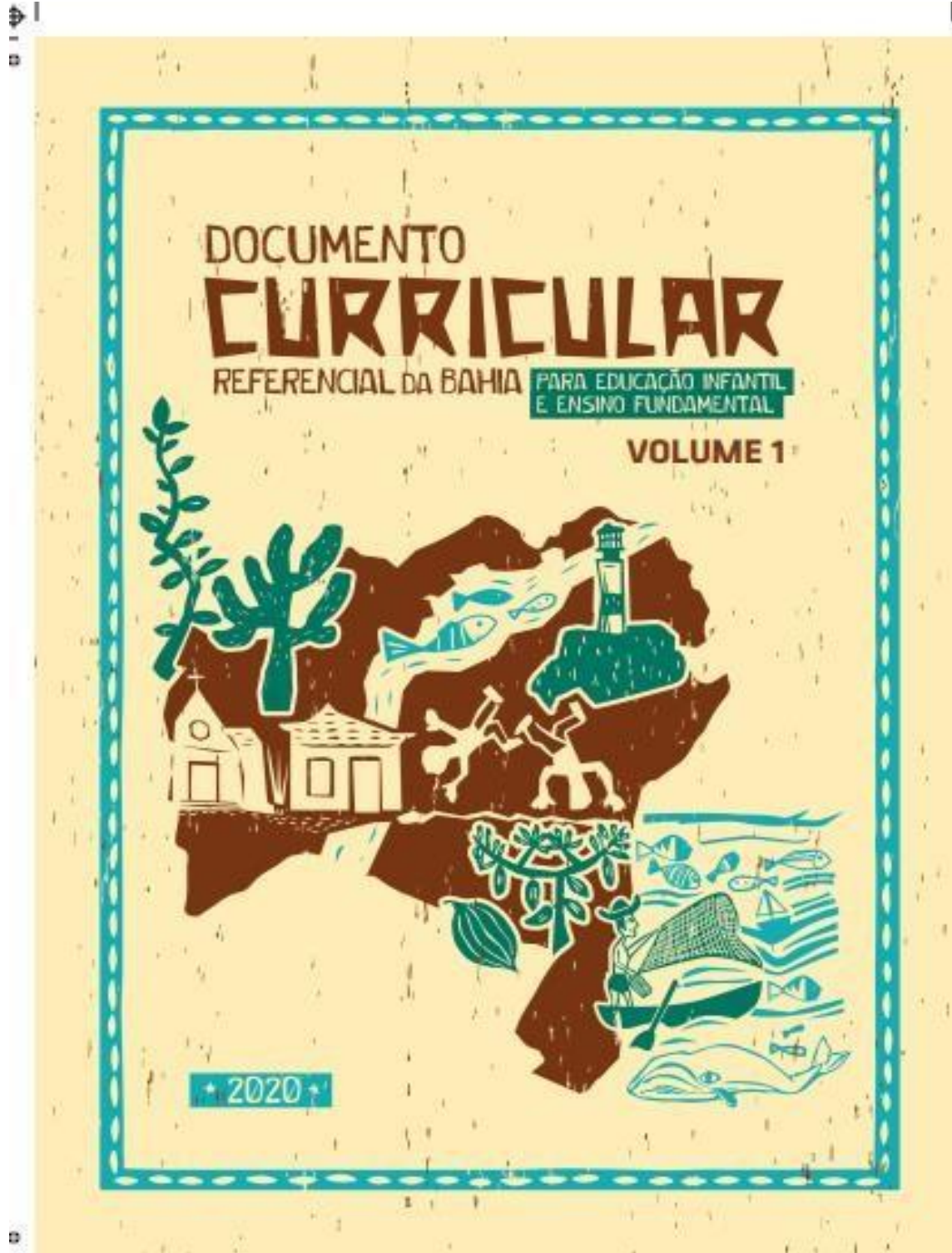
TEOFILÂNDIA		PREFEITURA MUNICIPAL DE TEOFILÂNDIA-BAHIA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA CNPJ: 13.845.466/0001-30		EJA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS											
MATRIZ CURRICULAR															
Adaptação da Lei Nº 9394/96 e à Resolução CNE /CEB –Nº 3/2010 – Educação de Jovens e Adultos e Parecer CNE/CEB Nº 06/2010															
Ano 2017															
Dias Letivos: 200		Semanas Letivas: 40		Dias Semanais: 05		Nº de hora - CICLO I -3h		Nº de hora/aula-CICLO II -5/h com 45 min. De duração							
CARGA HORÁRIA SEMANAL - CICLOS															
BASE NACIONAL COMUM															
				CICLO I				CICLO II				PARTE DIVERSIFICADA			
				GRUPOS				GRUPOS				CICLO II			
				GRUPO 1		GRUPO 2		GRUPO 3		GRUPO 4		GRUPO 3		GRUPO 4	
				1º, 2º e 3º anos		4º e 5º anos		6º e 7º anos		8º e 9º anos		6º e 7º anos		8º e 9º anos	
Áreas de Conhecimentos	Eixos Formativos	Componentes Curriculares	Semanal		Anual		Semanal		Anual		Semanal		Anual		
			I – Linguagens	Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200	-	-	-
	Artes	01	40	01	40	02	80	02	80	-	-	-	-		
	Língua Moderna – Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	02	80	03	120		
	Educação Física	01	40	01	40	02	80	02	80	-	-	-	-		
II – Matemática	Matemática	04	160	04	160	05	200	05	200	-	-	-	-		
III – E. da Natureza	Ciências	02	80	02	80	03	120	03	120	-	-	-	-		
IV – E. da Sociedade	História	01	40	01	40	03	120	03	120	-	-	-	-		
	Geografia	01	40	01	40	03	120	03	120	-	-	-	-		
CARGA HORÁRIA SEMANAL			15 h		15 h/a		23 h/a		23 h/a		02 h/a		03 h/a		
CARGA HORÁRIA ANUAL - TOTAL			600 h		600 h/a		1.150 h/a		1.150h/a		80 h/a		120 h/a		

O currículo da Educação Fundamental para Jovens e Adultos é estruturado com Base Nacional Comum e uma parte Diversificada (grupo 3 e 4) a partir de Eixos Formativos tais como: Identidade e Cultura Juvenil, Cidadania e Adolescência, Trabalho e Sociedade, Meio Ambiente e o Planeta Terra. Nos Ciclos I e II a Carga Horária Anual está conforme determina o art. 4º da Resolução CNE/CEB nº 3/2010.

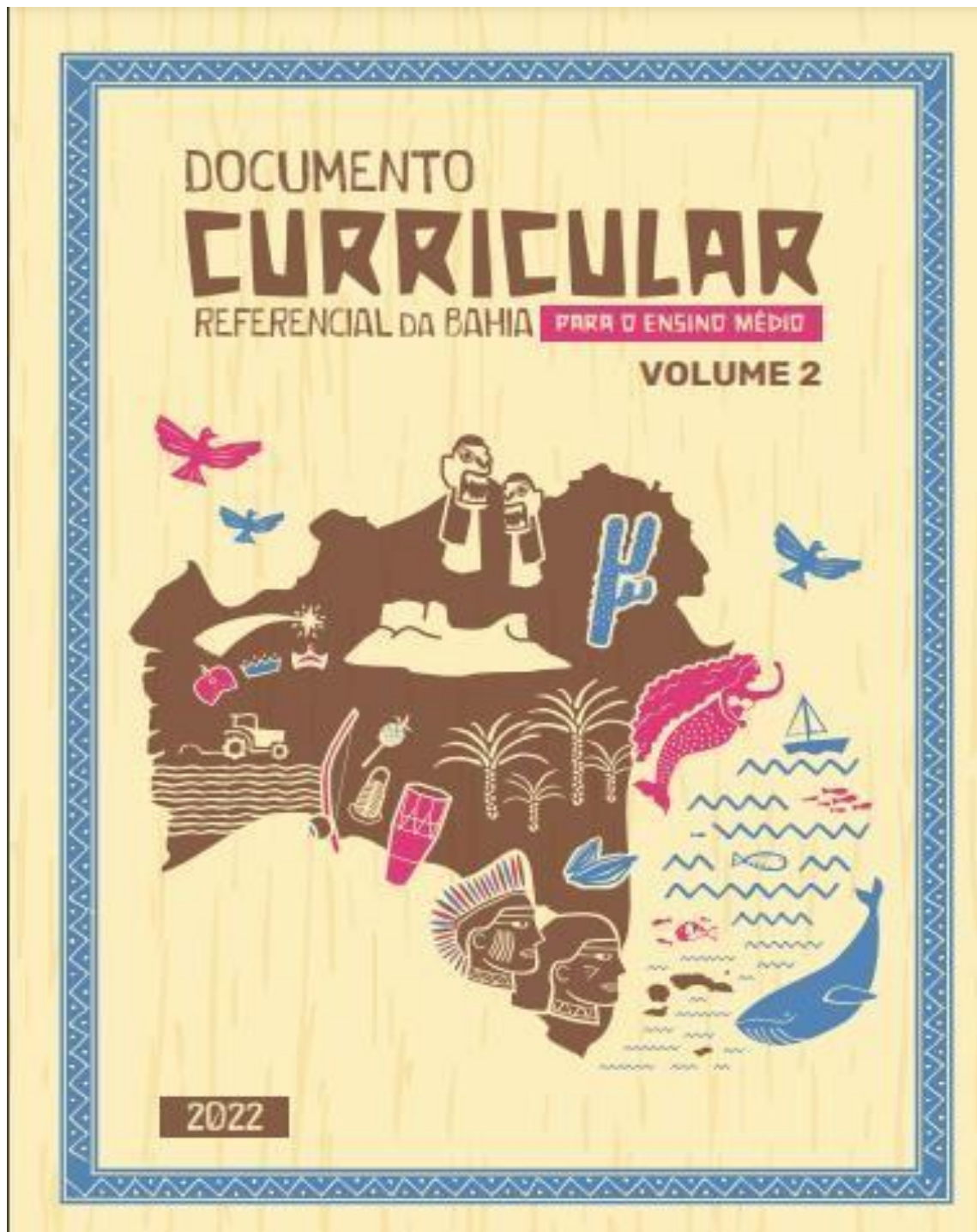
ANEXO 9: CAPA DO DCRB DA PRIMEIRA VERSÃO.



ANEXO 10: CAPA DA SEGUNDA VERSÃO DO DCRB.



ANEXO 11: CAPA DA TERCEIRA VERSÃO DO DCRB.



ANEXO 12: CAPA DA VERSÃO FINAL DO DCRB.

